



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES AMAZÔNICAS**

**RAFAEL MACHADO SANTANA**

**PARTICULARIDADES, NARRATIVAS E PRÁTICAS DIOCESANAS NO NORTE  
DE GOIÁS (1936-1966)**

**PORTO NACIONAL – TO**

**2021**

**RAFAEL MACHADO SANTANA**

**PARTICULARIDADES, NARRATIVAS E PRÁTICAS DIOCESANAS NO NORTE  
DE GOIÁS (1936-1966)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas – PPGHISPAM da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História das Populações Amazônicas.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Regina Célia Padovan.

**PORTO NACIONAL – TO**

**2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S232p Santana , Rafael Machado .  
PARTICULARIDADES, NARRATIVAS E PRÁTICAS  
DIOCESANAS NO NORTE DE GOIÁS (1936-1966). / Rafael Machado  
Santana . – Porto Nacional, TO, 2021.  
136 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do  
Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-  
Graduação (Mestrado) Profissional em História das Populações  
Amazônicas (PPGHSPAM), 2021.

Orientadora : Regina Célia Padovan

1. Igreja Católica . 2. Antigo Norte de Goiás. 3. Diocese de Porto  
Nacional. 4. Dom Alano Maria du Noday. I. Título

**CDD 901**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde  
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica  
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**RAFAEL MACHADO SANTANA**

**PARTICULARIDADES, NARRATIVAS E PRÁTICAS DIOCESANAS NO NORTE  
DE GOIÁS (1936-1966)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas. Foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em História e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca avaliadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Célia Padovan - Orientadora / UFT

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Maurício de Aquino –Convocado 1/ UENP

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Vasni de Almeida – Convocado 2 / UFT

**PORTO NACIONAL – TO**

**2021**

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de constituição histórica da Diocese de Porto Nacional entre os anos de 1936 a 1966. O catolicismo da região, do antigo norte de Goiás, ganhou destaque a partir da chegada dos dominicanos da França ainda no ano de 1886. Anteriormente, o catolicismo era restrito a liderança de poucos padres e eventuais presenças de autoridades do alto clero. Partindo dos principais fatores que possibilitaram a criação e implantação da Diocese no então norte goiano (atual Tocantins), iniciamos nossa análise com as leituras sobre as relações entre o Estado e a Igreja Católica, a partir da proclamação da República em 1889. Direcionando para o nosso objeto, analisamos as motivações da Igreja Católica que justificaram a criação da Diocese de Porto Nacional, apresentando as principais ações do seu primeiro bispo, Dom Domingos Carrerot (1921-1933) e a biografia do seu predecessor, Dom Alano Maria du Noday (1936-1976), privilegiando as suas perspectivas para o governo episcopal, o qual será um dos protagonistas dentro do recorte de nossa pesquisa. Dentre as discussões e análises, destacamos as narrativas das ações pastorais, institucionais e as estratégias empreendidas pela Diocese de Porto Nacional para o norte de Goiás. Mediante o estudo de fontes históricas diversas, principalmente as dispostas nos arquivos da Cúria Diocesana de Porto Nacional – TO, buscamos, assim, historicizar os processos que antecederam a formação das circunscrições eclesiásticas da Igreja Católica existentes no território onde, atualmente, compreende o Estado do Tocantins.

**Palavras-chave:** Antigo Norte de Goiás. Diocese de Porto Nacional. Dom Alano Maria du Noday.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the process of historical constitution of the Diocese of Porto Nacional between the years 1936 to 1966. The Catholicism of the former northern region of Goiás gained prominence with the arrival of Dominicans from France in 1886. Previously, we had a popular religiosity restricted to the leadership of a few priests and the occasional presence of high clergy authorities. Starting from the main factors that enabled the creation and implantation of the Diocese in the then north of Goiás, we began our analysis with readings on the relations between the State and the Catholic Church, from the proclamation of the Republic in 1889. Directing our object, we analyze the motivations of the Catholic Church institution that justified the creation of the Diocese of Porto Nacional, presenting the main actions of its first bishop, Dom Domingos Carrerot (1921-1933) and the biography of his predecessor Dom Alano Maria du Noday (1936-1976), privileging his perspectives for his episcopal government, which will be one of the protagonists within the scope of our research. Among the discussions and analyses, we highlight the narratives of the pastoral and institutional actions and the strategies undertaken by the Diocese of Porto Nacional for the north of Goiás. Through the analysis of various historical sources, mainly those available in the archives of the Diocesan Curia of Porto Nacional - TO, we seek, thus, to historicize the processes that precede the formation of ecclesiastical circumscriptions of Catholicism in the region that currently comprises the State of Tocantins.

**Keywords:** Former North of Goiás. Diocese of Porto Nacional. Dom Alano Maria du Noday.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Capitania de Goyaz – 1809 – Divisão em Julgados.....	38
<b>Figura 2</b> – Dom Domingos Carrerot, primeiro bispo de Porto Nacional. ....	46
<b>Figura 3</b> – Seminário São José - década de 1930.....	48
<b>Figura 4</b> – Depois da Cerimônia de Sagração de Dom Alano Du Nuday, Bispo de Porto Nacional, no Rio de Janeiro.....	53
<b>Figura 5</b> – Passagem de Dom Alano por Uberaba antes de tomar posse em Porto Nacional. ....	54
<b>Figura 6</b> – Dom Alano navegando em uma canoa pelo Rio Tocantins (sem data). ....	74
<b>Figura 7</b> – Dom Alano e parte da comunidade do Convento Santa Rosa de Lima – Religiosos dominicanos que trabalhavam no Norte de Goiás (1937) .....	76
<b>Figura 8</b> – Dom Alano du Noday e seus seminaristas (sem data).....	82
<b>Figura 9</b> – Dom Alano du Noday em Diamantina (MG) visitando seus seminaristas (04/08/1939). ..	83
<b>Figura 10</b> - Território da Diocese de Porto Nacional até 1954. ....	98
<b>Figura 11</b> – Mapa feito à mão da possível prelazia de Pedro Afonso (sem data) .....	104
<b>Figura 12</b> - Mapa ilustrativo com a nova configuração territorial após as divisões.....	106

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Padres ordenados na diocese (1940 - 1978).....	81
<b>Quadro 2</b> - População de católicos e não católicos na Diocese (década de 1950).....	92
<b>Quadro 3</b> - Paróquias, escolas e sacramentos na diocese (década de 1950) .....	93
<b>Quadro 4</b> - Os movimentos não católicos (década de 1950).....	95
<b>Quadro 5</b> - Balanço pastoral, número de batismos, casamentos e crisma referentes a atuação de cinco frades dominicanos (1916-1917).....	96
<b>Quadro 6</b> - Balanço pastoral, número de batismos, casamentos e crisma referentes a atuação da Paróquia Nossa Senhora das Mercês. (1945 e 1949).....	97
<b>Quadro 7</b> - Circunscrições criadas por Dom Alano, a partir da criação da Diocese de Porto Nacional (1915) até a Diocese de Miracema (1966). .....	107

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

OP – Ordem dos Pregadores

CPB - Concílio Plenário Brasileiro

FDP - Filhos da Divina Providência

OFM - Ordem dos Frades Menores

CSSR - Congregação do Santíssimo Redentor

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1 – A IGREJA CATÓLICA E SUAS ESTRATÉGIAS NA REPÚBLICA: A DIOCESE DE GOIÁS.....</b>	<b>21</b>
2.1	Os desígnios da República para a Igreja Católica brasileira .....	22
2.2	As determinações da Santa Sé para a República .....	26
2.3	O retorno da Missão: o sentido missionário do século XX .....	29
2.4	A diocesanização no Brasil e as estratégias da Igreja Católica no Goiás.....	34
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2 – A DIOCESE DE PORTO NACIONAL E O PLANO PASTORAL DE DOM ALANO MARIA DU NODAY .....</b>	<b>44</b>
3.1	O primeiro bispo: Dom Domingos Carrerot, o bispo sertanejo.....	45
3.2	O segundo bispo: o jovem e influente Dom Alano e a realidade eclesial brasileira ....	48
3.3	A Igreja Católica e o Estado Novo .....	57
3.4	"Vigiar, Apascentar e Proteger": a Carta Pastoral de Dom Alano (1936).....	62
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3 – DESOBRIGAS, FORMAÇÃO DO CLERO E A REALIDADE DIOCESANA .....</b>	<b>70</b>
4.1	Desobrigas e a formação do clero.....	71
4.2	O povo e a sua Igreja: Narrativas da vida cotidiana paroquial (1940 – 1960) .....	84
4.3	Uma terra de missão: As estratégias pastorais e institucionais da Diocese De Porto Nacional.....	97
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>119</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>131</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O iniciar de uma pesquisa nos traz diversos questionamentos, seja na definição da linha teórica metodológica e se teremos as fontes para responder às indagações propostas. Em face das interrogações iniciais, outras surgem no ir e vir da pesquisa: qual é a função e a necessidade da pesquisa, do tema e do objeto requerido? E por vezes, ainda interrogamos para que serve a História, afinal? Podemos dizer que as dificuldades na pesquisa nos desequilibram ante o ânimo inicial, contudo, manifestam-se apenas como momentos passageiros. Ocasões estas que de vez em quando retornam e nos fazem refletir sobre o ofício do fazer da história. Portanto, são etapas oportunas e necessárias no processo de amadurecimento da pesquisa, os quais nos ajudam a elaborar perguntas e não somente respostas.

O objeto e as hipóteses também precisam ser realçados aqui, pois constituem o cerne de todo o processo investigativo. De algum modo somos chamados a pesquisar o tema, ou este nos escolhe? Mesmo que pensemos ser o contrário, em algum ou certos momentos de nossas vidas algo nos chamou atenção a referência ao objeto escolhido. Especificamente, em nosso caso, a Diocese de Porto Nacional tem relação desde muito cedo com as vivências deste pesquisador. Não recordando o dia, mês ou ano específico, as tramas do surgimento e desenvolvimento da Igreja Católica no Estado do Tocantins<sup>1</sup> sempre instigou-me às leituras, principalmente na academia. De certa maneira, são temas, problemas, questionamentos e recortes que o historiador precisa fazer e, precisamente, neste contexto de escolhas, que Marc Bloch (2002, p.52) nos revela um pouco da complexidade deste ofício:

Não deixa de ser menos verdade que, face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha que, muito claramente, não é a mesma que a do biólogo, por exemplo; que será propriamente uma escolha de historiador. Este é um autêntico problema de ação.

---

<sup>1</sup> Nos sentimos incomodados diante dos questionamentos e hipóteses que vão se enfrentando na busca da compreensão do problema. Neste sentido, Bloch (2002, p. 67) sugere que “para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa brumosa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma idéia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje. Pois apenas ela dá as perspectivas de conjunto de que era indispensável partir (...). Aqui como em todo lugar, essa é uma mudança que o historiador quer captar. Mas, no filme por ele considerado, apenas a última película está intacta. Para reconstituir os vestígios quebrados das outras, tem obrigação de, antes, desenrolar a bobina no sentido inverso das sequências”.

Inclusive, as particularidades das ciências humanas devem sempre caminhar conosco. Não estamos tratando de ciências exatas, não condizemos com respostas objetivas. Para tanto, é necessário caminhar com cautela e desconfiança. A complexidade da investigação histórica se impõe, devido mesmo ser a ciência do homem no tempo. E as ações do homem são cheias de intenções, verdades e mentiras. Entendemos que seja por isso que a nossa metodologia, majoritariamente, é designada como uma investigação. Resume-se isso nas palavras de Marc Bloch (2002, p.54-55);

Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática [...]. Entre a expressão das realidades do mundo físico e a das realidades do espírito humano, o contraste é, em suma, o mesmo que entre a tarefa do operário fresador e a do luthier: ambos trabalham no milímetro; mas o fresador usa instrumentos mecânicos de precisão; o luthier guia-se, antes de tudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos. Não seria bom nem que o fresador se contentasse com o empirismo do luthier, nem que este pretendesse imitar o fresador. Será possível negar que haja, como o tato das mãos, uma das palavras?

Retomando o olhar para o nosso problema de pesquisa, o objeto proposto trata da constituição histórica da Diocese de Porto Nacional e seu desenvolvimento entre os anos de 1936 a 1966. O objeto em si foi escolhido devido a convivência desde a infância com religiosos e religiosas que dedicaram suas vidas para missão da Igreja Católica no Tocantins, colaborando com isso, na busca em compreender as ações e as realidades históricas do catolicismo no interior do antigo estado do Goiás, desde sua institucionalização e correlação com as populações locais.

Outros questionamentos desse teor surgiram na comemoração dos 100 anos da diocese em 2015, no qual o evento lançou um livro, intitulado "*Diocese de Porto Nacional - 100 anos: fé, história, perspectivas*". A obra não está pautada em uma análise historiográfica, discorrendo como uma narrativa construída por meio de obras biográficas e, com isso, faltando-lhe um olhar sensível às transformações que o catolicismo nortense passou após e durante a instalação da Diocese de Porto Nacional, principalmente, quando pensamos o período da gestão de Dom Alano Maria du Noday (1936-1976), que não possui estudos específicos referentes ao seu governo episcopal.

Outras perguntas revelaram-se, como: quais planos que Dom Alano tinha ao ser eleito bispo? Em que teor estavam as relações entre a República e a Igreja Católica? E, a partir disso, houve interesse, participação e preocupação do bispado de Porto Nacional? Como se deu, na prática, as ações pastorais do segundo bispado? Os enfrentamentos e dificuldades no bispado de Dom Domingos Carrerot continuaram os

mesmos no de Dom Alano? A criação de novas circunscrições eclesiásticas partiu mesmo de solicitações de Porto Nacional? Houve influência de outras instituições ou personagens? Por que antes da criação dos novos bispados, se instalavam missionários de ordens religiosas? Outras perguntas e hipóteses foram surgindo e sendo respondidas ou repudiadas durante as visitas ao acervo da Cúria Diocesana de Porto Nacional, as quais discutiremos durante o texto.

A demarcação do espaço se direciona ao território original da Diocese, no município de Porto Nacional, no seu ano de criação em 1915, analisando os seus processos de desdobramentos até a década de 1960. Sobre o marco temporal, partimos da instalação do bispado de Dom Alano Maria du Noday (1936-1976), a partir de dois motivos: o primeiro está relacionado a publicação da carta pastoral de Dom Alano (1936), em que a diocese traçou seu primeiro plano pastoral oficial. Tomando como base esta fonte, observamos que foi no segundo bispado que a Igreja Católica se expandiu institucionalmente para todas as localidades do norte do Estado de Goiás

O segundo motivo, está direcionado aos trabalhos de pesquisa realizados sobre os dominicanos e o histórico da Diocese, sendo os principais, identificados pelos estudos em forma de dissertação, como o de Edivaldo Antônio dos Santos, sob o título *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil* (1996) e o de Cesar Evangelista Fernandes Bressanin, com o título *Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás* (2015).

Ambos analisam, principalmente, a atuação dos dominicanos que estavam ativamente trabalhando antes e durante o governo do primeiro bispo da diocese, Dom Domingos Carrerot (1921-1933). Portanto, entendemos que há a existência de uma lacuna, especificamente, sobre a gestão do segundo governo episcopal e os anos que se seguiram após a saída dos frades dominicanos (1944).

O limite temporal da pesquisa restringe-se ao ano de 1966 devido à análise dedicar-se, em seu último capítulo, das fundações de novas circunscrições eclesiásticas, as prelaças de Tocantinópolis (1954), Cristalândia (1956) e Miracema (1966). E neste cenário, pontuamos os limites das reflexões aqui tratadas, ficando arriscado abarcar a diversidade de movimentos e mudanças posteriores a essas fundações, inclusive devido ao tempo e acesso aos arquivos. Deixamos, assim, para outras pesquisas.

Para melhor compreensão do desenvolvimento da Igreja Católica no norte de Goiás, partimos da leitura de teses, dissertações e monografias que assemelham-se à

problemática da nossa pesquisa. Além disso, é claro, dos estudos bibliográficos referentes aos livros que tratavam sobre o contexto da Igreja Católica no Brasil, no estado de Goiás e sobre as estratégias da Igreja Católica nos fins do século XIX e primeira metade do século XX. Desta maneira, duas obras muito importantes deram, inicialmente, as motivações do presente estudo, a saber: a primeira, *Entre Sertanejos e Índios do Norte* (2007), de autoria do Frei José Audrin trazendo a biografia de Dom Domingos Carrerot, o qual, na sua contextualização, possibilita enxergar o norte goiano no anteceder e nos primeiros anos da diocese; e a segunda obra, intitulada *Dom Alano: o missionário do Tocantins* (2000), dos padres Pedro Pereira Piagem e Cícero José de Sousa que descrevem o governo episcopal de Dom Alano, entre 1936 até sua morte em 1985.

Dentre os trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) merecem destaques a tese de doutorado de Maurício de Aquino, intitulada *A modernidade republicana e a diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)*; a dissertação de José Luiz de Castro, *A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1724-1824)*; a tese de Benvinda Barros Dourado, *Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional*; a tese de Cid Olival Feitosa, *Do antigo norte de Goiás ao estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação* e a dissertação de Maria de Fátima Oliveira, *Entre o sertão e o litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910*. Todos os referidos estudos contribuíram significativamente para uma leitura da Igreja Católica, do estado de Goiás, em especial, do Norte goiano, de Porto Nacional e da atuação dos dominicanos.

Perante o exposto, as leituras dos trabalhos nos encaminharam para algumas indagações sobre a real condição e estruturação da Igreja Católica no Estado de Goiás, em fins do Império, até todo o período de análise indicado. A vista disso, levantamos algumas hipóteses a serem investigadas antes mesmo de iniciarmos as visitas ao acervo da Cúria Diocesana, na cidade de Porto Nacional. Refletir sobre as hipóteses, os questionamentos, antes da pesquisa em campo é primordial para o trabalho de investigação. Neste aspecto, Ricoeur (2000, p. 188) nos aconselha, ainda, que

As noções de questionamento e de questionário são, assim, as primeiras que devem ser colocadas na elaboração da prova documental. É armado de perguntas que o historiador se engaja em uma investigação dos arquivos. Marc Bloch, mais uma vez, é um dos primeiros, em oposição aos teóricos que ele chamava de positivistas e que preferimos chamar de metódicos, como Langlois e Seignobos, a advertir contra o que considera uma ingenuidade epistemológica, a saber, a ideia de que poderia existir uma fase número um,

em que o historiador reuniria os documentos, os leria e ponderaria sua autenticidade e veracidade, após a qual viria a fase número dois, em que os utilizaria.

Após a instalação da Diocese, entendida como uma Igreja particular, autônoma e, com isso, separada do território episcopal de Goiás; como ocorreu seu desenvolvimento pastoral e administrativo, a partir do bispado de Dom Alano? Quais as influências e relações com o período republicano? Quais foram as justificativas para criação e desdobramentos da Igreja Católica no Norte de Goiás? De que maneira ocorreu a estruturação administrativa e pastoral? Quais as peculiaridades históricas da região e a composição de suas populações descritas nas fontes?

Em colaboração ao estudo de outras pesquisas e diante dos questionamentos apresentados, procuramos uma bibliografia básica sobre as relações entre o Estado e a Igreja Católica a partir da proclamação da República e, também, sobre o estado de Goiás. Destacamos as obras de Sérgio Micelli, *A elite eclesiástica brasileira* (1985) e de Riolando Azzi e Klaus Grijp, intitulada *História da Igreja no Brasil* (2008). As duas obras nos possibilitaram a compreensão do cenário político e sua relação com a Igreja Católica no Império e na República. E, quanto a necessidade de compreender a mentalidade eclesial no referido período, além de encíclicas papais, tivemos a colaboração da obra de Ney Souza e Paulo Sérgio Lopes, *Catolicismo e sociedade contemporânea do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II* (2013). Para o estado de Goiás, o destaque para o livro, segundo volume, *História eclesiástica de Goiás* (2011), de Áurea Cordeiro Menezes, que proporcionou, detalhadamente, o desenvolvimento do catolicismo na região.

Em referência às fontes, a pesquisa utiliza como principal enfoque de leitura e análise o material disposto em arquivo<sup>2</sup>, ou seja, um conjunto de registros e documentos localizados no arquivo institucional da Cúria Diocesana de Porto Nacional, no Estado do Tocantins. Logo, nossas fontes principais são de natureza primária, na hipótese como documentos ainda não utilizados em outras pesquisas ou que não foram totalmente explorados. Encontramos documentos de cunho institucional, reveladores do cotidiano administrativo dos bispos diocesanos desde a criação da diocese (1915) e sua relação com as autoridades da região, do antigo norte de Goiás; compostos em sua maior parte

---

<sup>2</sup> A variedade de arquivos e a discrepância temporal entre eles e o pesquisador deve ser a todo momento lembrada para evitar interpretações anacrônicas. “O destino dos arquivos é passar por uma lenta evolução que os afasta cada vez mais de seu objetivo primitivo. Com o passar do tempo, embora diminua seu valor administrativo, aumenta a sua importância como documentação histórica. Não se pode dividir o arquivo em dois compartimentos: velho (ou histórico) e administrativo. Na realidade, são pura e simplesmente arquivos em incessante processo de transformação” (PAES, 2008, p. 121).

por cartas e ofícios entre sacerdotes e bispos; documentos pastorais e outros registros ainda em processo de catalogação mais detalhada.

Acrescentou-se ainda, fontes imagéticas da Revista Mensageiro do Santo Rosário, órgão oficial de comunicação da Ordem Dominicana no Brasil, publicada mensalmente, a partir de 1896 e dos Arquivos da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas, Belo Horizonte, cedidas pelo Prof. Ms. Cesar Evangelista Fernandes Bressanin, de seu acervo pessoal. Nesta reflexão adverte Ricouer (2000, p.189):

Uma epistemologia vigilante nos adverte aqui contra a ilusão de crer que aquilo a que chamamos fato coincide com aquilo que realmente se passou, ou até mesmo com a memória vivida que dele têm as testemunhas oculares, como se os fatos dormissem nos documentos até que os historiadores dali os extraíssem.

Dessa forma, ao trabalharmos na perspectiva da pesquisa documental <sup>3</sup> disposta em um conjunto de fontes, constituindo um acervo específico, adotamos como procedimento metodológico, o trabalho de identificação dos aspectos diversos na implantação da Diocese, tais como: as motivações e justificativas, as contribuições dos atores, as narrativas que favoreceram a manutenção do poder, entre outros elementos particulares, necessários para o alcance dos objetivos.

Defronte ao acervo documental da Cúria Diocesana de Porto Nacional, o qual tivemos acesso limitado e, do número grande de documentos ainda sem catalogação, optamos por priorizar as visitas ao acervo, leituras e análises dessas fontes, não havendo tempo nem logística suficiente para dialogar com outros arquivos de forma mais efetiva. Soma-se a isso, a oportunidade que nos foi dada pela administração da Cúria que, diante da relevância do arquivo, exigia cuidados e horários específicos para as nossas consultas. Portanto, dentro das circunstâncias, vimos a necessidade de nos dedicar e fazer o possível para historicizar as fontes que nos foram autorizadas, ampliando questionamentos, problemáticas e oportunizando pesquisas futuras.

Nossa linha de pesquisa está concentrada no campo da História Cultural, no empenho de historicizar o nosso objeto de pesquisa. Levando em consideração as disputas, embates e contrastes de poder entre os campos políticos e religiosos, priorizando os processos de romanização, missão e diocesanização. Utilizaremos como leitura as contribuições significativas de Pierre Bourdieu, na categoria de "campo". Para uma interpretação das particularidades evidenciadas pelas fontes sobre a região e suas

---

<sup>3</sup> “Rastro, documento, pergunta formam assim o tripé de base do conhecimento histórico” (RICOEUR, 2000, p. 188-189).

representações, serão utilizados os referenciais de leitura de Roger Chartier e Michel de Certeau.

A aplicação do conceito de campo aqui utilizado, permeia as disputas que se desenrolam em todo o desenvolvimento no texto. Evidenciando-se nas relações entre o campo político e religioso, entre Igreja Católica e a instauração do Regime Republicano, e em diante, com o Estado Novo. Assim como, as disputas dentro do próprio campo religioso, a partir da chegada e crescimento de denominações cristãs e de novas religiões que adentram ao Brasil, chegando ao interior do País. Portanto, sujeitos e instituições disputam espaços que os interessam. Nesta linha, Bourdieu (2008, p. 50) explica que:

Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura e da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja a necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para conservação ou a transformação de sua estrutura.

E ainda, sobre a caracterização do conceito, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p.08). Sob essa ótica que

O campo de poder (que não deve ser confundido com campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (...). (BOURDIEU, 2008, p. 52).

A Igreja Católica conseguiu estabelecer uma relação de trocas com o Estado, invertendo seu status de ex-religião oficial para apoiadora de governos na República. Pôde assim silenciar ou propagar valores sociais e políticos, contribuindo para a ordenação da vida pública. Em troca, garantiu privilégios que a colocou diante das outras denominações cristãs e de outras religiões, como uma instituição singular, tendo acesso direto às autoridades e, mantendo frações de seu status do antigo regime. Conforme afirma Bourdieu (2011, p. 70):

A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos às estruturas políticas e, por esta razão, tendentes a conferir a tais estruturas a legitimação suprema que é a ‘neutralização’, capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo mediante a imposição e a inculcação de esquemas de pensamento comuns, bem como pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica de segunda ordem que utiliza a eficácia simbólica reforçando a crença coletiva em sua eficácia.

E com o objetivo de esmiuçar o cotidiano, perceber as inquietações dos sujeitos responsáveis pela expansão do catolicismo na região do Norte de Goiás, tal como os afetados, seja por meio da pastoral ou dos processos institucionais, a História Cultural nos fornece uma base para fundamentação e construção de nossa análise, em relação às leituras e interpretações do objeto e os diversos atores envolvidos. Neste sentido,

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real (CHARTIER, 1982, p.17).

Diante da nova configuração imposta para o catolicismo nos finais do século XIX, quando seu monopólio religioso foi quebrado, tanto pela laicização do estado, como pela aberta concorrência religiosa, ou mais especificamente, na missão e diocesanização em Goiás, a Igreja Católica buscou diversas alternativas para enfrentar as novas circunstâncias para sua atuação. Neste contexto, utilizamos a categoria de estratégia de Certeau (1994) quanto a leitura das táticas do catolicismo em se reinventar diante das adversidades, assim explicadas pelo autor:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios (CERTEAU, 1994, p. 99).

A classificação da pesquisa se direciona para um processo de explanação, descrição - de cunho bibliográfico e documental -, a partir de um movimento de aproximação às narrativas construídas, num exercício de identificação do lugar social da Igreja através do lugar de fala dos sujeitos, autores dos documentos. E através das representações e das práticas construídas (CHARTIER, 1982) pelas descrições nos documentos, o propósito está em identificar as formas de atuação e as sociabilidades dos elementos responsáveis, direta e indiretamente, pelo desenvolvimento da Igreja Católica na região norte de Goiás.

Retornando às fontes da pesquisa, destacamos um projeto que teve seu andamento no ano de 2009, chamado de "*A identidade histórica e cultural de Porto Nacional: uma acessibilidade através dos acervos*<sup>4</sup>", realizado pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, com apoio da própria Cúria Diocesana de Porto Nacional. As atividades se concentraram nos arquivos da cúria diocesana, bem como do Museu Histórico Cultural de Porto Nacional, fazendo a catalogação de, aproximadamente, dois mil documentos de um número em torno de quinze mil. Com a disposição dos dados apresentados pela página do referido projeto, foi possível o levantamento de hipóteses, novos olhares sobre o material e outras análises diante do que ainda não foi trabalhado e explorado. Para as muitas perguntas, muitas respostas poderiam ser encontradas.

Para tanto, o trabalho de pesquisa está estruturado em três capítulos, sendo **O PRIMEIRO** voltado para apresentação das leituras sobre as diretrizes políticas do Estado brasileiro perante a Igreja Católica e a reação da Santa Sé, evidenciando alguns dos mecanismos iniciais do episcopado brasileiro. Seguidamente, procuramos expor a missão como umas das principais estratégias da Santa Sé para os países fora da Europa, a partir de documentos papais que incentivaram tais ações. Ao fim do primeiro capítulo, direcionamos a leitura para o espaço do estado de Goiás, apresentando a condição da Igreja Católica enquanto instituição, no referido território, suas estratégias de estabelecimento e desenvolvimento e, concluindo a exposição com a inserção dos missionários dominicanos, posteriormente, na divisão territorial e na criação da Diocese de Porto Nacional.

No **SEGUNDO CAPÍTULO**, temos o título: Diocese de Porto Nacional e o plano pastoral de Dom Alano Maria du Noday (1936). Mas, antes de adentrarmos ao Plano Pastoral, discorreremos sobre o bispado de Dom Domingos Carrerot (1921-1933)

---

<sup>4</sup> Não conseguimos informações sobre a conclusão do projeto. Algumas informações gerais e, aparentemente, parte do seu andamento, encontra-se no site: <http://cajui.uft.edu.br/proide-pn/o-projeto.html>

e os antecedentes da vida de Dom Alano Maria du Noday (1899-1985), do seu nascimento, vida militar, início de vida religiosa, até sua chegada no Brasil em 1933. Diante a sua chegada, trazemos leituras sobre a realidade eclesial brasileira da década de 1930, a qual o jovem Frade Alano se deparou a desembarcar em terras brasileiras. Em seguida, discutimos alguns pontos de destaque na relação entre a Igreja Católica e o Estado Novo (1930-1945), onde debates se intensificaram, acarretando na realização do primeiro Concílio Plenário Brasileiro - CPB. Ao final do capítulo, “Vigiar, apascentar e proteger: A Carta Pastoral de Dom Alano (1936), apresentamos as perspectivas, do então, recém sagrado bispo, Dom Alano Maria du Noday, para sua Diocese de Porto Nacional.

No **TERCEIRO E ÚLTIMO CAPÍTULO** intitulado Desobrigas, formação do clero e a realidade diocesana, temos como objetivo, analisar as particularidades do desenvolvimento e expansão da Diocese de Porto Nacional e suas intervenções e ou relações com a vida das populações locais, evidenciando algumas áreas e interlocuções de leitura, em especial: as desobrigas e a formação do clero; as narrativas da vida cotidiana paroquial e as estratégias pastorais e institucionais do segundo bispado; a reestruturação e os bastidores das divisões territoriais, entendidos como o recurso final das investidas de Dom Alano no território de sua diocese que compreendia todo o norte de Goiás.

Diante do exposto, e ao final da pesquisa, temos como intenção produzir um material destinado ao ambiente escolar, bem como disponibilizado no espaço de visitação na sede da diocese, colaborando assim, no processo ensino aprendizagem e na contribuição com a educação patrimonial já desenvolvida em espaços do centro histórico da cidade de Porto Nacional. O produto materializado seria uma cartilha ou livreto que apresente, de maneira didática, a expansão da Igreja Católica no norte de Goiás, seu desenvolvimento, influência e relações com as populações da região.

## **2 CAPÍTULO 1 – A IGREJA CATÓLICA E SUAS ESTRATÉGIAS NA REPÚBLICA: A DIOCESE DE GOIÁS**

O capítulo em questão tem como objetivo apresentar, a partir da implantação da República no ano de 1889, quais foram as implicações no relacionamento entre o Estado e a Igreja Católica, evidenciando as reações do Vaticano e do episcopado brasileiro com a nova configuração política instalada, no entendimento aos desdobramentos que implicaram a organização das dioceses no Brasil, conseqüentemente, da diocese de Goiás. A Santa Sé buscou estratégias diante das diretrizes do novo governo republicano, principalmente com a promulgação do decreto de separação da Igreja do Estado esforçando-se para criar alternativas na manutenção de sua influência no novo regime.

Em consonância com a instalação do regime republicano brasileiro, direcionamo-nos às diretrizes papais, a partir das leituras de exortações e cartas apostólicas das últimas duas décadas do século XIX até a década de 60 do século XX. Neste momento, as encíclicas reconduziram a Igreja Católica para sua vocação missionária, ou seja, a adoção de uma estratégia de retorno à missão que se desenrolou, principalmente no século XX. A Igreja Católica brasileira utilizou-se do recurso missionário para se estabelecer e evangelizar o interior do país, em nosso caso, o Norte da diocese de Goiás. Portanto, o percurso proposto inicia-se com o processo da romanização, nos fins do século XIX, passando pelo sentido missionário no século XX,<sup>5</sup> intercalando o processo de diocesanização, até a chegada dos dominicanos no interior da província de Goiás em 1886, e a influência posterior de suas ações. Levando em consideração que, os processos de romanização, missão e diocesanização não acontecem, necessariamente, da forma que foram distribuídos no capítulo – ou de maneira separada - ou nessa ordem, mas podem ocorrer de maneira simultânea, inclusive devido estarmos nos direcionando a estes processos no interior do Brasil.

Nesta perspectiva, é necessário levar em conta as características da Igreja Católica no Brasil, quanto ao atraso recorrente em obedecer às determinações do Vaticano que perduraram até o fim do Império, devido, principalmente, ao sistema do Padroado, e, diante disso, verificar as modificações ocorridas a partir de sua finalização. Curioso observar que, as determinações do Concílio de Trento, por exemplo, só

---

<sup>5</sup> O trecho do título do tópico: O sentido missionário no século XX, não quer dizer a ausência de missão nos séculos anteriores, mas sim, que temos o objetivo de privilegiar o séc. XX, pois é nele que o nosso objeto de pesquisa, a Diocese de Porto Nacional, é criada (1915).

“acontecem, no Brasil, trezentos anos depois através do movimento reformador do século XIX que tem como referência principal a necessidade de se colocar em prática, no Brasil, as decisões do Concílio de Trento” (SANTOS, 1996, p.64). Portanto, a compreensão das relações entre Igreja e Estado no Brasil, as estratégias eclesiais de expansão e estabelecimento em todo o território nacional, possuem particularidades históricas que precisam ser expostas, como forma de compreensão da organização da Igreja Católica no estado de Goiás, como também de seu interior, que veremos ao final desta primeira etapa.

## 2.1 Os desígnios da República para a Igreja Católica brasileira

Refletir sobre a conjuntura do estabelecimento da República no Brasil não é algo simples ou objetivo como uma descrição linear e cronológica do tempo. Pelo contrário, é um exercício complexo que necessita de uma análise histórica cuidadosa. Precisamos percorrer variados temas, instituições e personagens para obter melhores interpretações relacionadas ao evento. E mesmo sendo o nosso objeto direcionado à Igreja Católica no Brasil, essas correlações, do mesmo modo, precisam acontecer, pois a religião extrapola seu âmbito de atuação, influenciando decisões políticas, comportamentos sociais e a cultura de todas as camadas da sociedade onde atua. Portanto, nessa perspectiva, a Igreja Católica também sofrerá mudanças e imposições, como também fará adequações para garantir sua manutenção e permanência no novo regime político. No contexto da descrição abaixo, visualizamos a principal determinação advinda com a República:

Rui Barbosa, no cair da noite de 15 de novembro, sentou-se, de caneta em punho, defronte duma resma de papel almaço, institucionalizando os fatos da manhã. E assim, antes que voltasse ao solo toda a poeira da cavalgada de Deodoro, começou este a assinar o Decreto orgânico que instituía o Governo Provisório da nova República. Seguiram-se a separação da Igreja e do Estado e, dia a dia, inovações políticas e jurídicas de toda a espécie (BALLEIRO, 2012, p.13).

As primeiras mudanças em relação a Igreja Católica que visualizamos ao iniciar das leituras dessa temática é a separação entre a Religião e o Estado, assim como, especificamente, o fim do regime do padroado<sup>6</sup>. Este último, o Império brasileiro

---

<sup>6</sup> João Dornas Filho, em sua obra "O Padroado e a Igreja Brasileira" (1938, p. 37) detalha bem as condições desse acordo, assim pontuando: "Foi assim que o padroado, de uma simples concessão da Santa Sé, se transformou em tutela permanente do direito majestático exercido pelos reis. E esse direito

havia - desde a Colônia - estabelecido com a Santa Sé, uma relação de subordinação do clero aos interesses do governo português, o qual tinha até a prerrogativa de escolher e designar sacerdotes e bispos para jurisdições eclesiais em todo o território. Um acordo que, inclusive, durará séculos no Brasil, determinando um padrão institucional religioso próprio, como sinalizado na obra, ainda no século XIX:

Os parochos, e os bispos são subvencionados pelo Estado, e recebem emolumentos, são empregados publicos, e os poderes do Estado, pelo inalienavel direito de padroado, e por -bem da ordem e segurança publica: são seus legitimos superiores, podem ordenar a sua responsabilidade ante a autoridade competente, a qual por sua parte os póde indubitavelmente puni?' civilmente (MARINHO, 1873, p.128).

Segundo Castro (1998, p.21), “os reis de Portugal tornavam-se portanto, os chefes efetivos da Igreja do Brasil por duas razões: pelos direitos do padroado e pelo título de Grão-mestre da Ordem de Cristo”, tornando-os responsáveis pela vida religiosa de suas colônias. Esse modelo, aparentemente, dava a Igreja Católica uma certa tranquilidade perante seu trabalho de evangelização. No entanto, como vamos discutir neste capítulo, percebemos pontos que facilitaram e atrapalharam as ações eclesiais. E essas prerrogativas vão sofrer alterações drásticas após o 15 de novembro de 1889, dando um novo espaço ao catolicismo.

Na conjuntura de implantação do regime republicano, a Igreja Católica passou a enfrentar um duplo desafio. A tarefa mais urgente era, sem sombra de dúvida, a definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, institucional, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política (MICELI, 1985, p.42).

O questionamento principal que se entrelaça no estudo da Igreja Católica na Velha República é sua estagnação por mais de três séculos de existência na América portuguesa, e quais serão suas respostas perante o novo regime. Na leitura de Castro (1998), o padroado irá contribuir com este estado de paralisação da Igreja Católica no Brasil, visto que o seu controle sistemático torna-se responsável por dificultar a ação dos missionários e dos sacerdotes, sobretudo, marcado pela pouca expansão

---

vinha sendo exercido desde 1455, quando Calixto III, pela *bull Inter-cretera*, deu poderes aos soberanos portugueses para conferir, além da apresentação, a propria collação sem dependencia dos diocesanos, assim como toda a jurisdição ordinaria, domínio e poder *in spiritualibus*, com facultade de conceder todos os benefícios com cura e sem cura d'almas. E não é só. Júlio III, em 1551, além de confirmar esses poderes, ainda os amplia, facultando collal-os por si ou por outrem, e provel-os in temporalibus como in spiritualibus ... No Brasil, que herdára de Portugal esse regímen de opressão que tantas angustias infligiu á Igreja, a lucta dos dois poderes nasêu com a colonização”.

evangelizadora e administrativa neste período. Em síntese, irá colaborar apenas como uma das ferramentas de apoio para o projeto colonizador, e não nas ações primazes de uma religião.

Desse modo, em alusão ao padroado, é importante atentar-se a uma certa comodidade e inércia durante o período colonial, pois o mesmo ao adentrar no Império, permaneceu fixo nos critérios estabelecidos anteriormente, como religião oficial do Estado, a exemplo, “durante quase um século não houve sequer fundação de um seminário no país” (MICELI, 1985, p.40). Com a chegada do novo regime, as estruturas basilares da sociedade, não só no Brasil, dado que o ideário republicano chegou a boa parte da América, vão ser preteridas e questionadas como um grande atraso a nova modernidade, sendo a Igreja Católica uma das principais instituições a serem taxadas inimigas da República.

Neste início, após a instauração do Governo Provisório, as autoridades eclesiásticas começaram a se movimentar e buscar, a princípio, compreender o que realmente estava por vir. “Após a publicação do decreto, a *internunciatura* agiu rapidamente solicitando aos bispos brasileiros suas impressões sobre a nova situação inaugurada em 07 de janeiro” (AQUINO, 2012, p.64). E ainda,

Nas impressões do internúncio, o Governo Provisório da República, formado a partir de uma revolta militar sem apoio e unanimidade popular, estava atordoado e a Igreja Católica corria sérios riscos nesse cenário que lhe era profundamente hostil (AQUINO, 2012, p.61).

Para Baleeiro (2012, p. 15) uma leitura dos primeiros atos ou decretos dos vencedores "mostra como eles rapidamente institucionalizaram a República, fundaram um Governo Provisório, criaram os símbolos nacionais, proveram a manutenção da família imperial e, com isso, deixaram explicitamente a Igreja fora do círculo de poder", ao menos em um primeiro momento. Porém, é necessário compreender que o catolicismo estava impregnado<sup>7</sup> no cotidiano das pessoas comuns, assim como na vida das elites da nova recém proclamada República.

---

<sup>7</sup> O catolicismo apostólico romano tem papel ativo na formação da sociedade brasileira desde o período pré-colonial, usufruindo do monopólio religioso como religião oficial de estado até a Proclamação da República em 1889.

Ademais, a Igreja Católica como mantenedora de uma tradição milenar e, por conseguinte, ortodoxa<sup>8</sup>, vai se opor à modernidade e aos novos regimes instaurados e influenciados pela Revolução Francesa de 1789. É descrito por historiadores e até por manuais e livros didáticos, seja nos períodos da Idade Média ou Moderna, a associação do alto clero com o poder secular. Mesmo com desequilíbrios, a Igreja Católica permanecerá ligada ao que podemos chamar de poder temporal, ou seja, referente ao poder político. No que se atribui ao nosso período e eventos de estudos, na intermitente proclamação da República brasileira,

A postura doutrinária da Santa Sé se consolidou através das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum* (1864) que condenaram drasticamente os chamados “erros modernos”, a saber, o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma “o progresso, o liberalismo e a civilização moderna (MICELI, 1985, p. 32).

A separação entre a Igreja e o Estado, no artigo 7º da emenda de 1891, enfatiza e declara que “nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependencia ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados. A representação diplomática do Brasil junto á Santa Sé não implica violação deste princípio” (BALEEIRO, 2012, p.96). Neste mesmo texto, é previsível que fica facultativo uma negociação entre dois estados, a possibilidade de reformulações e adequações da Igreja Católica à nova realidade republicana brasileira.

Com isso, a partir dos primeiros decretos após proclamação da República, passamos da submissão da Igreja ao Estado para a relação entre duas instituições, de maneira independente. “Do ponto de vista político-organizacional, a separação cancelava praticamente todos os direitos de intervenção sobre os negócios eclesiásticos de que dispunha o poder central conforme estipulava o regime de padroado” (MICELI, 1985, p. 43). Dessa forma, da oficialidade com direitos e deveres, a Igreja Católica passa a ser uma instituição religiosa semelhante a quaisquer outras, contudo, possuidora de sua autonomia e liberdade administrativa.

---

<sup>8</sup> “ORTODOXO - (gr. orih6- doxoe = que esta com a Verdade) - o que é conforme com a Verdade, com a doutrina católica; Indebitamente designa a facção separada de Roma (...) justamente com parte da verdade; ortodoxia é o estudo ou aplicação rigorosa das Verdades doutrinárias” (MAIA, 1966, p. 147).

## 2.2 As determinações da Santa Sé para a República

O catolicismo age de acordo com a realidade de cada época procurando influenciar com suas perspectivas do que seja bom ou ruim para a humanidade, ou ao menos, o que esta julga ser. Houve uma diversidade de intervenções e críticas às sociedades, reis, outras culturas e povos, em todos os séculos de sua existência. No decorrer do século XIX e no seu findar, não vai ser diferente, assim como as críticas e ideias oriundas e fundamentadas pelo do pensamento moderno. Os embates são feitos constantemente. Algumas vezes o poder espiritual vence e em outras é vencido. O importante neste aspecto, conforme nossas indicações bibliográficas e teóricas, é analisar o movimentar do tempo e dos personagens inseridos nele, e nos ajustes necessários, a Igreja Católica vai questionar, novamente, sua condição dentro das mudanças de paradigmas introduzidas no Brasil com a instauração do regime republicano. Conforme iremos expor durante o texto, a Igreja Católica não aceitará silenciosamente os novos cursos do Brasil, mas irá elaborar e colocar em prática diversas estratégias.

Segundo os prelados, com a organização do Estado leigo, a partir da decretação do regime republicano, a instituição eclesiástica fora marginalizada da vida pública e social. Por essa razão estavam eles realizando um esforço a fim de reconquistar uma posição de privilégio para a crença católica, sob a alegação de que se tratava de um direito assegurado pela própria tradição cultural do país. De fato, a ideia ampla de sacralidade se afunila, em termos concretos, num plano de **recatolizar** o país (AZZI; GRIJP, 2008, p. 1, grifo nosso).

Com a vinda e instalação das ideias republicanas no Brasil, nos deparamos com a reação ativa da Santa Sé para com o episcopado brasileiro. A preocupação é tamanha, que o próprio Papa Leão XIII, por meio da encíclica *Litteras A Vobis*, fará recomendações a hierarquia no Brasil, estimulando inclusive, a influência na escolha das lideranças por parte do episcopado:

Use essas armas em defesa do nome cristão, com a liderança do episcopado devidamente preservada e com todo respeito devido ao poder civil. Finalmente, todos os católicos devem lembrar que é da maior preocupação para a Igreja que tipo de homens são eleitos para a legislatura. Assim, preservando os direitos do direito civil, todos devem se esforçar para eleger aqueles que unem o zelo pela religião ao seu zelo pelo público (LEÃO XIII, 1894, p.3, tradução nossa).

Nos atendo ao âmbito financeiro, o qual constitui uma das principais questões para a fixação e desenvolvimento da Igreja Católica, com a separação do Estado, este criará um desfalque grande na vida eclesiástica brasileira, fazendo com que a reação seja imediata, e os religiosos “não podendo mais contar com subsídios governamentais, cumpriam desenvolver atividades e serviços de molde a assegurar margem razoável de rentabilidade” (MICELI, 1985, p. 42). Neste aspecto, as mudanças, que mesmo vivenciadas em outros países pela Igreja Católica, ainda era distante da estrutura montada durante o período colonial brasileiro.

Por outro lado, havia ainda, alguns impasses para a nova organização eclesiástica oriunda do período imperial, limitando o desenvolvimento institucional da Igreja Católica, o que gerou obstáculos ao processo da organização institucional. Como marco desse período “os ideais de reforma da Igreja no Brasil pelo episcopado, que se estenderam da segunda metade do século XIX até o fim da década de 1920, compreendendo o período do fim do Império à implantação da República até a denominada República Velha, foi um processo que ficou conhecido como romanização” (BRESSANIN, 2015, p. 47).

Na leitura de Miceli (1985, p. 36), significava que "a rigor, uma das barreiras mais importantes para o êxito da política de “romanização” derivava da herança da Igreja colonial e do estado de desagregação interna a que chegara a Igreja em simbiose com o trono”. Tal impasse teve seu fim - procurando uma maneira e um evento de maior significância, logo, a proclamação da República - a partir de 1889, possibilitando uma abertura e crescimento significativo e maior controle pela Santa Sé. De maneira geral, podemos caracterizar como sua expansão em todo o território nacional, acompanhado de uma sistematização mais profícua, inclusive, mais bem sucedida que a do Estado.

Mesmo a Igreja Católica cedendo em se disponibilizar ao diálogo com a República, ainda que imposta pela separação com o Estado político, e portanto, a sua igualização diante a outras ramificações do cristianismo, ou até outras religiões – o que era uma afronta a tradição católica - buscará a contramão disso. Ademais, o processo de romanização pode ser considerado como um conjunto de ações e comportamentos que guiarão o catolicismo no Brasil para a uniformização e padronização de acordo com os ditos da Santa Sé. O pontífice do fim do século XIX sintetiza, no trecho abaixo, a organização sistemática, com as seguintes palavras:

De resto, que o amor e a harmonia de mentes adequados floresçam entre vocês, pensando da mesma forma como uma alma em uma. Por esse motivo, recomendamos que você compartilhe seus planos com frequência entre si e mantenha sínodos episcopais em vários lugares para satisfazer as obrigações do seu sagrado ofício. Você tem o Legado da Sé Apostólica, que lhe dirá a nossa mente e os nossos conselhos. Também por causa do amor paterno com o qual abraçá-lo, você está sempre pronto para prestar ajuda ao seu trabalho (LEÃO XIII p.04, tradução nossa).

Nesta perspectiva, consideramos não ser possível pensar o catolicismo no Brasil sem um olhar para o conceito de romanização<sup>9</sup>. Na leitura de Campos (2010, p. 13), a afirmação de que embora

Não haja uma homogeneidade entre os autores no tocante à romanização, observam-se duas tendências historiográficas bem definidas, que podem estar associadas e não se excluem totalmente: a de que a romanização teria sido vitoriosa e de abrangência nacional e outra que procura ressaltar os elementos heterogêneos, descontínuos e díspares desse processo, resultantes das múltiplas diferenças entre as regiões onde a Igreja se insere.

As estratégias<sup>10</sup> da alta hierarquia eclesiástica e “a reaproximação com o papado trouxe assim mais benefícios do que desvantagens do ponto de vista dos interesses dominantes no interior da organização eclesiástica” (MICELI, 1985, p.53). A conscientização de todos os religiosos, do litoral ao mais remoto interior do país, proporcionou a antítese necessária para a Igreja Católica no novo regime. Diversas respostas foram dadas neste âmbito, a exemplo da formação do clero; se não tínhamos centros de formação dos eclesiásticos adequadas, mandara-os para Roma, se não tínhamos lideranças com intelecto acadêmico nas diversas regiões interioranas, a importação foi incentivada; um acompanhamento, por parte da Santa Sé, que se seguiu até o estabelecimento por completo das fundações diocesanas por todo o Brasil.

---

<sup>9</sup> A nossa intenção de mencionar este conceito, surgiu na busca de compreender os princípios de reorganização da vida eclesiástica do Brasil após a instalação da República, nos possibilitando uma melhor contextualização do período da pesquisa.

<sup>10</sup> Toda essa conduta eclesiástica está embasada em uma defensiva iniciada no Concílio de Trento (1545 - 1563) e retomada no Concílio Vaticano I (1869- 1870). Ambos os concílios estão impregnados por uma entoação de defesa, ataque e contra-ataque, o primeiro contra o protestantismo e o segundo contra as ideologias modernas. Em referência ao Concílio Vaticano I, Pio IX determina que “o propósito do Concílio, afirmava o papa na bula de convocação, era defender a fé que era atacada desde o concílio de Trento, revisar a vida clerical, o matrimônio cristão, a educação da juventude, o relacionamento igreja e estado. O objetivo principal que aparecia nessa convocação era enfrentar a questão desdobrada a partir do início do século XIX, ou seja, enfrentar a modernidade que tomará outros rumos com a evolução de pensamentos e práticas oriundas da tríade revolucionária: iluminismo, revolução francesa e industrial. Desejava Pio IX que a infalibilidade papal e o primado fossem definidos e proclamados nessa assembleia conciliar” (SOUZA; GONÇALVES, 2013, p.65).

Segundo Miceli (1985, p. 35) em toda a América Latina essa sistematização fora adotada e trabalhada, de maneira geral, até o findar do século XX, treinando o futuro episcopado e as lideranças religiosas, organizando a partilha do território perante uma moralização rígida e leal ao Vaticano. Gerando um clero obediente, hierarquizado, institucionalizado e em contínua expansão por todo o território nacional, conforme os mandos da Santa Sé. Neste sentido, Aquino (2012, p. 93) aponta que

Nas Cartas Pastorais de 1890 e 1900, o episcopado brasileiro insistiu no caráter civilizador do catolicismo no Brasil e com o desenvolvimento da reforma eclesial, caracterizada pela séria incorporação da liturgia romana e pelo fomento a entrada de padres e freiras estrangeiras, a Igreja Católica despontou e foi reconhecida, por boa parte das elites, como instituição civilizatória, capaz de pavimentar o caminho do progresso nacional (AQUINO, 2012, p.93).

### 2.3 O retorno da Missão: o sentido missionário do século XX

Iniciamos este tópico considerando oportuno discutir e expor o sentido missionário<sup>11</sup> que se desenrolou nos discursos<sup>12</sup> papais dentro do século XX, mas que teve sua gênese ainda no século anterior. É compreensível que com as diversas mudanças de cunho político na América Latina, e que, a exemplo do Brasil, a Igreja Católica passa a ter uma condição mais autônoma e livre. Perante esta situação, o seu desenvolvimento precisou com urgência de uma nova metodologia e de novos anunciadores de sua doutrina. No entanto, a formação do clero, a organização administrativa e pastoral encontrava-se ainda insuficientes.

Cabe sinalizar que o período das publicações das encíclicas, bem como do aperfeiçoamento estratégico da Igreja Católica direcionado às missões, localiza-se em um cenário conturbado de tensões ideológicas e guerras que estavam reafirmando-se dentro do século XX. Um corte temporal intermediário entre dois Concílios Vaticanos, com uma “variedade contextual que se inicia com a efervescência de uma nova consciência política moderna, passando pela crise modernista, por duas guerras mundiais, pela emergência dos nacionalismos” (SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 21) que influenciará, direta e indiretamente, todos os trâmites.

---

<sup>11</sup> Maia (1966, p. 147) nos esclarece, a partir de uma visão católica, o significado de missão: “MISSÃO organizações eclesialísticas em países de infiéis para levá-los a fé; série de pregações doutrinárias para aiervorar e para conversão dos túbios; missionário é aquele sacerdote que missiona, geralmente pertencente a Ordens Religiosas que especificamente se dedicam a isto.”

No correr dos longos pontificados de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), O Vaticano concentrou recursos no revigoramento do trabalho missionário, nos incentivos à nacionalização do clero e da alta Hierarquia em áreas coloniais de missão e em outros domínios territoriais que continuavam pesadamente sujeitos aos interesses comerciais e políticos europeus, como era o caso da América Latina (MICELI, 1985, p.34).

Para Castro (2012, p. 157) no período colonial, “não era apenas de maneira burocrática que a Igreja estava unida ao Estado. Existia toda uma reflexão teológica que dava um conteúdo de fé à colaboração entre o poder espiritual e o temporal”, o que pareceu desligar-se – ao menos oficialmente - completamente na República. A Igreja Católica como parte integrante do Estado brasileiro, anteriormente, torna-se, no novo regime político, um estado dentro do estado, possuindo suas próprias prerrogativas, inclusive redesenhando seu próprio território.

No apelo aos bispos, Leão XIII na encíclica *Sancta Dei Civitas* (1880, p.23-24) em dezembro de 1880 pede:

Veneráveis Irmãos, que sois chamados a compartilhar a Nossa solicitude, exortamo-nos cada vez mais a vos esforçardes unanimemente por acudir, com zelo e ardor, as missões apostólicas, pondo em Deus a Vossa confiança e não Vos deixando assustar por nenhuma dificuldade. Vai nisso a salvação das almas, pela qual o Nosso Redentor deu sua vida e Nos confiou, a Nós, bispos e padres, a obra santa de completar o seu corpo. É por isso que, ficando cada um de nós no posto onde Deus Nos colocou e na guarda do rebanho que ele Nos confiou, esforcemo-nos ardentemente por levar às santas missões os socorros que havemos lembrando como estando em uso desde o começo da Igreja, a saber, a pregação do Evangelho e as preces, com as esmolas dos piedosos fiéis.

No mesmo período em que se dramatizava as correntes republicanas no Brasil, até o seu apogeu, observamos na carta de Leão XIII, o investimento nas ações missionárias. De modo convocativo, diretamente aos chefes das Igrejas locais - os bispos – o Papa chegou até a citar o evangelho. No entanto, ação desta natureza não se restringiu apenas ao referido Papa, mas um número considerável de pontífices do século XX que expuseram sobre este tema em suas exortações apostólicas, o que chamou bastante a atenção para análise em nossa pesquisa.

Após o Leão XIII, Bento XV redigiu a carta intitulada *Maximum Ilud*, conhecida como Carta Magna da atividade Missionária. Abordou diversos aspectos de cunho central para a missão, os quais ficaram alicerçados em diversos documentos católicos e na prática dos missionários da Igreja, sendo eles: a história da Igreja, a

teologia, o direito, a pastoral, a espiritualidade e a animação missionária. Giacomo Paolo<sup>13</sup> propôs com esta carta, justificar historicamente a necessidade de corporificar a Igreja como uma instituição missionária. Aos líderes, bispos, vigários ou prefeitos apostólicos, diz o pontífice:

O destino de uma Missão depende, pode dizer-se, do modo como é dirigida; por isso, pode ser danosa a não idoneidade de quem a governa. Na verdade, quem se consagra ao apostolado das Missões, abandona pátria, família e parentes; aventura-se frequentemente numa viagem grande e perigosa, disposto a suportar qualquer sofrimento a fim de ganhar mais pessoas para Cristo. Por isso, se tem um superior que o assiste nas várias circunstâncias com sincera caridade, não há dúvida que a obra será frutuosa; caso contrário, abatido pouco a pouco pelas contrariedades, provavelmente terminará abandonando-se ao desânimo e à inércia (BENTO XV, 1919, s/p).

Ambas as encíclicas citadas, mencionam e incentivam o apoio a organismos da Igreja Católica que trabalham diretamente com a missão. Sendo eles: Pontifícia Obra Missionária para a Propagação da Fé; Obra da Santa Infância; Obra de São Pedro Apóstolo e União Missionária do Clero. Todas estas, podem se enquadrar como a institucionalização da missão, ou seja, a sistematização e controle por parte da Santa Sé.

Nas terras consideradas propriamente de missão, a Igreja erigiu à época Vicariatos e Prefeituras Apostólicas, nem sempre dirigidas por bispos, sob o controle da Sagrada Congregação para a Propagação da Fé ( *Congregatio Fide*) Vicariatos e Prefeituras foram criados em terras de Propaganda selvagens, de não civilizados, na ótica cristã europeia (AQUINO, 2012, p.100).

Outro texto crucial, inicia com o tópico *As missões, perpetuo cuidado da Igreja*, na encíclica *Rerun Ecclesiae* de Pio XI, do ano de 1926. A menção do perpetuo explicita bem as intenções do Romano Pontífice em fortalecer ainda mais o financiamento missionário da Igreja. Inclui no documento, ainda, celebrações e datas específicas – litúrgicas, criando a *Agência Fides*, com o intuito de divulgar as ações missionárias em todo o mundo e até pesquisas de cunho científico, melhorias e avaliações mais sistemáticas das ações de missiologia. O esforço está em impregnar a responsabilidade de todos os setores constituintes da Igreja – religiosos ou leigos – na obra evangelizadora, como obrigação de todos os batizados, de todos os ordenados e dando orientações aos missionários das frentes.

---

<sup>13</sup> Nome de batismo de Bento XV.

O Pontífice sinaliza ainda que “se nenhum fiel cristão deve esquivar-se deste dever, poderia dele desinteressar-se, que por eleição de Nosso Senhor Jesus Cristo participa do seu mesmo sacerdócio e apostolado?” (PIO XI, 1926). O Papa, por meio deste fragmento, deixa bem claro a necessidade de empenho da hierarquia eclesiástica nos trabalhos de missão. Utiliza de uma retrospectiva bíblica/teológica, histórica e alicerçada nos discursos de antecessores. Ora, o texto ainda recomenda o recrutamento do clero indígena, sua inserção na hierarquia, além de outras advertências:

Além disso, há outra razão para que não permitais de nenhum modo a postergação habitual do clero indígena em ofícios e ministérios, qual se eles não participassem do caráter sacerdotal e do mesmo apostolado que os missionários estrangeiros. Mas ainda, deveis tê-los nas pupilas dos olhos, como destinados a governar, um dia, as igrejas e cristandades que vós haveis fundado com vossos trabalhos e suores. Não deveis mais haver, portanto, distinção alguma entre missionários europeus e indígenas, nem razão de separação; mas sim todos devem unir-se em mutua reverencia e caridade. (PIO XI, 1926).

No pontificado seguinte, Pio XII publica três cartas, intituladas: *Saeculo Exeunte* (1940), *Evangelii Praecones* (1951) e *Fidei Donum* (1957) que se dedicam em parte ou totalmente à missiologia. A primeira, mesmo que específica ao público de Portugal, começa por elogiar os grandes feitos missionários relativos ao período da navegação. No artigo 27, recomenda que os sacerdotes recebam uma formação em “sólida e profunda consciência missionária, tão útil para robustecer a formação sacerdotal, com vantagem para o futuro exercício de seu ministério, seja qual for o lugar que a providência os destine” (PIO XII, 1940).

Em *Evangelii Praecones* (1951), após a Segunda Guerra mundial, um período de grandes incertezas e devastações em todos os campos da sociedade, Pio XII insiste na formação e estabelecimento de Igrejas nacionais. A encíclica dividida em dois capítulos; em primeiro lugar, trazendo *as últimas décadas da atividade missionária* e o outro *orientações para o missionário, do clero nativo, dos leigos para as missões*, consistindo em um dos principais pontos, no que se refere ao chamamento dos leigos ao apostolado missionário.

No penúltimo ano de seu pontificado, Pio XII publica a *Fidei Donum* (1957), direcionada ao continente africano e suas independências subjugadas pelas potências colonizadoras. O texto é dividido em três partes: *A situação da Igreja na África, a corresponsabilidade de toda a Igreja e o Tríplice dever missionário – Oração e sacrifício, cooperação missionária e vocações missionárias*, solicitando a abertura de

um conselho missionário por diocese e a manutenção das ações pela Pontifícias Obras Missionárias.

Deve-se, igualmente, atender às necessidades religiosas e culturais desta geração porque, se não lhe for dado abundantemente o pão da verdade, é muito de se temer que venha a procurar fora da Igreja um alimento proibido. Na verdade, para que os bispos, em seu zelo, bastem a todos esses encargos pastorais, têm necessidade, não apenas de maiores recursos, mas, e principalmente, de auxiliares idôneos para os diversos ministérios que são ainda mais difíceis por exigirem maior adaptação a grupos muito particulares. Instruir e preparar tais falanges de apóstolos não é nada fácil nem obra de um dia e, muitas vezes, estes mesmos são pouquíssimos. Por isso, torna-se mais urgente atender essa necessidade, para que tão excelentes e cultas inteligências não venham, infelizmente, a desistir de olhar com confiança para a Igreja católica. (PIO XII, 1957).

Além disso, na leitura de Alves (1979) a partir do Concílio Vaticano I<sup>14</sup>, os Papas aumentaram seu poder de maneira substancialmente, por meio do dogma de infalibilidade, fortalecendo, conseqüentemente, o poder da Cúria Romana. Diante dos novos desafios, Leão XIII e Pio X tentam restabelecer a hegemonia católica frente ao protestantismo, a maçonaria e os “outros erros modernos”, visando reconquistar seus antigos territórios de atuação. Além do mais, “o decréscimo da sua influência política na Europa tornava sedutora a aventura missionária na América Latina, último continente onde a cristandade parecia possível, ao mesmo tempo que libertava os recursos humanos necessários à sua realização” (ALVES, 1979, p. 34).

Será já passado o período tridentino, e concluindo as reformas que estão associadas ao concílio, que os Papas aparecem com a preocupação de determinarem uma política missionária própria, pensada e dirigida a partir da Santa Sé. O objetivo é antes de mais nada consolidar a reafirmação do poder pontifício feita pelo Concílio, e ao mesmo tempo tomar a iniciativa de atuar em geografias extra europeias [...] (FALCÃO, 2019, p.44).

---

<sup>14</sup> A questão de superioridade papal teve sua gênese ainda dentro do Concílio de Trento, contudo, não chegou a ser oficializada. As disputas entre o catolicismo e o protestantismo se destacaram nas determinações, sobrepondo-se ao papado, porém, não reduziu a singularidade dos pontífices. Somente três séculos mais tarde é que foi oficialmente proclamada a infalibilidade papal. “A despeito do Concílio Vaticano I não ter sido concluído, em função de circunstâncias históricas, seu legado se situa na evidente e necessária relação entre fé e razão, sem que uma prescindia a outra, na confirmação do primado de jurisdição do papa em clara relação com os outros bispos – o que proporcionou que posteriormente se desenvolvesse uma teologia da colegialidade episcopal – e na proclamação do dogma de infalibilidade papal e eclesial em relação à fé e aos costumes de todos os cristãos. Esse legado propiciou que, tanto no magistério eclesiástico quanto na investigação teológica, se buscasse aprofundar o sentido de relação entre fé e razão, mediante categorias que tornassem a fé verdadeiramente contemporânea de uma época histórica; algo que se evidenciou no concílio vaticano II” (SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 97).

Diante das cartas que separamos dos pontífices entre a última década do século XIX até PIO XII, devemos observar que tratou-se de um período bastante intenso da história universal. Tivemos, a exemplo, diversas independências, mudanças de regimes políticos, a laicização dos Estados, duas guerras mundiais e toda uma remodelação geográfica dos Estados nação, como também, reformulações nos pensamentos dos indivíduos e da sociedade. Estruturas de poder, antes inquestionáveis, passaram a ser bombardeadas por novas ideias e concepções de vida. Perante isso, o cristianismo, em suas diversas ramificações, reage com variadas formas, empreendendo seus esforços no alcance de mais fiéis.

A Igreja Católica, particularmente, entre as diversas estratégias, utilizou-se da reativação de sua identidade missionária como recurso para evangelização e alargamento de seus domínios, como vimos nos discursos papais. Os Papas percebendo o contínuo e organizado avanço do protestantismo na América e em outras antigas colônias, investem na diocesanização dos territórios, e não existindo clero local e nem mínima estrutura em boa parte dessas regiões, incita missionários para essa organização. Após esta última, o desenvolvimento natural – na idealização da Igreja - seguiria e as Igrejas Católicas nacionais poderiam caminhar sozinhas com seus próprios recursos humanos e materiais.

Este desiderato, da constituição de uma Igreja local, baseada na autoridade do Bispo diocesano e do seu clero, mais não é do que o culminar do processo de constituição de comunidades católicas, de acordo com um padrão que remonta aos primeiros tempos do cristianismo. Depois de um período inicial de atuação missionária, visando a conversão da população de uma determinada região, e depois de constituída uma comunidade com dimensão e solidez humana e material, da qual saíam vocações religiosas suficientes, a Igreja forma uma nova unidade eclesial, a diocese, dotada de autoridade e autonomia personificada no seu bispo (FALCÃO, 2019, p.45-46).

#### 2.4A diocesanização no Brasil e as estratégias da Igreja Católica no Goiás

A autonomia da Igreja Católica imposta pelo regime republicano, a exclusão do apoio financeiro e a laicidade do estado, obrigaram a Santa Sé, contente ou não com as mudanças, a comprometer-se com a organização administrativa institucional e eclesial do antigo Império brasileiro na sua transição para a República. A República demonstrou, de maneira explícita, a desassistência religiosa existente no país, principalmente no interior, onde a pobreza extrema distanciava a maioria dos

missionários. Neste sentido, entre as diversas ações empreendidas pela Igreja Católica, correspondentes a sua presença em todo território nacional, dizem respeito ao

Conceito de *diocesanização*<sup>15</sup> considerado aqui como um conjunto de intervenções da Igreja Católica que ativa seu poderio institucional para criar lugares próprios, justificando suas práticas através de um discurso teológico-político que repercute sobre a construção e organização dos espaços, permite repensar, desde novas bases, as relações entre o Estado republicano, a Igreja e a Sociedade no Brasil, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, ao propor novas indagações aos documentos clássicos desse problema, ao abrir caminho para que novos documentos sejam considerados na análise, bem como problematizar certas interpretações históricas e sociológicas recorrentes que merecem reparos e ajustes ao serem rigorosamente confrontadas com a documentação e a historiografia pertinentes (AQUINO, 2012, p. 24).

De acordo com Micelli (1985, p. 46) “a organização eclesiástica encontrou, portanto, meios de recuperar boa parte do terreno político e institucional perdido com a separação, driblando assim aquelas medidas impostas pelo governo provisório no intuito de cercear sua influência política”. Considerando-se o tempo histórico, as resoluções encontradas pela Igreja Católica foram bastantes rápidas para a nova realidade do período. Contudo, não podemos deixar de mencionar que o processo de diocesanização não era algo novo, mas sim uma reprodução da experiência e do caso europeu.

A relevância da responsabilidade administrativa que passa a ser da própria Igreja Católica é algo que irá revolucionar o desenvolvimento institucional. As novas dioceses, as novas paróquias, a criação de seminários, a distribuição dos sacerdotes, missionários, o atendimento às populações distantes, tornam-se responsabilidades diretas do clero em consonância constante com as determinações do Vaticano.

Como descrito no tópico anterior, o papado esteve continuamente interessado na evangelização da América Latina. O destaque dos religiosos brasileiros ajudou na nomeação do primeiro cardeal latino-americano na pessoa de D. Joaquim Arcoverde (1905), fazendo com que “o eixo da política eclesiástica no país voltasse às mãos dos prelados que readquiriram de chofre uma série de poderes cujos efeitos sobre a ordem política temporal logo se fizeram sentir” (MICELI, 2012, p.44). Em uma visualização geral,

---

<sup>15</sup>“Ressalte-se aqui que a *diocesanização* não se restringe a um processo territorial (geográfico), mas, sob a inspiração da categoria de *estratégia* de Michel de Certeau, envolveria além dos lugares físicos, os lugares políticos (relações e situações de poder) e os lugares teóricos (discursos)” (AQUINO, 2012, p.23).

Todas as capitais estaduais foram promovidas a sedes de dioceses para cuja gestão foram muitas vezes convocados elementos do clero originários de importantes grupos oligárquicos. O acesso a familiaridade de trânsito junto a esses círculos construíam trunfos indispensáveis ao levantamento de recursos nas proporções exigidas pelo vulto das despesas necessárias à formação do patrimônio diocesano (MICELI, 2012, p.45).

O crescimento quantitativo, não cabendo observar o qualitativo no momento, observou-se frutífero. Por outro lado, é significativo mencionar que a grandiosidade geográfica acarretará em diversas realidades de implantação e desenvolvimento da diocesanização, inclusive quando considerado os variados grupos de missionários e ordens religiosas, masculinas e femininas que circularam no Brasil no referido período, adequando-se às populações locais, aos seus objetivos e as cobranças das hierarquias eclesiásticas. “Em uma nova fase institucional, a Igreja deveria proceder de modo a que o seu poder simbólico fosse territorialmente materializado” (AQUINO, 2012, p.98), colocando-se presente com lideranças e solidificando seu patrimônio, estruturando-se em todo o território.

Outra questão essencial é a relação do clero com as autoridades locais. Para essa implantação e desenvolvimento regional, pois além da instalação das dioceses nas capitais, também houveram inaugurações em regiões desassistidas, seja pelo tamanho territorial, seja pela massa habitacional. O clero precisou aliar-se aos chefes regionais e locais e com isso, passou a procurar apoios entre chefias e lideranças, coronéis principalmente.

Destaca-se o fato que o crescimento das bases representativas com a chegada da República inclinou as oligarquias e/ou partidos dominantes a utilizarem o prestígio da Igreja frente aos fiéis como instrumento eficaz de mediação na cooptação de votos e legitimação da ordem social, ao passo que as organizações católicas continuassem a receber auxílios e concessões dos poderes públicos como contrapartida (CUNHA, 2010, p. 306).

Dessa maneira, conseguiam recursos materiais para suas empresas de todo o tipo. E como resposta, ajudaram seus patrocinadores com apoios necessários para sua manutenção no poder, contribuindo no fortalecimento das elites locais. “De fato, esse processo evidenciou que o moderno controle rigoroso de um território, imprescindível para os Estados em consolidação nacional, foi incorporado e eficientemente praticado pela Igreja em sua gestão” (AQUINO, 2012 p. 97).

Assim, a diocesanização do catolicismo no Brasil, como parte de diocesanização um movimento internacional de reorganização da Igreja

Católica Apostólica Romana em um contexto de profundas transformações apresentou-se na condição de estratégia eclesial fundamental para ampliar a presença da Igreja na sociedade brasileira, respondendo às demandas da Cúria Romana e às necessidades sociopolíticas e religiosas específicas de cada unidade federativa da república brasileira. Indicou ainda a ambígua e diocesana relação da Igreja com a modernidade, afinal, ela incorporou muitas tecnológicas novidades científicas e da modernidade, mas combateu as suas repercussões morais e religiosas (AQUINO, 2012, p.96).

O impasse da transição colocou a Igreja Católica em uma redoma de decisões – ao menos aparentemente - contraditórias. Haviam documentos pontifícios que criminalizavam as novas legislações como heréticas e toda ou qualquer inovação política como maus da modernidade. Ao mesmo tempo, reorganiza-se com uma sagacidade invejável para manutenção de seu *status quo* na sociedade brasileira e, o Vaticano, no mundo. Uma dualidade que teoricamente traria confusão e desorganização, entretanto, demonstrou-se bastante frutífera.

No que diz respeito à diocesanização no Brasil, as críticas iniciais ao novo regime, rapidamente, foram substituídas por uma relação de trocas, tanto em nível nacional, como regional. Por meio da criação das dioceses nas metrópoles e em regiões importantes, os bispos criavam laços e apoiavam os governos. E nos locais de difícil acesso ou com pouca organização institucional da Igreja Católica, direcionava-se às missões, com o intuito de organizar o território para, em seguida, proporcionar a fundação de novas prelazias e dioceses. A Igreja Católica, dessa forma, de opositora ao regime, passa a ser uma das principais colaboradoras e, para a América Latina,

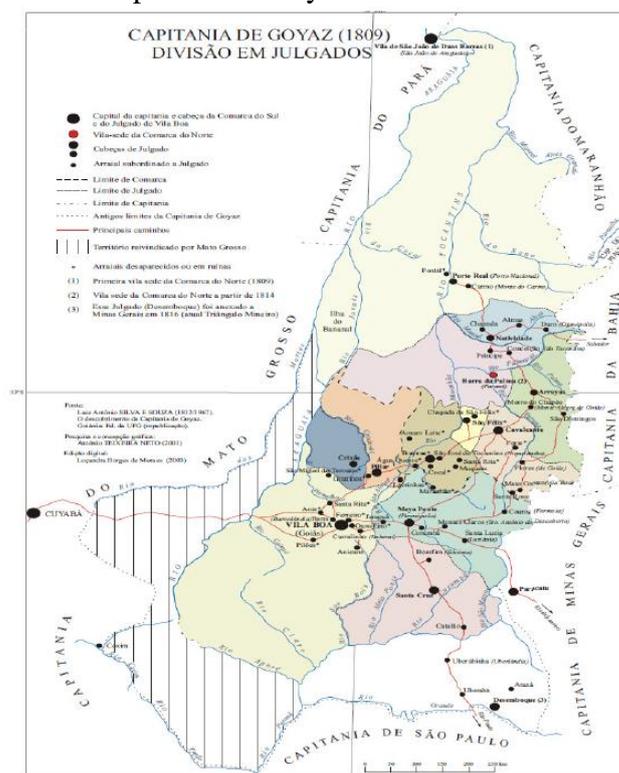
O Vaticano adotou uma política expansionista, uma postura patrimonialista, com metas de romanização no treinamento do estilo de orientação de mando episcopal. Em especial para o Brasil empreendeu a partilha do território preferencialmente entre as congregações religiosas mais dependentes e leais ao Vaticano (PIRES, 2002, s/p).

Diante deste cenário, assim como todo o território nacional, Goiás também passou pelo processo de reorganização nos seus domínios eclesiais. E antes de adentrarmos a Diocese de Porto Nacional, objeto de nossa pesquisa, compreendemos que seja importante descrever alguns aspectos da jurisdição anterior a qual pertencia. A Diocese de Porto Nacional (antiga Porto Imperial), da região Norte de Goiás, não era única marcada por problemas de escassez material e espiritual, e sim, herdeira de um

uma Diocese<sup>16</sup> já, como um todo, desprovido de uma organização sistemática. Isto significa que, a Diocese de Sant' Ana de Goiás, enfrentava dificuldades pastorais e administrativas, tal como: a falta de sacerdotes, escassos recursos financeiros; faltava-lhe até a sede episcopal. Seja na condição de prelazia ou já diocese<sup>17</sup>, o bispado de Goiás esteve privado de elementos básicos dentro de seus domínios. Sobre a região, de acordo com Bressanin (2015, p. 62, apud OLIVEIRA, 2010, p. 32-33),

Se aceita a ideia de que no final do século XIX e começo do XX a situação de Goiás era de penúria na economia, nas comunicações e cultura, o quadro para a região norte do Estado no mesmo período, era pior ainda. Pelos escritos de viajantes que por lá se aventuraram, livros de dominicanos que lá se estabeleceram, escritores locais, a imprensa da cidade e outras fontes, pode-se ter a ideia das inúmeras dificuldades a que estavam sujeitos os habitantes da região.

**Figura 1** – Capitania de Goyaz – 1809 – Divisão em Julgados



**Fonte:** Universidade Federal de Goiás. Observatório Geográfico de Goiás (2009).  
Adaptado de Feitosa (2011).

<sup>16</sup> Dourado (2010, p. 29) discorre sobre a região do norte de Goiás: “o povoamento de Goiás, em função da sua extensão territorial, se deu de forma vagarosa e diversificada. Assim, o processo de formação dos primeiros núcleos urbanos procedera, principalmente, do desenvolvimento da mineração durante o século XVIII. Os limites da capitania de Goiás eram bastante vagos no século XVIII e a lógica de suas fronteiras esteve vinculada à necessidade de resguardar as jazidas descobertas.”

<sup>17</sup> A prelazia de Goiás foi criada pela bula papal “*Candor Lucis Aeternae*” do papa Bento XIV, em 1745 e elevada a diocese pela bula “*Sollicita Catholici Gregis Cura*” de 15 de Julho de 1826.

Partindo de uma perspectiva econômica, por meio dos estudos de Feitosa (2011, p. 12), destaca-se que "o norte de Goiás, por sua vez, permaneceu subjugado a um mercado local até meados do século XX, quando a intervenção federal possibilitou sua integração ao centro dinâmico da economia brasileira". Desta maneira, mesmo que a região sul do estado de Goiás estivesse crescendo – apesar das dificuldades – o Norte caminhava sempre atrás, sugerindo a manutenção dessa conjuntura. Logo,

Se a região sul encontrava-se em melhores condições que a norte, era, em grande parte, devido a fatores geográficos. As dificuldades de comunicação e transporte para a região norte, devido as grandes distâncias dos centros comerciais e a falta de estradas, as terras da região norte serem menos férteis e menos próprias para o cultivo, que as do sul, todos esses fatores retardaram o seu desenvolvimento (OLIVEIRA, 1997, p. 43).

De maneira geral podemos dizer que “a transição da economia colonial para uma economia mercantil-escravista e, posteriormente, para uma economia primário-exportadora capitalista não provocou mudanças significativas nas relações socioeconômicas do norte <sup>18</sup>de Goiás” (FEITOSA, 2011, p. 26). Em correlação a essa situação de estagnação, de modo semelhante, a organização da Igreja Católica em Goiás, passava por vagarosos passos, sendo influenciada pelas condições sócio econômicas da região. Como iremos realçar, as metamorfoses políticas do Estado brasileiro reverberaram constantemente no processo de estabelecimento diocesano em Goiás.

Entre o período do estabelecimento da prelazia de Goiás (1745), até sua elevação à condição de diocese em 1826, nem mesmo a formação dos padres encontrava-se autônoma de outras dioceses, levando-se em consideração o contexto conturbado do Império, seus anos finais, a proclamação da República nas suas primeiras décadas. Ou seja, além das condições específicas do estado de Goiás, ainda temos as questões políticas e a relação conflituosa com o Estado. Menezes (2011, p. 269) relata que o ministro dos negócios estrangeiros, juntamente com monsenhor Francisco Correia Vidigal, estavam cientes da manutenção dificultosa do território, devido seu tamanho, e escrevem:

---

<sup>18</sup> Segundo Feitosa (2011, p. 26), “o atraso produtivo, a reduzida mercantilização da economia e a baixa densidade demográfica eram os principais traços da marginalidade econômica da região. Prevaleciam apenas a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência.”

Ocorre, portanto, que sendo mui grande os territórios da província de Cuiabá e Mato Grosso e da província de Goiás, cujas capitais sendo dants Vilas, estão hoje em dia erigidas em cidades, tendo além disto crescido a povoação de ambas, convém que as prelazias com títulos de bispado “in-partibus”, constituídas por diversas bulas, se erijam em bispados regulares, denominando-se Bispos de Mato Grosso e Goiás os prelados delas ora existentes e já nomeados, Fr José Maria Macerata e Francisco Ferreira de Azevedo (MENEZES, 2011, p. 269 apud MELO, 1948, p.146).

O período imperial gerou muitos pedidos de criação de prelazias e dioceses. Mas o crivo da Coroa atrasava, pois nem sempre correspondia aos seus interesses. A herança colonial e as diretrizes, ainda existentes do padroado, funcionavam como barreiras aos apelos de parte de lideranças religiosas e políticas. O Brasil se constituía, em fins de do período colonial, em “uma única província eclesiástica e contando apenas com seis bispados e duas prelazias” (MENEZES, 2011, p. 270). No entanto, somente após a proclamação da República que houve mudanças significativas;

O território nacional foi dividido em duas províncias eclesiásticas, pela bula “Ad Universas OrbisEcclesias”, de 27 de abril de 1892, do papa Leão XIII: a do norte, com sede na Bahia, e do sul, no Rio de Janeiro cujo território, por decreto do internuncio D. Jeronimo Maria Gotiti, de 24 de najerio de 1893, ficou constituído pelo Distrito Federal (MENEZES, 2011, p. 273).

Toda essa herança Colonial para o Império, assim como, do último para a República, deve ser pensada para entendermos as mudanças e permanências e, por consequência, as influências diante do nosso espaço de análise. Portanto, retomando o território de Goiás, um aspecto bastante relevante na obra de Menezes (2011) destacou-se, relacionado a instalação do seminário na diocese goiana. “Quando ainda não possuía seminário para a formação do seu clero, viu-se na contingência de se valer dos sacerdotes de outros estados para atender as necessidades espirituais dos fiéis” (MENEZES, 2011, p. 274). Isto é, não tendo ainda meios para formar seu clero, como era comum ao criar-se uma jurisdição eclesiástica, a saída encontrada era encaminhar os seminaristas para cursar os devidos estudos em outro seminário<sup>19</sup>.

Nas dificuldades do estabelecimento do seminário, o General Couto Magalhães, presidente da província de Goiás, no seu relatório à Assembleia, em 1863, “reclamava da ausência do seminário e propunha que ele fosse criado logo e que o liceu fosse anexado” (MENEZES, 2011, p. 273). Nessa insistência da necessidade, expõe-se

---

<sup>19</sup> Em relação aos seminários, Santana de Goiás estava sem o seu, “a mais longínqua e a mais pobre, encravada no centro do Brasil. No Rio, o seminário de São José, fundado em 1735; Mariana, por Dom Fr. Manuel da Cruz, em 1750[...]” (MENEZES, 2011, p.274).

a configuração de dependência ainda existente entre a Igreja e o Estado, que mesmo o segundo demonstrando-se subjugador do primeiro, ainda era recíproca a necessidade da instituição religiosa em muitos aspectos, ainda mais em relação ao interior do Império.

Desde o estabelecimento da prelazia em Goiás (1745) – e pela elevação a diocese (1826) – dentro do Império até o Governo de Dom Prudêncio, a Igreja de Goiás passou por desequilíbrios<sup>20</sup>, voltados principalmente ao campo econômico, administrativo e pastoral. Na entrada da República, o 5<sup>o</sup><sup>21</sup> bispo da diocese de Goiás, Dom Eduardo, toma posse no ano de 1891, recebendo uma Igreja com sérios problemas financeiros. “A separação da Igreja do Estado provou fortes dificuldades em todas as paróquias e, em razão do pequeno número de habitantes da província” e com isso, um baixo rendimento financeiro (MENEZES, 2011, p.283).

Dom Prudêncio Gomes da Silva, sexto bispo de Goiás, nomeado para a diocese da terra aragueriana, em 1907, aqui chegou no dia 29 de agosto de 1908. Nesta época, a igreja de Goiás passava por uma das fases mais difíceis de sua história: “Sem seminário, sem residência episcopal, sem Cúria, arquivo dividido e descontrolado, documentação desaparecida” (O ESTADO DE GOIAS, 1896 apud MENEZES, 2011, p. 287).

A diocese de Goiás, ainda nas primeiras décadas da República, destaca Menezes (2011), encontrava-se com problemas financeiros, institucionais, pastorais e na formação de seu clero. A situação frágil e o imenso território diocesano, suscitara em Dom Prudêncio, repensar a extensão e alcance da diocese, dando atenção, principalmente, às regiões mais desassistidas pelos religiosos, como também, pelo Estado.

No que concerne a região Norte<sup>22</sup>, a situação era ainda pior<sup>23</sup>. “A presença da Igreja no antigo Norte de Goiás durante o século XIX estará reduzida à atuação de

---

<sup>20</sup> Considerado como um abandono ou desistência, no dia 24 de junho de 1896, Dom Eduardo deixava sua diocese, devido, principalmente, às dificuldades financeiras e administrativas.

<sup>21</sup> Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1890), também pode ser mencionado como 6<sup>o</sup> bispo, contudo não chegou a tomar posse (FONTE: Portal da Diocese de Goiás).

<sup>22</sup> Em relação ao âmbito econômico, Feitosa (2011, p.36) apresenta que “ao findar o século XIX, o norte goiano concentrava cerca de 35% da população regional. Considerando que essa área apresentava dois setores econômicos: a agricultura de subsistência, voltada para a satisfação das necessidades locais e a pecuária extensiva que, não obstante também se voltasse para o abastecimento interno, direcionava parte da sua produção para outras regiões, pode-se levantar a hipótese de que, além do crescimento vegetativo, principalmente nas antigas regiões mineiras que se dedicaram à lavoura, o aumento da população foi decorrente do avanço da pecuária e do fluxo de migrantes das regiões limítrofes: Maranhão, Pará, Piauí e Bahia.”

<sup>23</sup> No trabalho de dissertação de Fátima, *Um Porto no Sertão: Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910*, encontramos diversos depoimentos retirados de jornais existentes na região Norte de Goiás. Embasados nestes informa a autora que: “Quando se fala das difíceis condições desta região de Goiás no período, utilizando depoimentos dos nortenses, não significa que o sul fosse um paraíso. Possuía,

alguns poucos padres do clero diocesano de Goiás e outros que foram enviados pela Coroa no regime de padroado” (BRESSANIN, 2015, p. 74). E como pudemos observar, se nem havia residência para o bispo na capital, como poderia estar o interior do território? Partindo para a segunda metade do século XIX, em 1861

O Bispado de Goiás foi dividido em cinco Câmaras Eclesiásticas ou Vigárias Gerais. Porto Imperial compunha a quarta Vigária Geral de Natividade, que compreendia, ainda, as paróquias dos municípios de Natividade, Palma, Conceição e Boa Vista. Porém, a partir de 1886, com a chegada da Ordem Religiosa de São Domingos em Porto Imperial, a Igreja Católica, daquela cidade, passou a ser representada por esta Ordem. Eram frades formados, na sua maioria, em Saint Maximin, cujo convento pertencia à Província Religiosa de Toulouse (Tolosa) e que teve a sua missão intitulada de “São Tomás de Aquino” (DOURADO, 2010, p.41).

A escolha da cidade de Porto Nacional para residência dos religiosos, tem a ver com alguns requisitos advindos, principalmente pelo seu crescimento no período, influenciado pelo transporte fluvial no Rio Tocantins. “Entre os vales dos rios Tocantins e Araguaia, apesar de sofrer com os reveses desse sertão, encontrava-se a cidade de Porto Nacional, um dos melhores panoramas nortenses” (BRESSANIN, 2015, p.66). Na leitura de Oliveira (1997, p. 58) há que se considerar que:

Porto Nacional, além de ser passagem obrigatória dos *botes* que vinham das cidades mais ao sul, Palma(Paraná) e Peixe, recebia ainda toda a população mais interiorana, que trazia suas mercadorias em tropas para serem transportadas a Belém. Assim sendo, a vida comercial e social em Porto Nacional era bem animada, devido a esse constante trânsito de pessoas por lá. Somente a navegação poderia proporcionar um lenitivo ao isolamento de Porto nesse período.

Diante disso, precisando se reestruturar dentro do território, alcançando todas as almas, e não podendo instalar já uma prelazia ou diocese, devido à escassez de recursos, o bispado de Goiás utiliza-se do chamamento dos dominicanos<sup>24</sup> cuidar da região desolada<sup>25</sup>. “A missão religiosa dominicana em Porto Nacional era para a Igreja

---

contudo, um pouco mais de infra-estrutura. Comparando o norte com a capital do Estado e com algumas cidades do sul, a diferença se faz visível, embora também no sul, outras regiões não gozassem de infra-estrutura no final do século XIX e começo do XX” (OLIVEIRA, 1997, p.74).

<sup>24</sup> A Ordo Praedicatorum(OP), fundada por Domingo Gusmão, na França em 1216, chegou ao Brasil em 1881. Sua presença em Goiás foi uma resposta à política impulsionada pela Santa Sé de incentivar a expansão das Congregações religiosas católicas para fora da Europa, como fruto da necessidade das dioceses no Brasil e da própria situação vivida pela Ordem, que havia sido expulsa da França e se encontrava na Espanha” (CAIXETA, 2017, p. 28).

<sup>25</sup> “Durante a primeira metade do século XX, a economia do antigo norte goiano mostrou-se extremamente débil. As matas do vale do Araguaia constituíam um grande sertão povoado apenas por

de Goiás um plano estratégico. Se o antigo norte de Goiás vivia esquecido pelas autoridades governamentais e isolado”, a ordem dominicana seria uma grande oportunidade para atender<sup>26</sup> a região (BRESSANIN, 2015, p.72).

A vinda dos dominicanos para o interior de Goiás partiu do bispo Dom Cláudio Ponce de Leão (1881-1890). Conforme analisamos anteriormente, incentivados pelas encíclicas papais, os frades consideravam a missão indispensável para uma “reforma da Igreja que, entre outras intenções, pretende alterar o comportamento do clero e dos leigos, além de implantar e/ou expandir a catequese entre os povos indígenas” (CAIXETA, 2014, p. 04).

A importação da ação missionária dominicana aqui no Brasil está estreitamente vinculada à mentalidade renovada dos dominicanos franceses exilados em Salamanca. A experiência de exílio constitui também uma experiência marcante vivida pelas primeiras levas de frades que aportaram em terras brasileiras. As dificuldades provocadas pela experiência do exílio reacenderam ainda mais o já forte fervor missionário (SANTOS, 1996, p. 21).

Portanto, os desdobramentos relacionados à nova realidade política no Brasil, com o advento da República, são primordiais para entendermos o crescimento institucional da Igreja Católica brasileira. O presente capítulo teve o objetivo de apresentar os realces desse momento histórico, especialmente na reação da hierarquia católica, tanto do Brasil, como do Vaticano. Todo esse movimento vai refletir na expansão de dioceses para o interior, com a criação de prelazias, de novos territórios diocesanos e o envio de ordens religiosas para a nova missão evangelizadora, o que acompanharemos na discussão do capítulo seguinte, a partir da criação da diocese de Porto Nacional.

---

tribos indígenas. As terras de campo e de cerrado estavam esparsamente exploradas pela pecuária extensiva, conformando uma estrutura latifundiária, com trabalhadores sob o regime de “morador de condição”. Grandes extensões de terras permaneciam despovoadas e tinham pouco valor comercial. Apenas algumas áreas de terras devolutas eram exploradas por famílias de posseiros, que se dedicavam à lavoura de subsistência como atividade principal” (FEITOSA, 2011, p.36).

<sup>26</sup> Conforme explica Giralдин (2002, p.5) citado por Bressanin (2015, p. 35), “além da presença do clero secular, a Igreja dessa região foi atendida, a partir de 1840, com a presença dos religiosos capuchinhos, destacados pelo Império brasileiro para a região “[...] com a função de realizar a catequese e civilização dos povos indígenas”.

### 3 CAPÍTULO 2 – A DIOCESE DE PORTO NACIONAL E O PLANO PASTORAL DE DOM ALANO MARIA DU NODAY

A proposta deste capítulo é compreender os elementos que vão constituir a percepção de Dom Alano assim que foi nomeado como bispo diocesano de Porto Nacional, ou seja, quais eram as perspectivas de seu governo a partir do momento de sua preparação para assumir a Diocese e como isso foi se modelando e se transformando por meio da sua chegada e atuação inicial no norte de Goiás. Para isso, consideramos necessário intercalar a essa análise, a relação entre Estado e Igreja que vinha se transformando continuamente dentro deste período, evidenciando as principais diretrizes eclesiais que irão se revelando nas práticas administrativas e pastorais do novo bispo.

Ainda no século XIX, com a chegada da Ordem Dominicana na diocese de Goiás<sup>27</sup>, podemos visualizar as estratégias do bispado de Porto Nacional em conseguir se alastrar em todo o seu domínio territorial. A organização ocorre de maneira sistemática e modifica substancialmente sua presença no interior do estado; como resultado desta empreitada, a criação da diocese em Porto Nacional (1915) foi edificada sobre o solidificado trabalho dos frades franceses.

À vista do referido cenário, surgiu-nos algumas indagações que o presente capítulo buscou investigar. Somente os dois primeiros bispos da Diocese de Porto Nacional, Dom Domingos Carrerot (1921-1933) e Dom Alano Maria du Noday (1936-1976), governaram, somando ambos, 55 anos de episcopado, sendo que o último ficou por 40 anos, um tempo bastante significativo. Por isso, perante a tamanha sistematização institucional que vemos atualmente - da Igreja Católica- no Tocantins, ficamos interessados em entender este processo de estabelecimento institucional da Igreja nesta região.

Assim sendo, trataremos neste capítulo de uma breve retrospectiva do governo de Dom Domingos Carrerot (1921-1933), evidenciando seus principais feitos; a descrição biográfica dos principais eventos da vida de Dom Alano até a sua chegada no Brasil, em 1933; as relações que se configuram entre Igreja Católica e Estado novo, trazendo elementos que, a partir de nossas hipóteses, relacionam-se e fundamentam a mentalidade eclesial do período e, que, conseqüentemente, influenciaram o bispado de

---

<sup>27</sup>Os dominicanos se estabeleceram em algumas cidades que estavam sob responsabilidade do bispado de Goiás, incluindo Porto Nacional.

Porto Nacional; e por último, as diretrizes do Plano Pastoral de Dom Alano, por meio da análise de sua Carta Pastoral de 1936, sendo uma fonte/documento que prenuncia estratégias. Nessa interpretação "O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2003 p.14).

### 3.1 O primeiro bispo: Dom Domingos Carrerot, o bispo sertanejo

A vinda dos dominicanos para o Norte do de Goiás possibilitou à região uma organização e solidificação do catolicismo institucional. Sem o trabalho da Ordem Dominicana, Porto Nacional, como qualquer outra cidade de maior porte da região, não teria condições econômicas e estruturais para edificar um bispado. Por conseguinte, os religiosos dominicanos, mesmo não estando contemplados em um tópico de nossa pesquisa, necessitam ser destacados como responsáveis pela fase estrutural da Igreja Católica e da formação da Diocese de Porto Nacional.

A presença dominicana em Porto Nacional foi frutífera. Os anos que antecederam a criação da Diocese de Porto Nacional, ocorrida em 1915, foram de intensa atuação desses missionários. O ambiente religioso, cultural, humano e educativo que padres e freiras semearam em Porto Nacional, transformou esta cidade num centro de referência para todo o antigo Norte de Goiás e regiões circunvizinhas. Foi com os dominicanos que começou um trabalho mais obstinado na formação do povo tocantinense [...]. Assim, a escolha de Porto Nacional para sediar a nossa diocese a ser criada deveu-se ao fato de existir ali um terreno preparado, sólido e de uma grande riqueza religiosa e cultural, que possibilitaria lançar as bases de mais uma parcela da Igreja Romana no sertão de Goiás (BRESSANIN 2012, p. 34).

Portanto, foi após os trabalhos dos religiosos dominicanos que se viabilizou a criação da Diocese de Porto Nacional em 1915. Tendo sido nomeado, cinco (5) anos mais tarde, o seu primeiro bispo, Dom Frei Domingos Carrerot, também da Ordem dos Dominicanos. Nascido em Pamiers, sul da França, no dia 1º de junho de 1863. De maneira apressada, vinte (20) anos depois, em 1883, após concluir os estudos de Teologia e Filosofia fez seus votos perpétuos, entrando para Ordem e, ordenando-se sacerdote no ano de 1886.

O jovem frade Domingos, assim como outros religiosos franceses, desejavam ser missionários no Brasil. "As notícias epistolares dos primeiros pioneiros era lidas com avidez. Cada novo grupo que embarcava para o Novo Mundo suscitava naqueles

que ficavam uma santa e ardente inveja” (AUDRIN, 2007, p. 55). Sem demora, em 1887, Frei Domingos foi enviado para o Brasil, ficando um tempo no Rio de Janeiro e depois três anos em Uberaba. “Sempre com expectativas de seguir para o sertão de Goiás” (BENÍCIO, 2015, p. 25). Contudo, “o grande desejo de Frei Domingos era na verdade a missão em Porto Nacional, em meio aos sertanejos [...]. Tal sonho se realizou em 1891 quando recebeu ordens de seu superior para seguir para a missão de Porto Nacional” (BRESSANIN, 2012, p. 34).

Após um mês de viagem, chegou o frade Domingos a Porto Nacional. Permanecendo de 1891 a 1901. Ainda no ano de 1901, o Frei Domingos é mandado para Conceição do Araguaia, para continuar os trabalhos de evangelização, ficando até o ano de 1912. Com a criação da Prelazia de Conceição do Araguaia em 1911, a Santa Sé o nomeou como “Prelado Ordinário da Prelazia da Santíssima Conceição do Araguaia, no Brasil, com título e os direitos de Bispo Titular de Uranópolis” Audrin (1963, p. 115, apud BRESSANIN, 2012, p. 62).

**Figura 2** – Dom Domingos Carrerot, primeiro bispo de Porto Nacional.



**Fonte:** Audrin, s/p, 2007 .

O seu bispado em Conceição do Araguaia, durou de 1913 a 1921, quando foi nomeado para a Diocese de Porto Nacional, onde atuou até a sua morte em 1933<sup>28</sup>. No trecho a seguir, Audrin (2007, p. 233) faz uma narrativa introdutória da transição da Prelazia de Conceição para a Diocese de Porto Nacional, que nos propicia alguns aspectos da missão em território goiano;

Dom Domingos Carrérot devia continuar a ser Bispo Missionário, depois de transferido para a vastíssima diocese de Porto Nacional. Seu ideal e seu empenho foram os mesmos nas margens e zonas do Tocantins como nos sertões do Araguaia, porque em seu novo território eclesiástico, continuava a encontrar, além de ovelhas fiéis, numerosos índios pagãos confiados à sua vigilância de Pastor.

Nas palavras de Santos (1996, p. 54),

Três motivos particulares aumentavam ainda mais os duros sofrimentos de Domingos que ele chamava de delícias: a) era frágil fisicamente; b) tímido em extremo, passava privações por não “saber” pedir o necessário; c) despreocupado com a sua manutenção, viveu momentos terríveis de fome, pois não levava em suas viagens as provisões necessárias. Por outro lado tinha uma qualidade invejável que lhe permitiu suavizar os sofrimentos oriundos das privações e fadigas: capacidade de adaptação aos imprevistos. Adaptou-se perfeitamente aos costumes brasileiros, se brasileiro.

Dentre as principais ações de Dom Domingos, temos as contínuas realizações de desobrigas por todas as regiões de sua extensa diocese, o início das obras de construção do Seminário São José, já recrutando candidatos ao sacerdócio, o que era de suma importância devido à escassez no número de padres. “Apesar de humildes condições de existência, o Seminário São José mereceu os elogios de Roma e da Nunciatura; sobretudo depois de instalado” (AUDRIN, 2000, p. 230). Dedicou-se, também, de forma ininterrupta, a evangelização e missão com os povos indígenas do norte goiano, como frade e bispo, tanto na Prelazia de Conceição, como na Diocese de Porto Nacional,

Como bispo continuou o seu trabalho missionário agora voltado mais para os indígenas. Continuou participando normalmente da vida conventual, do coral, das refeições com os frades, vestindo o hábito dominicano, sem palácio, sem residência particular, sem cúria e sem secretaria. Era um frade bispo. Apenas

---

<sup>28</sup> Audrin (2000, p.306) narra o dia da morte de Dom Domingos no ano de 1933: “Era dia 13 de dezembro. Até alta noite prolongaram-se as visitas piedosas no quarto do moribundo. Nas primeiras horas do dia 14, achavam-se junto dele seu caro Padre Dídimo e o jovem Dámaso, índio Cherente, o companheiro fiel de suas viagens. Nos braços d seu primeiro sacerdote e do representante das muitas tribos de selvícolas tão amados, Dom Domingos Carrérot passou desta vida mortal para eternidade. Sem uma palavra, sem um gemido, na humildade e no silêncio, entregou a Deus sua alma santa, purificada pelos sofrimentos da longa enfermidade.”

após muita insistência aceitou usar as insígnias episcopais: a cruz peitoral e o solidéu. Continuou as suas incessantes jornadas em busca das numerosas ovelhas espalhadas pelos vastos recantos da diocese (SANTOS, 1996, p. 54).

**Figura 3** – Seminário São José - década de 1930



**Fonte:** Arquivo da Província Dominicana no Brasil, Belo Horizonte-MG, s.d.

Além disso, Dom Domingos, para ajudar na manutenção econômica do Seminário São José, criou a fazenda “Benfica”, com o intuito de fornecer alimentos, servir como espaço de lazer, retiros e colônia de férias para o clero. “Nosso bispo ao voltar das laboriosas peregrinações apostólicas, gostava de ir descansar umas semanas em “Benfica”. Eram passeios maravilhosos a cavalo, a procurar buritis, mangabas, bacabas, cocos e outras tantas frutas deliciosas do Norte” (AUDRIN, 2000, p. 231).

### 3.2 O segundo bispo: o jovem e influente Dom Alano e a realidade eclesiástica brasileira

A realidade interiorana do Brasil no início do século XX necessitava de indivíduos com disponibilidade para desenvolver ações corajosas e propensos a assumir desafios diversos em face à escassez de recursos humanos e materiais. Até mesmo quando a diocese de Goiás foi elevada à arquidiocese, em 1933, o arcebispo ainda procurava atrair sacerdotes e congregações religiosas para assumir paróquias em todo o

território (MENEZES, 2011, p. 376). Neste cenário, o jovem Alano<sup>29</sup>, antecipadamente, parecia vislumbrar sua nova função, almejando ser missionário em terras brasileiras, renunciando a uma vida confortável na Europa, tanto sua condição familiar estável e até mesmo abdicando de possíveis cargos que poderia vir a ter na própria Ordem Dominicana quando ainda era frade, portanto

Ao tomar conhecimento do enorme campo de trabalho, da carência de padres, do abandono de milhões de pessoas desassistidas nos imensos sertões, ele se sentia mais atraído e entusiasmado pelo Brasil. Mas sonhava com o Brasil do interior, o mais carente. Entretanto, para o martírio de sua paciência, a decisão se delongava (PIAGEM; SOUZA, 2000, p.29).<sup>30</sup>

O desejo do jovem frade de vir ao Brasil se reveste dos preceitos característicos de sua ordem, mas também se fundamenta em um teor missionário investido pela Santa Sé na entrada do século XX para o chamamento de uma mão de obra humana que tinha o intuito de atender países fora da Europa. E o Brasil, nessa perspectiva, ainda passando por um contínuo processo de reorganização territorial diocesano, recebeu diversos missionários de inúmeras categorias, Igrejas protestantes vindas de diferentes países, denominações e até outras religiões, as quais competiam pela tutela das almas do litoral ao mais remoto interior. “Para os católicos, libertação da tutela do Estado, para os protestantes, libertação da hegemonia legal católica. Espaço aberto para as demais religiões também e campo para o pluralismo religioso característico do século XX no Brasil” (MENDONÇA, 2003, p. 151). E ainda,

Foi somente nas décadas de 20 e 30, quando o espiritismo e o protestantismo começaram a crescer, que a Igreja veio a ter maiores preocupações com as práticas populares que ela encarava como manifestações de ignorância religiosa (MAINWARING, 2004, p. 50).

A figura de Dom Alano sempre é apresentada a partir do enaltecimento de suas origens nobres e de sua carreira militar, o que de fato deve ser levado em consideração e valorado para interpretarmos a sua personalidade, intenções, atitudes e escolhas como frade, sacerdote e bispo. O Frade nasceu em 02 de novembro de 1899, filho do casal

---

<sup>29</sup> Com a morte de Dom Domingos, a Diocese de Porto Nacional ficou sem bispo por quase três anos.

<sup>30</sup> Em referência a produções que se dedicam a vida e obra de Dom Alano, a única produção significativa existente, é o livro *Missionário do Tocantins*, de Piagem e Souza (2000), o qual mencionamos na introdução da presente pesquisa. Esta é a única obra que se dedica a narrar, de maneira mais completa, a vida do bispo, desde seu nascimento, passando pela vida militar, religiosa, episcopal, expondo seus feitos, até a sua morte em 1985. Neste sentido, recorreremos continuamente a esta obra.

Conde Arthur Rolland du Noday e Condessa Antoinette R. du Noday, uma família de descendência nobre francesa. A investigação da diocese de Porto Nacional, portanto, se confronta com o personagem do seu bispo do período, abrangendo e direcionando o protagonismo a pessoa de Dom Alano, sendo necessário, como qualquer outra personalidade, levar em conta suas origens familiares e sociais.

Nos adiantando para a vida adulta do jovem Alano, após o término de seu curso de Filosofia, e sentindo-se atraído pela vida militar, ele ingressou no Exército com 17 anos de idade, começando pela infantaria e cavalaria. Em pouco tempo, passou pelos cargos de Aspirante, sub-tenente e tenente. Ao término da Primeira Guerra, participou da Artilharia da Argélia (1918) e em seguida seguiu para uma missão em Marrocos, com o objetivo de apaziguar uma insurreição. E, com pouco tempo

Ele estava com a colônia francesa pacificada e voltava para a França como herói. No momento áureo em que o tenente e conde tinha todas as condições propícias para ser promovido às mais altas patentes da carreira militar e a invejáveis escalões sociais, Deus e Nossa Senhora lhe acenaram, mostrando outros rumos (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 21).

Com essa narração mística apresentada, o eficiente jovem militar se viu chamado a vocação religiosa e, mesmo predestinado a uma vida honrosa, com os mais importantes títulos dentro da sociedade francesa, acabou por reavaliar seu futuro, desassociando-se de sua carreira, tendo em vista um campo completamente oposto. E após reflexões em um retiro na cidade de São Maximiliano no dia 10 de junho do ano de 1922, recebe solenemente o hábito e seu nome religioso de Frei Alano Maria du Noday. Passando pela Primeira Profissão Religiosa ou Profissão Simples, em 24 de junho de 1923 e estabelecendo “o seu compromisso definitivo, na segunda Profissão ou Profissão Solene, deu-se três anos depois, na mesma data (24/06/1926), pelas mãos do Prior Pio Jougla. Após isso,

Com seis anos de formação, estava o candidato preparado, religiosa e intelectualmente, para receber o Presbiterato. Era uma das suas metas. Tudo bem pensado e amadurecido, aos 28 anos e 9 meses de idade, ele queria mesmo comprometer-se para sempre com o serviço de Deus, através dos irmãos. E isso aconteceu, ainda em São Maximino, em 4 de agosto de 1928. Era então a festa do Patriarca São Domingos (transferida depois para o dia 8 do mesmo mês) (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 26-27).

A carreira militar encerrou-se rapidamente, mas com intensas realizações. De modo contrário, a vida religiosa apresenta-se, mesmo na primeira metade do século XX,

como uma profissão mais branda e sem muitas mudanças em um espaço curto de tempo. O caminhar dentro da ordem dominicana, assemelhando-se às demais ordens católicas tradicionais,<sup>31</sup> estabelecia, e ainda estabelece, uma rotina de estudos contínuos e um processo hierárquico de formação que se desenrola a passos lentos. Uma das maneiras de buscar maiores aventuras nesse mundo equilibrado dos mosteiros europeus, seria a investida em missões em outros continentes.

Logo após sua ordenação, ele foi nomeado sub-mestre dos estudantes, em São Maximino, e outros ministérios relevantes lhe foram confiados na Província. Desempenhou tudo com interesse e eficiência. Mas o campo de trabalho por ele sonhado, com a total realização do seu sacerdócio, era a missão no Brasil (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 27).

O jovem frade, mesmo após os anos que antecederam seus votos religiosos e sua preparação para o sacerdócio, não ficará satisfeito. Frei Alano passa a desejar ser missionário, e sua maior ambição era o Brasil. As diversas notícias, cartas, conferências e conversas sobre os religiosos que atuavam em terras brasileiras, estimulavam ainda mais a sua vocação. O cenário brasileiro era apresentado como um imenso campo de trabalho, com grande escassez de padres, com específica piora nas áreas interioranas, as quais vão ser visadas pelo Frade Alano. Indo de encontro ao seu desejo, ele mesmo relata:

Eu passava por Marselha e no intervalo entre dois trens, resolvi ir cumprimentar o meu provincial. Ele me recebeu com aquela doçura tão serena e calma cujo segredo ele possuía. Depois, fixando em mim seus belos olhos azuis, tão límpidos, tão puros, falou-me suavemente e destacando bem as palavras: “Frei Alano, eu creio na sua vocação brasileira: você irá para o Brasil!”. Alguns meses depois eu desembarcava no Rio de Janeiro [...]. Ele chegou ao Rio de Janeiro, de navio, no dia 23 de junho de 1933. Data esta que se acha registrada no Livro de Crônica do Convento São Tomás de Aquino, dos padres dominicanos do Rio (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 30).

Desde o recebimento do hábito em 1922, Frei Alano dispôs-se a seguir a vida religiosa de modo sereno e efetivo. A missão no Brasil, quando analisamos sua Carta Pastoral de 1936 e biógrafos,<sup>32</sup> parecia ser o último passo de sua caminhada, e assim o foi, no entanto, não como frade e sacerdote, mas como bispo, e isso não estava nos seus

---

<sup>31</sup>O sentido tradicional citado, diz respeito a ordens religiosas mais antigas que possuem semelhanças em suas regras gerais, estabelecendo um itinerário formativo padronizado aos seus candidatos à vida religiosa.

<sup>32</sup> Os biógrafos referem-se, principalmente, a Piagem e Souza (2000), e outros que, de maneira sintética, apresentam relatos da vida pessoal e religiosa de Dom Alano, como Maya (2002) e Benício (2015).

planos. Em 19 de março de 1936, o frade Alano foi chamado pelo Núncio, Dom Aloísio Mazella, o qual proferiu sua escolha como bispo de Porto Nacional, e de maneira rápida, após uma breve pausa e avaliação, o aceita de prontidão e obediência.

Esta minha nomeação para o Bispado de Porto Nacional modificou completamente a minha vida: foi a ruptura com o passado, das minhas perspectivas de futuro cheias de dificuldades, de responsabilidades pesadíssimas, e isto de uma maneira tão imprevista, que me foi necessário um certo tempo para eu me reencontrar, avaliar a situação e encarar o dever de frente [...]. Se me fosse permitido abrir-lhe a minha alma, eu lhe diria que desde o dia em que recebi este fardo tão pesado, me acho esmagado menos pelo peso das dificuldades e da responsabilidade do que pela impressão do isolamento e vazio, de insegurança. Não me vejo mais, como outrora, apoiado, sustentado, dirigido e protegido pela Ordem. Agora compreendo melhor o que é a graça da Ordem, a força e a segurança que ela oferece (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 34).

Os dois trechos citados são de Alano ao Frei M. S. Gillet, O.P, apresenta como foi sua reação inicial a sua nova função eclesiástica, assim como nos possibilita imaginar o tamanho do fardo do cargo episcopal. No seu caso específico (o qual veremos de maneira mais detalhada no capítulo 3) por ser indicado para uma diocese do interior, recém erigida,<sup>33</sup> e com diversas deficiências pastorais e administrativas. Outro ponto importante, é que a partir de sua sagração episcopal, ele passou a ter uma autonomia completamente inexistente na função de frade. Dom Alano, a partir dali, tornou-se um dos bispos mais jovens do Brasil, com apenas 37 anos de idade.

Dom Alano tinha pressa em chegar ao seu novo campo de trabalho, aos seus almeçados sertões missionários. Três dias após a Ordenação Episcopal, partiu para Uberaba, onde foi juntar-se a Frei Pedro de Souza para seguirem juntos com destino ao Norte de Goiás, hoje Tocantins (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 39).

Nesse novo caminhar a ser trilhado pelo recém ordenado, a sua função por si só já estabelecia um itinerário a ser seguido e as possíveis prerrogativas para suas ações como o novo bispo de Porto Nacional. A função de bispo é mesclada em autoridade e autonomia, claro, dentro das possibilidades impostas pelo Código de Direito Canônico<sup>34</sup>. Ele passa a ser responsável por um território e pelas almas ali existentes, com efeito, pela vida espiritual e moral de uma população. Na prática, o poder espiritual

<sup>33</sup> A Diocese de Porto Nacional tinha 21 anos de existência na chegada de Dom Alano Maria Du Noday .

<sup>34</sup>Código de Direito Canônico e um agrupamento de normas jurídicas que regulam toda hierarquia eclesiástica e fiéis leigos da Igreja Católica Apostólica Romana.

é designado e concentrando nas mãos do bispo diocesano, cabendo a ele toda a responsabilidade<sup>35</sup> de maneira direta e indireta neste território geográfico.

**Figura 4** – Depois da Cerimônia de Sagração de Dom Alano Du Nuday, Bispo de Porto Nacional, no Rio de Janeiro<sup>36</sup>



**Fonte:** Mensageiro do Santo Rosário (outubro de 1936, p. 148).

Diante disso, a chegada de Dom Alano se esbarra a uma realidade distinta a europeia, com uma dinâmica própria, agitada e ainda passando por transformações no que diz respeito às relações entre o Estado e a Igreja.

<sup>35</sup> Sobre a função do bispo: Cân. 381 — § 1. Ao Bispo diocesano, na diocese que lhe foi confiada, compete todo o poder ordinário, próprio e imediato, que se requer para o exercício do seu múnus pastoral, com exceção das causas que, por direito ou por decreto do Sumo Pontífice, estejam reservados à suprema ou a outra autoridade eclesiástica. Cân. 383 — § 1. No exercício do seu múnus de pastor, mostre-se o Bispo diocesano solícito para com todos os fiéis que estão confiados aos seus cuidados qualquer que seja a sua idade, condição ou nação, não só os que habitam no território, mas igualmente os que nele temporariamente se encontram, fazendo incidir o seu espírito apostólico também sobre aqueles que em virtude das condições de vida não podem usufruir suficientemente dos cuidados pastorais ordinários, e outrossim sobre aqueles que abandonaram a prática da religião. CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987. 69 p.

<sup>36</sup> Segue a foto com a seguinte legenda: “No centro Dom Alano Du Noday. Em redor Sua Excia. Revma. Dom Bento Aloisi Masella, DD. Núncio Apostólico, Suas Excias. Revmas. Dom Emmanuel Gomes da Silva, Arcebispo de Goyaz, Dom Frei Luiz Sant’Anna, Bispo de Uberaba, o Abade de São Bento do Rio de Janeiro e outras pessoas gradas que assistiram a cerimonia. Na frente, sentados uma comissão de moços de Porto Nacional!” (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, outubro de 1936, p.148).

**Figura 5** – Passagem de Dom Alano por Uberaba antes de tomar posse em Porto Nacional.



Fonte: Mensageiro do Santo Rosário (outubro de 1936, p. 136).

E neste contexto, o episcopado brasileiro, de maneira contínua, trabalhava para estabelecer um lugar de credibilidade na sociedade brasileira e, mesmo o Estado não acatando parte de suas solicitações e exigências, eram conscientes “que somente através de uma colaboração mútua a instituição eclesiástica poderia readquirir o antigo prestígio junto a nação” (AZZI, 2008b, p. 100).

A Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e ordem. Insistindo num catolicismo mais vigoroso e se imiscuísse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da neocristandade se diferenciavam das anteriores. Assim, conseguia o que percebia como sendo interesses indispensáveis a Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo (MAINWARING, 2004, p. 43).

Destarte, outro elemento considerável para pensarmos, é o prestígio do episcopado perante a sociedade que já não era mais o mesmo do período anterior a República. A condição ideal e a real do episcopado brasileiro, ou seja, o que a Santa Sé definia ser um bispo e de como os fiéis deveriam se comportar diante dele, variava dos grandes centros para o interior. A realidade brasileira política e social da década de 1930 diferenciava-se significativamente do período Colonial e Imperial e, apenas na

liturgia, que os bispos mantinham uma aparência de grande prestígio e pomposidade. “Utilizando as roupas típicas dessa dignidade eclesiástica, com longas capas de cauda, com brasões e títulos de excelência, sendo saudados pelos fiéis e pelo clero, mediante o ósculo do anel, em atitude genuflexa” (AZZI, 2008a, p.578). Assim sendo,

Tanto a falta de riqueza efetiva como a diminuição do conhecimento oficial de sua dignidade contribuíram para que o episcopado se apresentasse como uma aristocracia **decadente**, num ambiente republicano onde emergiam, pouco a pouco, os novos valores burgueses e democráticos, com padrões de vida cada vez menos protocolares (AZZI, 2008a, p.578, grifo nosso).

No entanto, o termo decadência que Azzi (2008a) utiliza não quer dizer algo definitivo e generalizado, mas uma comparação ao grau de dignidade anterior do episcopado que não poderia sequer ser questionado pela sociedade em geral, a não ser pelo próprio Imperador devido a questão do Padroado. Neste momento histórico, teremos uma readequação perante concorrências para ocupar os lugares de prestígio, poder e influência dentro do campo religioso, entre instituições diferentes e até forças que defendem a sua abolição por completo da influência social e política, apoiados na defesa de um estado laico. “Não obstante, o processo de democratização acentuada que ocorreu no país após o término da Segunda Guerra Mundial, os bispos continuaram, no âmbito católico, a serem objetos do mesmo culto áulico (AZZI, 2008a, p.580).

A obra de Mainwaring (2004, p. 43), vai indicar a adoção de uma postura conservadora como resultado desses embates, gerando uma posição favorável à Igreja Católica dentro da sociedade. Diferente ao seu status anterior, mas ainda como uma instituição significativa e distinta.

Através do modelo de cristandade, A Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade. Em poucas palavras, o modelo de neocristandade era uma forma de lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma. Por volta dos anos 30, a instituição havia revertido sua decadência.

Em contribuição a isso, “dentro da própria sociedade brasileira, essa mesma ideia era inoculada em todos os que recebiam educação católica, no sentido de assumirem uma posição de total subserviência diante das autoridades episcopais” (AZZI, 2008a, p.580). Na disputa pelo campo religioso, a Igreja Católica devido sua atividade secular no Brasil conseguiu um posto muito além das demais instituições religiosas do período republicano. Uma sociedade nascida e instruída pelos preceitos

católicos não poderia desvincular-se tão rápido e, ainda, deixar de prestar culto e veneração às personalidades eclesiásticas que continuavam ativas na sociedade.

Não era fácil a mudança na mentalidade, pois na vida social o bispo era visto principalmente como uma figura ornamental, cuja presença era oportuna para dar maior brilhantismo às solenidades. Assim sendo, parte expressiva das atividades episcopais consistia em participar das festas de padroeiro nas paróquias, das solenidades de fim de ano e formatura nos colégios católicos, nas vestições e profissões religiosas de conventos (AZZI, 2008a, p.581).

A concepção adotada pela Igreja Católica no Brasil, seja pastoral, teológica, missionária ou qualquer outra, e seu relacionamento com os governos, mesmo sendo guiados por normas da Santa Sé, não asseguravam uma conduta de obediência completa por parte da Igreja no Brasil em sua forma de atuar e de se relacionar com a sociedade e governo. Precisamos entender que estamos tratando de uma instituição secular, tradicional e heterogênea<sup>37</sup> que perpassa momentos e cenários opostos e muitas vezes parece estar atuando em lados concorrentes. Uma instituição que é ativa nos enredos historiográficos, mas que ao mesmo tempo se remodela, se transforma e é influenciada no tempo e no espaço onde se localiza.

As análises da Igreja ou de um movimento da Igreja não deveriam considerar suas transformações como resultados diretos e inevitáveis de mudanças históricas mais amplas, nem negligenciar o impacto das mesmas. Precisamos compreender a auto-identificação da instituição como se expressa através de seu discurso e de suas práticas, assim como as mudanças sociais que possam alterar essa identidade (MAINWARING, 2004, p. 26).

Como, então, Dom Alano se relacionava e enxergava seu governo na prática em um mundo moderno condenado pela Igreja oficial, e tendo que se relacionar com o ele? O panorama da Igreja Católica no Brasil republicano é intenso e apresenta uma diversidade de elementos que precisavam se adequar ao ideal que a Santa Sé desejava e compreendia ser o melhor para a construção do reino de Deus no mundo<sup>38</sup>. A atuação de Dom Alano se enquadrava neste sentido, quase que militarmente, na conversão para o

---

<sup>37</sup> O termo heterogêneo aqui utilizado, tem a ver com as diversas intencionalidades existentes na Igreja Católica, às vezes voltadas às elites, outras aos pobres. Nas palavras do próprio Mainwaring (2004, p. 52), “a Igreja brasileira sempre foi um tanto heterogênea e, através de sua história, muitos líderes acreditaram que a Igreja devesse renunciar aos privilégios e alinhar-se aos pobres. Escrevendo em 1899, padre Júlio Maria, figura proeminente e de ponta, argumentava: “Como no resto do mundo, só existe duas forças no Brasil: a Igreja e as massas (...) O clero não pode, nem deveria, trancar-se em santuários e contemplar o povo à distância. (...) Sua missão deveria ser de mostrar aos fracos, aos pobres, aos proletários, que são eles o povo preferido pelo Mestre Divino.”

<sup>38</sup>A definição de Agostinho para a cidade de Deus era aquela voltada aos ensinamentos do cristianismo. Dessa forma, todos aqueles que viviam conforme os mandamentos eram de fato pessoas boas e conscientes que buscavam viver na virtude e não no pecado.

estabelecimento de uma sociedade verdadeiramente Católica, Apostólica e Romana. Os embates seriam imprescindíveis e quase que desejados pela Igreja, lembrando seus tempos áureos do cristianismo primitivo de lutar o bom combate<sup>39</sup>. E ainda, em relação ao âmbito interno, uma ritualização forte e contínua acompanhava as ações práticas e,

A partir da romanização do Catolicismo brasileiro e até os anos 50, a Igreja encarou a fé como um processo interno para manter um contato íntimo com Jesus Cristo dentro do sentido devocional. Até mesmo as manifestações externas da fé eram estritamente religiosas: atendimento à missa, a prece, a observância dos sacramentos, a contribuição monetária para a Igreja e a observância de uma ética católica moral na vida familiar e nas relações pessoais. A Igreja percebia o mundo moderno como sendo essencialmente maligno porque corroía essa fé devota e encorajava o culto à personalidade, do prestígio, do dinheiro e do poder (MAINWARING, 2004, p. 44).

A ritualização e devoção interna é uma característica marcante, ainda mais por ser simultânea nas novas relações da Igreja Católica no Brasil com o Regime republicano. Mesmo sendo resistente e contrária ao “mundo moderno” - com ideais heréticos -, ao mesmo tempo, teria que se relacionar com ele sem ser contaminada. Um processo interno que gerou uma estrutura conservadora, arraigada nos preceitos do Concílio de Trento, mas que não poderia sustentar a Igreja de forma isolada aos acontecimentos do século XX. É neste ponto, portanto, que Dom Alano começa seu governo no bispado de Porto Nacional, em uma realidade de embates morais entre o mundo temporal e espiritual.

### 3.3 A Igreja Católica e o Estado Novo

Partindo dos pressupostos apresentados, como comportou-se o recém ordenado bispo ao se ver chegar em um país que havia recentemente se instalado um governo por golpe e que, por volta de dezesseis (16) anos enfrentou diversas revoltas, tanto nos grandes centros como no interior? A Igreja Católica terá um papel chave dentro do período do Estado Novo, onde buscou resgatar seu lugar de privilégio dentro da sociedade brasileira, a qual estava passando por mudanças substanciais e sendo influenciada por ideias internacionais diversas. Esse novo tempo, inicia-se

Às 3 da tarde do dia 03 de novembro de 1930, o chefe dela, general Tasso Fragosso, no Palácio do Catete, passou o poder a Getúlio Vargas, o qual

---

<sup>39</sup> Trecho bíblico utilizado comumente por missionários: “Combati o bom combate, terminei a corrida, guardei a fé. Agora me está reservada a coroa da justiça, que o Senhor, justo Juiz, me dará naquele dia; e não somente a mim, mas também a todos os que amam a sua vinda” Timóteo 4:7-8.

declarou que “assumia provisoriamente como delegado da revolução, em nome do exército, da marinha e do povo brasileiro. No inteiro episódio, saiu muito prestigiada a figura de Dom Leme, que no mês de julho precedente fora elevado a Cardeal pelo Papa Pio XI (VIEIRA, 2016, p. 204).

A vitória da Revolução de 1930 se colocou como uma oportunidade da Igreja Católica no Brasil recuperar parte de suas prerrogativas que foram retiradas na Constituição de 1891, com a Proclamação da República. As diversas preocupações do episcopado brasileiro podem ser observadas na própria redação da Carta Pastoral de 1915<sup>40</sup> e nos decretos do Concílio Plenário Brasileiro (CPB) de 1939<sup>41</sup>, além de cartas específicas de bispos – sendo um dos mais destacados, o cardeal Leme<sup>42</sup> – e outros documentos da Nunciatura Apostólica e papais.

O Vaticano encorajou os esforços da Igreja brasileira para fortalecer a presença da Igreja na sociedade, especialmente, durante o papado de Pio XI (1922-1939), cuja visão da Igreja e da Política aproximava-se à Dom Sebastião Leme. Sob Pio XI, os movimentos da Ação Católica tornaram-se peças chave dentro da Igreja. Pio XI, julgava os partidos políticos como sendo demasiadamente divisionistas, mas mesmo assim, buscava alianças com o Estado para defender os interesses católicos. Ele apoiou diretamente e encorajou Dom Sebastião Leme em seus esforços para promover uma restauração católica (MAINWARING, 2004, p. 43).

A relação Estado e Igreja foi harmonizando-se<sup>43</sup>, a partir de uma relação de apoio mútuo e a indicação de postos importantes dentro do governo para lideranças

---

<sup>40</sup> “A Pastoral Coletiva de 1915 constituiu-se como código legislativo de todo país, acrescentando adendas e alterações aos documentos precedentes, mormente após a promulgação do Código de Direito Canônico de 1917. Tornou-se verdadeiro manual prático de consulta frequente para o clero paroquial, até o Concílio Plenário Brasileiro, por sua vez promulgado em princípios de 1941” (LIMA, 2001, p.157).

<sup>41</sup> O Concílio Plenário Brasileiro foi o primeiro a ser realizado no Brasil, tendo sua promulgação em 21 de julho de 1939. “Para tomar parte do primeiro Concílio Plenário, foram convocados todos os senhores arcebispos, bispos e todos os ordinários de lugares, todos os cabidos das catedrais a enviarem dois, ou pelo menos um dos seus membros, todos os superiores gerais das ordens religiosas e das congregações monásticas, residentes no Brasil” (SHERER, 2014, p.145).

<sup>42</sup> “O recém-nomeado arcebispo de Recife e de Olinda, Dom Sebastião Leme, publicou uma famosa carta pastoral que marcou o início de um novo período na história da Igreja (Dom Sebastião foi arcebispo do Rio de Janeiro e eminente líder da Igreja brasileira de 1921 até sua morte em 1942), as deficiências das práticas religiosas populares, falta de padres, o estado precário da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e sua depauperada situação financeira” (MAINWARING, 2004, p. 41).

<sup>43</sup> Sobre essa relação entre Estado e Igreja, Lima (2001, p. 162) descreve: “pouco depois, instaura-se o Estado Novo, consequentemente da Intentona Integralista, que estabeleceu uma Constituição omissa de algumas conquistas anteriores da Igreja. Nem por isso a Igreja deixou de manter bom relacionamento com o governo getulista e dele receber discreto apoio em eventos, como aconteceu por ocasião da inauguração do monumento do Cristo Redentor, no Corcovado, e na coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida, Rainha e Padroeira do Brasil, ambos em 1931. Na programação trabalhista do mesmo governo, este fazia referendar sua inspiração na Encíclica de Leão XIII *Rerum Novarum* (15/05/1891). Pode-se dizer, ainda, desse período, que a atitude da Igreja foi firme e aberta ao reprovar a intentona comunista (1935), discreta em não se envolver no movimento Integralista (1937), apesar de com ele se

católicas. “O governo provisório de Vargas durou de 1930 a 1934 e já o primeiro ministério que ele formou foi visto pela Igreja com certa simpatia, porque dentre seus membros figuravam personagens como Afrânio de Mello Franco (1870-1943)” (VIEIRA, 2016, p. 206), dentre outras personalidades, que se declararam católicas e apoiavam o pensamento do episcopado brasileiro. Na reta final do governo provisório (1934), demonstrando explicitamente a boa relação entre as duas instituições, o

Secretário de Estado da Santa Sé Cardeal Pacelli, viria ao Brasil em 1934. Getúlio Vargas, obviamente, concedeu-lhe uma recepção honrosa e, no dia 20 de outubro daquele ano, afirmou em um discurso, em sua presença, que a Igreja Católica era parte integrante da tradição do povo brasileiro, como portadora de “uma ação imprescindível para a construção do Brasil” e de “garantia da estrutura social (VIEIRA, 2016, p. 209)

A boa relação do Governo de Getúlio com o secretário de Estado da Santa Sé, Cardeal Pacelli, foi uma oportunidade para a Igreja, pois esse mesmo secretário vai ser eleito papa<sup>44</sup> em 1939, governou a Igreja Católica até o ano de 1958, ou seja, simultaneamente ao período que Vargas permaneceu no poder. Perante isso, notamos um apoio direto ou indireto por parte da Santa Sé em questões cruciais para o catolicismo no Brasil, que, na maioria das vezes, eram acatadas pelo Governo, seja por meio dos bispos, pelo Núncio Apostólico ou guiadas por documentos pontifícios que influenciavam lideranças católicas que estavam atuando como funcionários importantes no Estado.

Em contraste, de 1916 até 1945, líderes católicos se envolveram profundamente na política, tentando utilizar uma aliança com o Estado para influenciar a sociedade. A Igreja desejava que o Estado reinstituisse de uma maneira informal a relação de favorecimento que a separação formal entre a Igreja e o Estado terminava do ponto de vista legal. O Estado, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, segurou essa oportunidade de negociar alguns privilégios em troca de sanção religiosa (MAINWARING, 2004, p. 47).

Em relação a documentos publicados pela Igreja no período, evidenciaremos alguns a partir do Concílio Plenário Brasileiro (CPB) e outros citados na literatura que

---

comprometerem numerosos padres e leigos católicos, e patriótico por ocasião da entrada no Brasil na II Guerra Mundial (1941).”

<sup>44</sup> Soffatti (2012, p.122) narra em um trecho de sua pesquisa a eleição de PIO XII: “Iniciou-se em 2 de março, com uma grande multidão que aguardou na praça de São Pedro, atenciosa ao resultado que sairia pela chaminé, por onde sai a fumaça da queima das cédulas de votação. A fumaça, sendo preta, indicava que nenhum cardeal havia sido eleito, e a votação, repetia-se. Nessa eleição, a fumaça saiu por duas vezes preta, embora se tenha obtido o resultado na segunda votação, com 48 votos (este número significava a maioria absoluta), pois Pacelli havia solicitado um terceiro escrutínio. Finalmente, na terceira votação, às 16 horas, a fumaça branca apareceu no céu da praça São Pedro, confirmando a eleição de Eugênio Pacelli como novo pontífice; este adotou o nome de Pio XII.”

se dedicam ao tema. Anteriormente à promulgação dos decretos do CPB foram publicados diversos documentos individuais e coletivos orientando a atuação da Igreja Católica no Brasil. A sua condensação, assim podemos dizer, deu-se através da promulgação do CPB no dia 07 de setembro de 1940 pelo cardeal Leme. Esses documentos, podemos resumir em tópicos, como: Conferências episcopais diversas, Documentos coletivos provinciais, Documentos coletivos nacionais, a Pastoral Coletiva de 1915 e outros documentos menores, os quais, adequados às diversas realidades, propagavam as ideias de forma padronizada. Segundo Scherer (2014, p. 61), esse movimento da Igreja Católica nas quatro primeiras décadas do século XX

Se inicia com a publicação das conclusões do Primeiro Concílio Plenário Latino – Americano a todo povo brasileiro; imediatamente a seguir, em 1901, a internunciatura foi elevada à categoria de nunciatura, e, em 1905, foi criado o primeiro cardeal do Brasil (...) houve um crescente índice de aumento de dioceses. Vejamos as estatísticas: 1890 – 1900: 17 dioceses; 1900-1910: 30 dioceses; 1910-1920: 58 dioceses; 1920-1930: 88 dioceses; 1930-1942: 100 dioceses.

Soma-se a esta conjuntura a intensificação da influência da Santa Sé nas decisões do episcopado brasileiro, e conseqüentemente, na relação entre Estado e Igreja. “A Santa Sé esteve muito mais presente no ponto de vista administrativo, político, jurídico e pastoral” (SCHERER, p. 61, 2014). Observamos, dessa forma, um caminhar institucional e pastoral equilibrado, onde as determinações papais são seguidas e defendidas por todo o episcopado brasileiro, fortalecendo o lugar da Igreja Católica antes abalada pelo decreto de separação entre Igreja e Estado;

Vejamos, portanto, a atuação dos bispos, que sentiram a necessidade de uma caminhada conjunta, inicialmente incrementada e fortalecendo as Conferências Episcopais do Norte ao Sul. Dessa experiência inicial, muitos bons frutos começaram a aparecer, trazidos em documentos coletivos provinciais e nacionais (SCHERER, p. 61, 2014).

Retomando ao CBP, estabelecidas as diretrizes para a abertura do Concílio, a partir do Decreto de Convocação, assistido pela Santa Sé na pessoa de um delegado nomeado pelo papa para seu acompanhamento, inicia-se uma das principais, ao menos no sentido simbólico, reunião de bispos católicos no Brasil em mais de 300 anos. Para composição da assembleia episcopal, “fora convocados, segundo o cânon 282, parágrafo 1, do CIC, todos os arcebispos e bispos do Brasil e demais ordinários de

lugares (a estes foi solicitado que já estivesse no Rio de Janeiro, dia 1º de Julho)” (SHERER, p. 91, 2014).

Dom Alano já exercendo suas atividades de pastor na longínqua Diocese de Porto Nacional, também foi convidado a participar do CPB, sendo observado que a sua conduta e personalidade não o permitiria faltar a tal evento de tamanha relevância ao catolicismo romano em terras brasileiras. A estruturação e crescimento da Diocese de Porto Nacional, semelhantemente a Igreja Católica em todo território brasileiro, passou por transformações significativas em sua relação com o Estado e nas suas formas de evangelizar e pastorear o rebanho. Não era devido à distância e condições econômicas e sociais que uma Igreja particular ficaria de fora deste processo, o qual era estimulado, de maneira imperativa, a processar-se em todo o país.

Durante duas ou três décadas, o modelo de neocristandade defendeu com eficácia os interesses mais significativos da Igreja. Apesar de sua presença ser relativamente frágil entre os vastos segmentos da população, a Igreja foi capaz de atingir muitos objetivos importantes. Disponha de um virtual monopólio religioso, havia desenvolvido uma forte presença católica entre as elites governantes e as classes dominantes, na educação sua voz era a mais importante; algumas de suas preocupações morais de maior destaque, tal como o status de família, eram respeitadas; a sociedade era estável e ordeira, e a legislação de Vargas satisfazia muitos aspectos da doutrina social da Igreja (MAINWARING, 2004, p. 52).

Na perspectiva quantitativa, “ao CBP compareceram cento e três Padres Conciliares (sendo quatorze por procuração), quarenta superiores religiosos (sendo um por procuração) e representantes de doze Cabidos de Cônegos” (SHERER, p. 95, 2014). Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1930-1942), arcebispo do Rio de Janeiro e Legado Pontifício do CBP, direcionou uma carta convite a Dom Alano, na qual, além do convite, informações e pedido de oração, menciona o envio do esquema do Concílio, indicando a possibilidade de sugestões a serem feitas pelo bispo portuense, além de oferecer-lhe hospedagem, como se vê adiante no trecho da carta:

Aproveito ensejo para comunicar que dentro de poucos dias receberá v. excia. Um exemplar do “SCHEMA” definitivo do próximo Concílio Plenário Brasileiro. Esse exemplar v. excia. O conservará para sessões do Concílio. Ficarei grato, porém, que antes me envie as alterações que pretende sugerir, afim de dar tempo ao exmo. E revmo. Mons. Bruno, secretário da S. Congregação do Concílio, de estudal-as. Como verá v. excia, muitas das observações apresentadas foram aceitas e outras não. Consulto ainda si precisa v. excia. De que lhe procuremos hospedagem. Em caso affirmativo, queira a fineza de, quanto antes, escrever a Mons. Francisco de Assis Caruso, Cathedral, Rio. (...) Rogando as bençãos de v. excia., beijo-lhe afftuosamente as mãos (DOM SEBASTIÃO LEME. Carta ao Bispo de

Porto Nacional, Dom Alano Maria du Noday, 1939. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional ).

De acordo com Scherer, (p. 111, 2014), o CPB se organizou através de Congregações gerais, plenárias ou particulares, nas quais os Padres Conciliares poderiam propor emendas e fazer correções. Foram propostas dezenas de emendas e a partir delas, criadas comissões para elaboração de decretos, sendo os temas principais: protestantismo, espiritismo, a questão social, matrimonial, catecismo e música sacra. Esses temas citados, serão a base das discussões das reuniões particulares e gerais do Concílio e darão o corpo dos documentos finais, os quais podemos sintetizar através da Carta Pastoral de 20 de julho de 1939 direcionada a todo o clero e aos fiéis católicos do país, por meio dos temas centrais: A grande necessidade da Igreja: a formação religiosa; a causa principal da ignorância: penúria de sacerdotes; a vocação e os fiéis; com as vocações; ação católica para um Brasil melhor; cristo, única salvação.

O encaminhamento geral da Carta Pastoral de 1939, sintetizando o conteúdo a ser aprovado pela Santa Sé, serviu, de imediato, como embasamento para a elaboração de outros documentos de menor alcance, dentro de espaços diocesanos, como cartas pastorais em homilias por Brasil a fo ra. Meses seguintes, no dia 07 de setembro de 1940, o cardeal Leme, “promulgou para todo o Brasil oficialmente os decretos do Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, os quais deveriam entrar em vigor, como obrigatoriedade, a partir do dia 07 de março de 1941” (SHERER, p. 122, 2014).

### 3.4 "Vigiar, Apascentar e Proteger": a Carta Pastoral de Dom Alano (1936)

Neste panorama, direcionamos o olhar para a relação de Dom Alano com as ideias que circundavam e foram formatadas como decretos finais a partir da promulgação do CPB. Tendo o segundo bispo portuense publicado apenas um documento oficial em seus quarenta (40) anos de episcopado, nos voltamos a este documento, buscando compreender, por meio de hipóteses, as semelhanças e disparidades da 1ª carta pastoral de Dom Alano com os aspectos gerais e principais dos decretos do CPB. E ainda,

Qualquer relação social reforça ou mina os padrões de dominação existentes. Uma ênfase na obediência à hierarquia e em práticas pastorais paternalistas pode reforçar o padrão de dominação tanto quanto faz o apoio episcopal do governo. Este último atinge muito mais diretamente o Estado, mas ambas as práticas são políticas no sentido mais amplo. Consequentemente, na análise do impacto político da Igreja, as atitudes e as práticas pastorais são tão

importantes quanto é a relação da Igreja com o Estado (MAINWARTING, 2004, p. 50).

Um primeiro ponto a ser destacado é a publicação da carta de Dom Alano no ano de 1936 e o Primeiro Concílio Plenário Brasileiro ter ocorrido no ano de 1939. Frente a isso, deve ser esclarecido que as reuniões episcopais, sejam por sínodos, concílios e outros, se organizam a passos lentos e são planejadas com anos de antecedência. Quanto mais importante e grande a reunião, maior o seu tempo de preparação, assim como o respectivo CPB é a prova disso. Outro relevante suplemento, é a postura indicada, de maneira imperativa nos decretos, os quais são votadas e representam um ideário<sup>45</sup>, anteriormente, já impregnado pelo episcopado brasileiro que, por meio do documento final do CPB, são materializados como leis a serem seguidas pelo clero e seu povo - a Igreja Católica no Brasil -. Neste contexto republicano, diante das razões do episcopado, Dom Alano parecia já estar consciente da realidade episcopal brasileira, provavelmente por meio de escritos e por outros missionários, mais ainda, mediante a sua chegada anos antes à cidade do Rio de Janeiro;

Longamente esperado e enfim chegado no Rio a 23/06/1933, devia seguir para Porto Nacional, onde estava sendo ardentemente desejado, especialmente por Dom Domingos Carrérot. Ele recebeu, no entanto, ordem de ficar no Rio para nos ajudar, pois éramos aqui apenas dois religiosos sacerdotes. Ele obedeceu, dedicando-se com empenho ao estudo do português. Prestou-nos bons serviços. Mas desde o retorno do Padre Vigário Provincial do Congresso Eucarístico da Bahia e da vista às paróquias do interior, ele obteve a permissão de partir, como de fato partiu, no dia 25 de setembro. Estava no auge da alegria, pois tinha enfim, obtido o que tanto desejava: ir para o interior. Mas sua alegria foi de curta duração, porque mal chegara a Uberaba, recebeu um telegrama para voltar ao Rio (PIAGEN; SOUSA, 2000, p.30).

O frade Alano desejava iniciar rapidamente sua missão no interior, contudo a sua boa desenvoltura no apoio aos frades no Rio de Janeiro, acabou por atrasar sua ida. No âmbito político, nas circunstâncias de um governo transitório, a Igreja Católica buscava resgatar seu lugar de prestígio social, que segundo o pensamento do alto Clero brasileiro, era como uma dívida a ser paga pelo Estado ao importante e indispensável papel do catolicismo no Brasil. Praticamente como uma dívida histórica por serviços

---

<sup>45</sup> “O documento foi fruto de longos anos de trabalho. O monsenhor Giuseppe Bruno serviu-se da “Pastoral Coletiva de 1915”, que, por sua vez, como já vimos, teve longa história de preparação, para compor o “Esquema” preliminar do Concílio, chamado: “O Concílio Plenário Brasileiro, celebrado na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no ano do Senhor de 1939” (SHERER, p. 123, 2014).

prestados à nação brasileira. Enquanto isso, no Livro Crônica do Convento São Tomás de Aquino, dos padres dominicanos do Rio;

Sabemos que a permanência de Frei Alano no Rio, durante 3 anos, foi realmente um ato sábio e carinhoso da Providência Divina. Neste período, através de seu ministério, ele construiu grandes e sadias amizades. Era um bom momento da Ação Católica no Brasil. O cardeal Dom Sebastião Leme confiou-lhe a assistência de um importante grupo desse movimento. À medida em que ele ia revelando seus talentos e virtudes, ia sendo mais procurado. Aumentava cada dia o número de seus dirigidos, beneficiários, admiradores e amigos. Pois bem, foi por meio destes que surgiram várias pessoas caridosas com quem Dom Alano, mais tarde, pode contar como benfeitores de seus seminaristas. Em Porto Nacional (PIAGEN; SOUSA, 2000, p. 31).

Esse importante movimento citado por Piagem e Sousa (2000), a Ação Católica, é um exemplo do trabalho iniciado por Frei Alano em terras brasileiras que vai ser mencionado em sua primeira Carta Pastoral. A Ação Católica se caracteriza por diversos movimentos que visavam influenciar a sociedade civil por meio da atuação de leigos e sua inserção e atuação ativa com base na Doutrina Social da Igreja. O Papa Pio XI, “aos 23 de dezembro de 1922, por meio da encíclica *Ubi arcano Dei consilio*, deu legitimidade a tal organização leiga, no pressuposto de que esta podia servir da defesa para a vida e as verdades cristãs” (VIEIRA, 2016, p. 252).

A Ação Católica no Brasil vai ser de grande importância pois seu crescimento se deu rapidamente e conseguiu relevantes personalidades para atuar em seu favor. “Feitos os devidos trâmites, a Ação Católica teve início, oficialmente, com o Mandamento dos bispos do país, datado de 9 de junho de 1935, festa de Pentecostes” (VIEIRA, 2016, p. 253-254). As ações passavam de simples reuniões de cunho contemplativo ou de orações, mas giravam em torno de atitudes intelectuais e políticas em favor ou contra o sistema vigente, claro, em consonância aos preceitos católicos tradicionais.

Entrementes, em 1937, a Ação Católica assumira então a vitalidade que parecia ter absorvido em si todas as demais associações católicas. Ao seu interno, a JUC e a JUCF se consagravam a formação intelectual de seus membros, ao tempo em que se produziam debates em torno das reformas litúrgicas do filósofo francês Jacques Maritain (1882-1973). Setores mais tradicionais discordavam (VIEIRA, 2016, p. 256).

Ao fazermos a leitura do documento que nos proporcionou refletir sobre as intenções de Dom Alano, algumas considerações precisam ser expostas. Em primeiro lugar, estamos tratando, além de um documento histórico, com sua tipologia e

características próprias, refere-se também a um discurso religioso. Neste sentido, entendemos ser oportuno tecer algumas considerações de estudos da área para colaborar na análise das percepções e intenções do bispo para com seu clero, povo e território. Nesta linha, a definição e análise do discurso por Silva (2005, p. 104), demonstra bem a nossa intenção:

Apesar de sua posição recente na historiografia, a Análise do Discurso, em um sentido mais amplo, já é empregada por todo bom profissional de História, quando esse se coloca as seguintes perguntas diante do documento ou de uma obra histórica: Quem o produziu? Quando foi produzido? Por que foi produzido? Para quem foi produzido? Essas são perguntas simples, mas básicas para entendermos os sentidos que estão além do conteúdo do texto.

Em razão disso, as referidas perguntas acima nos direcionaram a um olhar para escritos da carta pastoral de Dom Alano, principalmente em suas percepções acerca da nova missão que estava sendo-lhe imposta como bispo. A questão inicial, a ser considerada durante toda a análise, é que estamos lendo uma carta escrita por um religioso. Existem aqui, portanto, ponderações necessárias, a começar pelos aspectos teológicos, dogmáticos e institucionais que envolvem o imaginário de quem escreve, e posteriormente, de quem recebe, o destinatário. Quanto a estas particularidades do discurso;

Podemos pensar, então, que o discurso religioso é aquele que se propõe a doutrinar um conjunto de fiéis leigos, propondo a eles orientações de ordem espiritual e comportamental a partir de um conjunto de princípios previamente definidos, que se pautam num amálgama das ordens do humano e do divino, do terreno e do sobrenatural (CARVALHO, 2017, p. 44).

Além disso, outro aspecto não menos importante, é a função e cargo que, igualmente, nos revela o tom persuasivo utilizado. A condição hierárquica de Dom Alano, o exige, continuamente, da utilização de discursos, não necessariamente por edições numerosas, mas como chefe de uma Igreja particular, tendo o dever de instruir e dirigir os fiéis para a salvação, ou seja, sugerindo ou até impondo padrões e comportamentos de vida que extrapolam o âmbito religioso. Nas palavras do próprio bispo, “acrescentando breves diretrizes, referentes aos meios de realização de que pretendemos utilizar-nos para promover o vosso bem espiritual e, enfim, uns conselhos de vida cristã, individual e social” (CARTA PASTORAL DE D. ALANO MARIA DU NODAY, 1936, p. 06), o que influenciaria os setores sociais, econômicos, educacionais, culturais, dentre outros. Este aspecto, necessariamente, se diferencia - em abrangência -

de uma homilia paroquial sacerdotal, ou de pregações de religiosos ou religiosas, sendo que é o bispo que instrui os demais em suas ações, reservando os casos excepcionais. Vejamos como é descrito na carta:

Estas palavras, conforme a tradição católica, referem-se por excelência à ordem episcopal, participação plenária do sacerdócio de Cristo. Cabe-lhe, portanto, não só representar, senão personificar o Sacerdote Eterno, perpetuando-lhe a atuação santificadora: “episcopusergit in ecclesia persona Christi”. O bispo, na Igreja, faz as vezes de Cristo (CARTA PASTORAL DE D. ALANO MARIA DU NODAY, 1936, p. 07).

E ainda, como trabalho prático:

Consiste este mistério em pastorear. O alcance espiritual desta palavra se revela a quem medita a admirável página do Santo Evangelho, em que N. Senhor se nos mostra como o Bom Pastor. Cabem-lhe três incumbências, com que não pode transigir: vigiar, apascentar, proteger o seu rebanho (CARTA PASTORAL DE D. ALANO MARIA DU NODAY, 1936, p. 08).

Essas palavras usadas por Dom Alano, "vigiar, apascentar e proteger" possuem um significado para além de uma mensagem informativa, e sim, constitui uma obrigação prática das atividades episcopais a serem desenvolvidas no Norte de Goiás. O bispo católico deve estar atento à realidade do seu território, ao povo e aos seus sacerdotes, observando os possíveis caminhos para o erro, procurando protegê-los das ideias contrárias; doutrinas desfavoráveis à fé católica, não deixando os seus fiéis sem o alimento da palavra, dos sacramentos e da presença sacerdotal (CATECISMO, 2000). São esses elementos, sintetizados, que se estabelecem como missão, de acordo com as diretrizes da Santa Sé, para a atuação de Dom Alano na diocese de Porto Nacional.

As ideias, propostas e determinações de Dom Alano, não eram apenas elaborações de sua autoria, ou melhor dizendo, seguiam as diretrizes de documentos papais, sinodais e claro, de interpretações teológicas que lhe eram demandadas. A exemplo disso, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), segundo cardeal brasileiro e arcebispo de Olinda/Rio de Janeiro, mesmo sendo uma das personalidades mais importantes e poderosas da Igreja Católica no Brasil na primeira República, contemporâneo de Dom Alano, demonstrava-se obediente, de maneira incondicional, a hierarquia católica;

Mais explícita ainda é a declaração do Cardeal Leme a Pio XI, em data de 24 de agosto de 1934. Ao enviar a Santa Sé os estatutos da ação católica brasileira: " A obediência e o amor ao Papa serão para nós um culto de fé", bem como a “palavra” do romano pontífice código inatingível. O Cardeal

acrescenta, ainda, que o nome do papa constitui uma bandeira análoga à de Jesus Cristo, estando os cristãos dispostos, se for preciso, a derramar por eles o seu sangue (AZZI; GRIJP, 2008, p. 17).

Isto posto, Dom Alano direciona em alguns aspectos para sua atuação inicial na Diocese de Porto Nacional, descritas na sua carta pastoral, sendo elas: desobrigas, formação do clero e recomendações para vida individual e social. Em consonância a isso, Piagem e Sousa (2000) sistematizam e elencam nos tópicos desobrigas, formação do clero, construções e reformas, promoção humana, desmembramento territorial e administração apostólica, as ações introdutórias do bispo e que vão demandar ainda uma quantidade considerável de anos do seu episcopado.

Por isso, na perspectiva de missão que se demonstra continuamente na Carta, Dom Alano se propõe a conhecer *“a superfície, demasiadamente extensa, da diocese de Porto Nacional”* (DU NODAY, 1936, p. 11), tida como uma região isolada dos grandes centros urbanos e de difícil acesso. Ainda no mesmo ano de sua chegada (1936), o bispo conseguiu visitar todas as regiões do território, conhecendo o povo e administrando os sacramentos, visualizando a grande desigualdade existente na região do Norte de Goiás (BRESSANIN, 2013, s/p). E ainda propõe;

Não se devem reduzir as desobrigas a uma simples e rápida administração dos sacramentos. Sendo o ministério da palavra o dever fundamental de nosso cargo, tomaremos a peito desenvolver e difundir por toda parte o ensino religioso, empregando todos os meios ao nosso alcance, para aprimorar a formação de consciências verdadeiras e profundamente cristãs. Esforçar-nos-emos mesmo por estabelecer, como a seguir se verá, ao menos nos centros principais, organizações permanentes de catequização das crianças e mesmo dos adultos, na medida do possível (CARTA PASTORAL DE D. ALANO MARIA DU NODAY, 1936, p. 12).

Por meio das desobrigas, observamos não somente uma visita simples, mas uma forma de identificar a realidade de vida dos fiéis e traçar ações para uma evangelização mais efetiva e sólida, por meio do ensino religioso através de centros catequéticos instalados nas comunidades. Visualiza-se, portanto, dois papéis importantes com as desobrigas: o aproximar-se dos fiéis, no contato físico e pessoal, que era muito reduzido nos anos anteriores a sua presença, e diagnosticar a situação de vida social e religiosa das comunidades.

No âmbito da formação do clero, uma necessidade já diagnosticada na Carta, *“apesar de sua dedicação, o clero, infelizmente tão pouco numeroso, fica insuficiente diante da tarefa imensa que lhe cabe”* (DU NODAY, 1936, p. 15). Esta informação

evidencia que o norte de Goiás ficou à mercê do trabalho de poucos sacerdotes, havendo pouquíssimas visitas pastorais durante o ano, a não ser nas cidades onde ficavam localizadas as paróquias, por isso a dedicação a este tema. “Por onde Dom Alano andava, especialmente em suas visitas pastorais pela vasta diocese, preocupava-se em recrutar candidatos para o Seminário São José, legado deixado por seu antecessor” (BRESSANIN, 2013, s/p). Ainda nas palavras do próprio bispo:

Devemos, portanto, favorecer, proteger e cultivar os germes de vocação sacerdotal, proporcionando aos aspirantes ao sacerdócio os meios aptos para esse fim. Graças à iniciativa de nosso saudoso predecessor, à dedicação competente e realizadora do Revm. Frei Reginaldo, possui a nossa cidade um seminário espaçoso e perfeitamente acomodado, onde os futuros clérigos recebem formação eclesial aprimorada. (...) Terá esta obra das vocações a solicitude toda e, poderíamos dizer, o carinho especial de nosso coração paternal (CARTA PASTORAL DE D. ALANO MARIA DU NODAY, 1936, p. 17).

No que concerne ao aspecto social, “ao defrontar-se com a realidade da sua diocese, entendeu logo claramente que teria de cuidar do homem todo e de todos os homens, nas condições que se achava” (PIAGEM; SOUZA, 2000, p.93). Mesmo mencionando sua preocupação com o social, Dom Alano em sua Carta, não aprofundou de maneira prática, afirmando apenas que “*deve a Religião ficar “fora e acima de todo problema de ordem puramente material e política”. É o pensamento do Papa, neste ponto claro demais para dar lugar a qualquer comentário, menos ainda qualquer interpretação(...)*” (DU NODAY, 1936, p. 28). No entanto, Piagem e Souza, (2000, p. 93), relatam que passou a ser de grande preocupação do bispo o lado social das comunidades, e ainda que “estas condições, de modo geral, eram de carência em todas as dimensões. Tanto na dimensão transcendente-religiosa, quanto na dimensão temporal-humana, no tocante ao socioeconômico, à saúde, à instrução, ao trabalho etc”. E ainda, por sua vez, tornou-se se uma personalidade destacada pelas intervenções na melhoria de vida das pessoas, como menciona Bressanin (2013, s/p):

Com suas intervenções, Dom Alano contribuiu significativamente com o desenvolvimento social, cultural, humano, religioso e, por que não dizer, econômico de toda a região de sua diocese que compreende a todo atual estado do Tocantins. Trouxe contribuições para a saúde, para a educação e para os meios de transportes.

Por outro lado, cabe lembrar do quadro em que se encontrava a maioria das cidades pertencentes ao território diocesano, com pouco desenvolvimento econômico, principalmente quando comparadas aos grandes centros urbanos. A estrutura das paróquias e capelas seguia a mesma perspectiva, à mercê do desenrolar lento do interior. Com isso, “ao mesmo tempo em que D. Alano desenvolvia na diocese uma dinâmica de promoção e renovação pastoral sócio religiosa promovia também o melhoramento do quadro físico da mesma” (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 91). O que, de maneira geral, podemos entender como uma reorganização estrutural física da diocese, que interferia, conseqüentemente, na realidade social, política e econômica da região.

Nota-se que estas ações estão, de maneira sistemática, voltadas a intervenções para solucionar algumas necessidades básicas de vida da população. Dom Alano colocou-se como mediador entre o poder do Estado para fornecer elementos essenciais na área da saúde, educação e economia. Chegou até a criar campanhas para o combate de doenças e se preocupou com a desassistência na área educacional. Diante disso, “depois da obra das vocações, a segunda prioridade era a instrução. Assim é que, pouco a pouco, a diocese ia-se pontilhando de escolas” (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 94).

#### 4 **CAPÍTULO 3 – DESOBRIGAS, FORMAÇÃO DO CLERO E A REALIDADE DIOCESANA**

Diante do discutido no capítulo anterior, a formação da Diocese de Porto Nacional é, em grande parte, herança das atividades missionárias dos Frades dominicanos. O primeiro bispo, também da Ordem, teve sua trajetória pautada na continuidade da força missionária, e durante quase 13 anos trabalhou nesse sentido. Com seu predecessor, Dom Alano, surgiu-nos o questionamento: como seguiu as ações da Diocese de Porto Nacional com o seu segundo bispo? Buscamos entender, primeiramente, a partir de sua Carta Pastoral de 1936, as suas diretrizes, planos e sonhos para norte goiano. E agora, neste capítulo, apresentaremos a continuidade, na prática, do desenrolar dos trabalhos diocesanos, a partir da posse de seu segundo bispo, Dom Alano Maria du Noday.

Para tanto, dividimos o capítulo em três tópicos, o primeiro, tratando das desobrigas e a formação do clero. As desobrigas foram essenciais para o diagnóstico do quadro religioso do norte de Goiás, além de ter sido o único recurso possível para atendimento da população diocesana. Neste intento, a formação de um clero local, foi a segunda investida de Dom Alano, com a esperança de conseguir aumentar o número de religiosos, o que era um problema antigo no interior de todo o país.

No segundo tópico, abordaremos a prática ordinária paroquial. Com alguns questionamentos centrais como: De que forma se dava o cotidiano da vida paroquial? Quais as dificuldades? Os questionamentos levantados foram, pouco a pouco, cercados por fontes que expuseram as preocupações dos sacerdotes, por meio de relatórios que indicavam, de maneira quantitativa e qualitativa, as investidas da paróquia, e, conseqüentemente, da diocese, pois, nenhuma ação paroquial, seja de qualquer sacerdote, passaria sem ser autorizada ou emanada da pessoa do bispo.

E, por fim, o último tópico, visualizaremos o empreendimento mais audacioso da Diocese de Porto Nacional, a sua repartição e criação de novas circunscrições eclesiais. Por meio da análise de cartas trocadas com ordem religiosas diversas, Dom Alano dá o primeiro passo para a criação da primeira prelazia, solicitado a criação da Diocese de Tocantinópolis em 1952 e, em seguida, as prelazias de Cristalândia (1954) e Miracema (1966). Em meio às solicitações, processos e apelos, ampliamos o nosso olhar crítico e historiográfico para as sutilezas do processo histórico de

constituição da Igreja Católica do Tocantins, em seus personagens e instituições (antigo norte de Goiás).

#### 4.1 Desobrigas e a formação do clero

Após o falecimento de Dom Domingos Carrerot em 1933, a Diocese de Porto Nacional ficou com o governo episcopal vacante por três anos, interrompendo o desenrolar das decisões de maior impacto e relevância no âmbito eclesiástico católico. A diocese se encontrava em uma situação semelhante ao próprio espaço social onde se localizava, como escassez de recursos, pobreza e falta de acesso a elementos básicos, como educação, saúde e transporte. De maneira geral, como na maioria do interior do Brasil, em detrimento às regiões litorâneas, era de total isolamento e poucos investimentos na economia. Nesse cenário, chegava o segundo bispo da Diocese de Porto Nacional,

Aos dez de julho de mil novecentos e trinta e seis na Igreja Cathedral de Porto Nacional em presença de numerosa assistência, foi lida a Bulla do Summo Pontifice Pio XI dirigida ao Capitulo e ao povo deste bispado pela qual o papa gloriosamente e reinante declara que nomeia e constitue como Bispo do dito Bispado Dom Frei Alano du Noday da Ordem dos Pregadores. A Bula foi lida pelo Rev<sup>o</sup> Padre Frei José Audrin que leu o texto em latim e a tradução em portuguez. Exci<sup>a</sup> Revm<sup>a</sup> Dom Frei Alano, tendo tomado posse do Bispado para o qual tinha sido eleito, chega pouco tempo depois a Catedral onde precedeu [...] (ATA DE POSSE DE DOM ALANO, julho de 1936. Pasta Dom Alano. Cúria diocesana de Porto Nacional).

O frade bispo<sup>46</sup> chegou ao seu novo campo de missão com ações gerais planejadas e idealizadas, como observamos em parte em sua Carta Pastoral no capítulo dois. No entanto, o trabalho pastoral teorizado na Carta sofreu modificações significativas durante a sua prática, prologando e criando alternativas para fazer com que as ideias principais se concretizassem diante das adversidades. As menções ao pensamento de Dom Alano se fazem necessário, pois é a partir de sua proposta de governo e de sua compressão pastoral que conseguimos compreender melhor o processo histórico da diocese, sua atuação e relações com as populações locais e vice e versa.

Chegando, finalmente, à diocese, Dom Alano começa a peregrinar pelo território geográfico sob sua responsabilidade, com o intuito de conhecer a realidade da Igreja e das populações ali existentes. Ademais, as visitas pastorais às comunidades serviam como uma avaliação diagnóstica do quadro moral e espiritual em que se

---

<sup>46</sup> A menção do termo frade antes de bispo é utilizada devido à natureza da formação religiosa do bispo que, mesmo estando afastado da Ordem Dominicana, conservava os aspectos intrinsecamente a sua personalidade.

encontravam o povo, a aplicação dos sacramentos, a desobediência aos preceitos católicos e, por fim, a condição econômica e social que, mesmo não sendo citadas em primeira ordem, faziam parte efetiva das preocupações da gestão episcopal, visto que para as atividades pastorais de evangelização são necessários recursos financeiros e materiais. Portanto, as visitas se davam por meio das desobrigas, termo que pode ser interpretado de diversas maneiras, podendo ter alterações em sua compreensão, mas que nas palavras de um sacerdote ordenado por Dom Alano que atuava no período,

A desobriga era a atividade ministerial do sacerdote católico, mais parecida com a atividade apostólica dos Discípulos de Jesus, no começo do Cristianismo. Consistia em levar até o Povo de Deus dos Sertões distantes e dos rincões mais afastados do interior, a Palavra divina e sua Missão salvífica de salvação eterna (MAYA, 2002, p. 87)

Vale ressaltar ainda que os termos sertão<sup>47</sup> e sertanejo são diversas vezes utilizados nas fontes consultadas. “No conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de “sertão” (AMADO, p. 145, 1995). “O território reconhecido como “sertão” teve origem, em grande parte, de uma construção histórica que em dado momento delimitou a região assolada pelas secas, forjando-o como se ele sempre estivesse ali” (FERREIRA; OLIVEIRA 2011, p.05). Da mesma forma, o sertanejo é indicado de maneira generalizada, direcionado a uma imagem homogênea dos indivíduos que vivem no nordeste brasileiro ou simplesmente no interior do país. Originando uma noção preconceituosa de que o serão é “uma área de pessoas humildes, com uma vida sofrida por conta das adversidades ambientais, e que viviam num tempo isolado quase estático, presos a tradições e com poucos trejeitos sociáveis (FERREIRA; OLIVEIRA, p. 05, 2011).

No que se refere aos termos utilizados para os indivíduos do norte de Goiás, Audrin (1963, p. 8-9, apud BRESSANIN, 2015, p. 62) o caracteriza de maneira singular perante os estereótipos do sertanejo nordestino, com as seguintes palavras:

[...] não vegetam em recantos desolados, onde crescem apenas mandacarus, rasga-gibões e xiquexiques. Não são vítimas de secas periódicas que aniquilam criações, inutilizam lavouras e obrigam-nos a expatriar-se à procura do “Inferno Verde”. Não estão sujeitos a lamentável necessidade de

---

<sup>47</sup> Amado (p. 148, 1995), por meio de uma retrospectiva histórica, ainda afirma que “ ‘Sertão’, já se viu, designava não apenas os espaços interiores da Colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não havia chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura.”

disputar o gado e outros animais a água escassa das cacimbas. Não pensem os leitores que nossa gente do interior seja a massa de retirantes que temos visto, com compaixão, desembarcar nas plataformas das estações Roosevelt ou Pedro II, com destino aos cortiços da Pauliceia ou às favelas da cidade Maravilhosa. São pobres, na verdade, porém asseados; não andam esfarrapados e esfomeados [...] São livres; vivem e pelejam num país de florestas, de verdes campinas e várzeas, onde correm águas permanentes, onde o solo é rico e fartas as pastagens, onde nunca faltam caças nas matas, onde rios e lagos são piscosos.

As desobrigas, nesse sentido, direciona-se ao sertão e seus sertanejos do norte goiano. Para exemplificar essas ações pastorais, a Igreja precisou se colocar no dia a dia de seus fiéis. Os mandamentos cristãos, neste caso católicos, foram passando por transformações diversas durante a história. A partir do processo de institucionalização do cristianismo como Igreja, a sua presença foi incentivada e organizada de maneira sistemática, dentro do cotidiano da sociedade, sobretudo nos territórios em que a Igreja Católica tinha maiores privilégios. Portanto, era preciso que a população tivesse acesso frequente aos sacramentos, a homília e a missa. Essa estruturação significava uma presença maior e mais efetiva de sacerdotes entre o povo, assegurando sua maior fidelidade aos preceitos religiosos. Com isso, as primeiras e mais necessárias ações no imenso território diocesano de Porto Nacional, foram as desobrigas. Não havia como fundar ou ampliar uma comunidade ou paróquia, sem administrar os sacramentos iniciais de uma vida cristã, ou seja, era necessário purificar imediatamente as almas sertanejas.

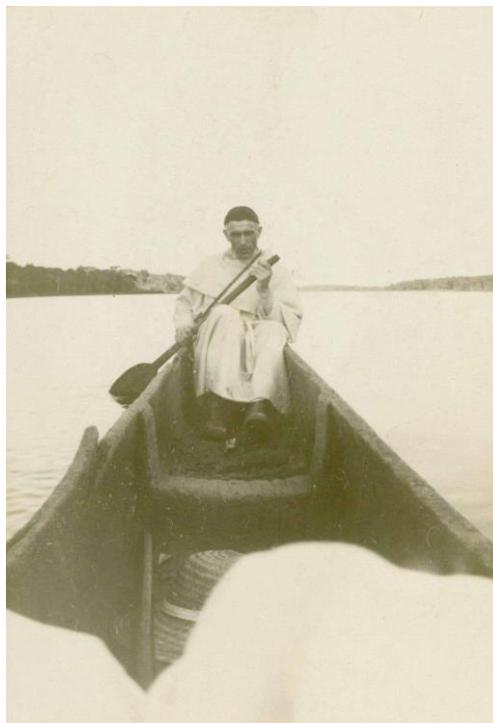
A desobriga era programada com bastante antecedência. O tempo era determinado para se realizar a atividade pastoral e missionária do Padre indo pelo interior da Paróquia, seus verdadeiros objetivos, seu roteiro, seu percurso, com o anúncio do dia da chegada em casa pousado escolhido. Estes pousos, marcados com a distância máxima de 5 em 5 léguas de um para o outro, eram dados a conhecer aos donos das Fazendas e das residências escolhidas, com bastante antecedência, para que estes mesmos pudessem levar a notícia da chegada do padre aos seus vizinhos e amigos de toda a vizinhança. Era chegado o dia da Desobriga. Que todos aproveitassem a oportunidade para irem ouvir a Palavra de Deus, a Mensagem sagrada dos Santos Evangelhos de Nosso Senhor Jesus Cristo, e receber os Santos Sacramentos da Igreja. Era um tempo muito especial e sagrado para as crianças que iriam se batizar, para os jovens que iriam se confessar e comungar pela 1ª vez e se crismarem, e para os adultos que iriam se casar. Os demais fiéis aproveitariam para reconciliarem com Deus pelos Sacramentos da Confissão e da Sagrada Comunhão (MAYA, 2002, p. 88).

É notável que as desobrigas iam além de uma simples visita ou viagens por comunidades ou fazendas do interior, mas sim discorria como uma solenidade por onde passava. As comunidades se organizavam com bastante antecedência para o preparo das

festividades e acolhimento do frade, sacerdote ou bispo. Era algo que quebrava a rotina do sertanejo, um momento de reconciliar-se com o sagrado. Nas crônicas de Maya (2002) e Piagem e Souza (2007), padres ordenados por Dom Alano, onde narram variados relatos do período, observamos o dia a dia desse caminhar de evangelização em pleno início do século XX, se estendendo até a sua metade, como principal meio de acesso pastoral a população da região norte de Goiás. Ainda sobre as desobrigas,

O trabalho do missionário consistia sobretudo na administração dos sacramentos. O trabalho de Evangelização propriamente dita quando havia em função dos sacramentos. Durante o período da seca (da páscoa até o mês de setembro) os missionários saíam dos conventos no lombo de burros ou de canoa em direção aos lugarejos. Chegando reunia a população de toda a redondeza para cumprir as “obrigações” RELIGIOSAS: a comunhão e a confissão anual, crisma, casamentos, regularização das uniões “de fato”. Quando necessário levava também a unção dos enfermos. A passagem do sacerdote era muito esperada pelo povo, pois a passagem do missionário era uma oportunidade de ouro que não se podia perder. Não se podia perder a oportunidade de ficar em paz com as obrigações religiosas, pois muitos só teriam outra oportunidade vários anos depois” (DOC. COM HISTÓRICO DE VIDA E OBRA DE DOM ALANO, 1994, n/p. Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu De Las Casas do Brasil. Belo Horizonte-MG).

**Figura 6** – Dom Alano navegando em uma canoa pelo Rio Tocantins (sem data).



Fonte: Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG.  
Pasta sobre Porto Nacional – Armário H, Gaveta 2.

Nas memórias de Audrin (2007), mesmo que correspondentes ao governo de Dom Domingos Carrerot (1921-1933), apresentam de maneira atenta as desobrigas.

Eram momentos que o povo aproveitava o máximo “a reza, a procissão e sobretudo a missa. Dias de alegria completa, pois a presença do Padre significa batizados e casamentos, padrinhos e novos afilhados, compadres e comadres, encontro de parentes e amigos etc.” (p. 227). O clero, de maneira igual, acomodava-se à realidade e participava das festas, ainda mais por serem o centro das atenções, seja diante do camponês ou do mais importante político da comunidade. No entanto, alguns estranhamentos com as festividades populares se faziam presentes, do simples conselho, à uma repreensão pública aos modos de vida e comportamentos. Todavia, devido ao trabalho de décadas de frades dominicanos na região, uma diplomacia foi se estabelecendo. Citando caso análogo,

Dom Domingos, acostumado de muitos anos, sabia que não podia e nem convinha opor-se de uma vez a tradições ancestrais. Não estranhava tais abusos, como acontecia para outro Prelado pouco treinado em suportar as esquisitices do sertão. Sua prudência unida à uma velha experiência impedia-lhe qualquer protesto violento, precipitado e contra-producente contra os costumes inveterados, transformações ou antes deformações do que outrora inventaram e organizaram santos missionários. Os jesuítas, por exemplo, admitiam em dias solenes, danças honestas, coroações de reis e rainhas, foguetes, tambores, bandeiras e mastros (AUDRIN, 2007, p. 227).

Em relação a religiosidade tida como profana, devido ao grau de evangelização secular em terras brasileiras, o clero e religiosos, no âmbito missionário, de maneira geral, estavam cientes sobre a religiosidade popular. As condutas e metodologias de evangelização estavam dispostas até em livros e eram compartilhadas<sup>48</sup> entre os antigos e os novos evangelizadores. Ou seja, os missionários e até mesmo os bispos, forneciam uma espécie de relatório oral ou escrito de suas vivências, memórias condutas em relação ao público que atendia, assegurando uma transição, em grande parte, pacífica, a qual viabilizou uma continuidade de suas metodologias e práticas.

---

<sup>48</sup> As ordens religiosas que trabalharam em terras brasileiras deixaram escritos de suas experiências, no intuito de possibilitar a continuidade de seus trabalhos no Brasil. Para exemplificar, “desde a vinda dos primeiros jesuítas ao Brasil em 1549, muitos outros chegaram nos anos seguintes. Em 1600, acredita-se que cerca de 160 já estavam estabelecidos no território colonial do Brasil, sobretudo nas regiões litorâneas, de melhor acesso. Sua participação foi crucial para a formação e organização das cidades de Salvador, Rio de Janeiro, São Vicente, entre outras, pois mesmo com um número de padres considerável, ainda era insuficiente para catequizar tanta gente, assim surgiram os aldeamentos, pois estando os indígenas em um mesmo local, eles poderiam catequizar vários indivíduos ao mesmo tempo” (GUMIEIRO, p. 66, 2013).

**Figura 7** – Dom Alano e parte da comunidade do Convento Santa Rosa de Lima – Religiosos dominicanos que trabalhavam no Norte de Goiás (1937)



Fonte: Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG. Pasta obre Porto Nacional – Armário H, Gaveta 2, 1937.

Por este ângulo, Dom Alano chegou a sua diocese e estabeleceu essa transição, compreendendo a realidade com cautela e, ao que tudo indica, utiliza-se de uma postura conveniente e moderada, evitando assim, desentendimentos sérios e sabendo agir diante a realidade das populações locais em sua heterogeneidade e complexidade. Destacando-se ainda mais, os contrastes de realidade concreta e palpável, que se evidenciava em razão de sua natureza francesa, com realidades eclesiais distintas. Nas palavras dos próprios religiosos, o trabalho pastoral é entendido em todo esse período, como uma missão;

A proposta da missão paroquial, já anteriormente usada pela Igreja no Brasil, é posta em prática pelos dominicanos na diocese de Goiás. Uma estratégia missionária que parte do princípio de que a sociedade é católica, porém, os leigos precisam ser catequizados para se adequarem às normas do catolicismo. Já as desobrigas, amplamente utilizadas, aparecem como uma simplificação das “Santas Missões” e possibilitam ao fiel pôr sua vida de vez em ordem, ou seja, cumprir os preceitos pascais. Enfim, através dessa prática pastoral, busca-se uniformização da fé, rompendo com os aspectos sincréticos, multifacetados e “profanos”, tidos como componentes da religiosidade no Brasil, que deveria ser superada pela ação de um novo clero (CAIXETA, 2014, 109).

A população do norte goiano ainda não estava tendo acesso ao clero em seu cotidiano. Seu território ainda era pouco assistido e de difícil acesso. Uma paróquia nos moldes europeus e um catolicismo romano que seguisse a liturgia perfeitamente era o que almejava a Igreja. Por tudo isso, o sentido de missão da Igreja primitiva se colocava como alternativa motivacional dos religiosos. Os bispos da diocese continuaram usando o mesmo discurso que os frades dominicanos utilizavam na evangelização em tempos de Império. Era preciso formar e salvar as almas sertanejas desassistidas e perdidas da verdadeira fé. E ainda, sobre os sertanejos de Goiás, Audrin (p. 119, 1963),

Devemos lembrar que a instrução religiosa dos sertanejos não é completa e, por isso, como natural consequência, certas palavras, rezas, gestos e práticas rituais nem sempre estão de acordo com os princípios e as normas da verdadeira religião. Algumas hão de parecer-nos sugeridas por uma espécie de superstição e opostas ao bom senso cristão. Não se julgue, todavia, que os exageros dos devotos sejam provas de fetichismo, de bruxarias e outras tolices ridículas, como teimam afirmá-lo alguns sertanistas mal informados ou mal intencionados. O mais certo é ver, em todas essas esquisitices, interpretações por demais ingênuas de crenças fortemente enraizadas, mas pouco esclarecidas.

O restabelecimento da conduta moralmente correta nos moldes católicos do povo para os preceitos da Igreja era o objetivo primordial de uma desobriga. “Dom Alano continuou<sup>49</sup> este trabalho maravilhoso que os dominicanos vinham fazendo no norte de Goiás desde o final do século passado<sup>50</sup>”. “Na desobriga, o Padre era sempre recebido como mensageiro de Deus. Sempre bem alojado conforme os costumes e as condições de casa proprietário de fazenda” (MAYA, 2002, p. 85). Uma maneira muito oportuna de conhecer a realidade na prática das comunidades existentes no território, no seu dia a dia, nas suas vivências, riquezas e dificuldades, em todos os níveis.

Nas desobrigas o pregador percorria cidade por cidade, aldeia por aldeia. Era um trabalho muito árduo. O missionário muitas vezes corria perigo de vida. Seguindo as sendas dos primeiros dominicanos D. Alano por vários anos cruzou todo o sertão goiano. Nas desobrigas sempre levava consigo, como já vimos, a Bíblia, o breviário e a Suma Teológica. Nestas desobrigas as dificuldades eram muitas. Ao invés de suplício do cilício muitas vezes o missionário encontrava suplício do carrapato (DOC. COM HISTÓRICO DE

---

<sup>49</sup>“Diante de uma realidade eclesial marcada pelas imensas paróquias e pelo número reduzido de padres, os dominicanos muitas vezes assumirão paróquias, mesmo sabendo não ser elas o principal objetivo da Ordem. Cada convento se constituía numa espécie de quartel geral donde os fardes partiam para evangelizar parte da diocese” (DOC. COM HISTÓRICO DE VIDA E OBRA DE DOM ALANO, 1994, n/p. Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu De Las Casas do Brasil, Belo Horizonte -MG).

<sup>50</sup> DOC. COM HISTÓRICO DE VIDA E OBRA DE DOM ALANO, 1994, p.19. Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu De Las Casas do Brasil, Belo Horizonte -MG.

VIDA E OBRA DE DOM ALANO, 1994, 19. Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu De Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG).

O sacerdote do interior tinha suas particularidades em comparação aos padres da cidade ou de comunidades já bem estruturadas economicamente. O padre do interior é missionário. Vive e participa das condições sociais e econômicas dos seus fiéis. Desde a Proclamação da República, a Igreja Católica no Brasil torna-se independente, no entanto, essa sua autonomia também equivale a uma redução drástica em seus honorários. As jurisdições mais antigas, aparentemente sólidas, precisaram se adaptar, buscando novas formas de captação financeira. Mas as novas dioceses, principalmente das regiões mais pobres, passaram por muitas dificuldades e crises, e com isso, tiveram que reconhecer e lutar pela melhoria de seus domínios episcopais.

Outro elemento importante para análise, é que qualquer intervenção que a Igreja faça, sempre estará associada, mesmo que indiretamente, às suas estratégias e interesses. A fundação de uma diocese, de uma paróquia, precisa, em um primeiro momento, comprovar autossuficiência econômica, ou seja, ter condições financeiras para desenvolver suas atividades. Se a sua área geográfica de atuação for muito aquém neste âmbito, conseqüentemente a Igreja sofrerá na captação, por isso, alguns bispos e ordem religiosas, acabam por sair do campo religioso e atuarem em áreas como educação, economia e até na política<sup>51</sup>.

Nas diversas dificuldades encontradas por Dom Alano, a dimensão territorial era o maior empecilho em sua pastoral. Detinha<sup>52</sup> um território com “aproximadamente 200 mil almas distribuídas em 48 cidades ou núcleos populacionais em zona de garimpos e ainda uma boa parte disseminada nos imensos sertões, sem estradas nem meios de transportes e de comunicação”.<sup>53</sup> Como poderia ele desenvolver suas ações citadas em sua Carta Pastoral (1936) em um espaço no qual a própria ação religiosa caminhou com um efetivo pessoal pequeno durante séculos, e ainda se somando a isso, raros investimentos por parte do poder estatal?

---

<sup>51</sup> Um caso bastante significativo foi o caso do Padre Cícero Romão Batista. Nas palavras de Vieira (2016, p. 113), “(“Padim Ciço) foi um exemplo interessante de relação com a política no Estado do Ceará. Devido sua influência religiosa, econômica e política, “tornou-se tão poderoso que, sob seu comando e de Floro, o povo do sertão conseguiu vencer as tropas que o Coronel Franco Pinto Rabelo (imposto como governador do Ceará pelo presidente Hermes da Fonseca em 1912) enviará para sitiar Juazeiro, marchando em seguida sobre Fortaleza, a capital estadual, forçando o governador a renunciar e partir para o Rio de Janeiro.”

<sup>52</sup> A Igreja comportava-se diante de um território como se todo ele, tendo ou não a presença de outras denominações ou religiões, fosse de sua responsabilidade, assim como as almas dos indivíduos.

<sup>53</sup> FOLHETO COMEMORATIVO EPISCOPADO DE DOM ALANO, 1978, p. 19. Arquivo pessoal.

Para atender pastoralmente a esta Diocese, Dom Alano contava apenas com dois Padres diocesanos: Pe. Didmo Maia Leite, em Porto Nacional e Cônego João Lima, em Tocantinópolis. O primeiro, logo por ocasião da sagração de Dom Alano, pediu permissão ao seu novo Bispo para sair da Diocese e ingressar na Ordem Dominicana, e Dom Alano lhe permitiu. O segundo, septuagenário bastante comprometido com as injunções políticas em sua região, dele pouco se tinha a esperar, apesar de ser um bom sacerdote. Havia também em Porto Nacional alguns frades Dominicanos, que pouco depois a chegada do Bispo, por conveniência da Ordem, tiveram que se transferir para o Sul (FOLHETO COMEMORATIVO EPISCOPADO DE DOM ALANO, 1978, p. 19. Arquivo pessoal).

A menção deste quadro pequeno de padres nos dá a dimensão crítica da situação administrativa e pastoral da diocese de Porto Nacional no início do governo de seu segundo bispo. Dom Alano não conseguiria, mesmo com todo seu esforço, atender a vasta região sozinho com suas desobrigas, ainda mais com a saída dos frades dominicanos em 1944, que agravou ainda mais a situação de atendimento religioso à população.

O terceiro convento a cerrar suas portas foi o Santa Rosa de Lima de Porto Nacional no ano de 1944. No entanto a retirada dos missionários dessa cidade começou a ser planejada anteriormente. Alguns documentos – entre eles cartas do Vigário Provincial da vice-província de Toulouse no Brasil, do superior do Convento portuense, de frades que estavam assinados nessa casa ou que ali moraram e do próprio bispo de Porto Nacional, o dominicano Dom Alano du Noday – possibilitam a melhor compreensão dos motivos do fechamento desse convento de missão no antigo norte de Goiás (BRESSANIN, 2014, p. 168).

Dom Alano talvez já se antecede ao que iria acontecer e se dedicou ao recrutamento de seminaristas. “Ao invés de buscar recursos humanos em países estrangeiros como era de costume na época, D. Alano optou pelo mais difícil e quase impossível na época: a formação de um clero autóctone”.<sup>54</sup> Diante a uma realidade dramática, uma diocese extensa, Dom Alano arriscou-se no investimento e recrutamento de jovens para a formação de um clero local.

Podemos considerar, por conseguinte, que a segunda ação prioritária de Dom Alano se orientou a formação do clero. “Recrutando entre o povo da região vigoroso, na sede do bispado, o Seminário São José destinado a receber os candidatos, em regime de internato, ministrando-lhes o ensino básico e a primeira formação, gratuitamente”.

<sup>55</sup>Defronte aos quadros de analfabetismo existentes em todo país, não seria diferente em

---

<sup>54</sup> FOLHETO COMEMORATIVO EPISCOPADO DE DOM ALANO, 1978, p. 13. Arquivo pessoal.

<sup>55</sup> FOLHETO COMEMORATIVO EPISCOPADO DE DOM ALANO, 1978, p. 19. Arquivo pessoal.

Goiás, e logo, Dom Alano precisou viabilizar a formação inicial, para depois inserir os candidatos ao sacerdócio na filosofia e teologia.

O seminário São José oferecia o ensino de nível primário. A continuação dos estudos a nível secundário era feita, naquela época, no Seminário Arquidiocesano de Diamantina, Estado de Minas Gerais, para onde eram encaminhados os seminaristas mais adiantados, como Faustino Moreira, Pedrocílio Guedes, José Antônio Klaus, João Magalhães Cavalcante, Pedro Pereira Piagem, Manoel Ferreira Lima, José Patrício e Augusto, de Conceição do Araguaia. Posteriormente, os seminaristas de Porto foram encaminhados para os estudos ginasiais, clássicos, de Filosofia, e de Teologia Dogmática para o seminário Arquidiocesano do Coração Eucarístico de Jesus de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais (MAYA, 2002, p. 42-43).

O perfil dos candidatos ao seminário era bastante variado, em boa parte pobres. “Desde as primeiras visitas pastorais Dom Alano começou o recrutamento de vocações. O número variava entre 20 a 30 seminaristas, a partir do ano de 1937”.<sup>56</sup> Os anos que passavam no Seminário São José, além das participações nas aulas comuns, os seminaristas eram assistidos com proximidade pelo bispo, por meio de palestras, orientações, já que o quadro profissional para formação dos alunos era bastante limitado, tornando sua presença necessária e constante. “Frente ao seu seminário, teve que fazer, muitas vezes, o papel não só de Bispo, mas também de Diretor Espiritual, Reitor, Disciplinário, Professor, Enfermeiro, Ecônomo”.<sup>57</sup>

Com as diversas dificuldades de evangelização “parece que a liquidação do convento Santa Rosa de Lima e a saída dos dominicanos rendeu, em princípio, um grande vácuo no atendimento religioso do povo sertanejo, que sofreu com ausência de missionários” (BRESSANIN, 2014, p. 181). No entanto, mesmo com a presença dos frades a situação ainda se enquadrava complexa, mas Dom Alano enxergava possibilidades de minimizar este impacto, acreditando no desenvolvimento a partir de sua própria diocese.

Com a retirada dos dominicanos de Porto Nacional, Dom Alano se vê sozinho. Em uma de suas viagens ao Rio de Janeiro, ele se encontrou com o seminarista Manoel Fernandes Mendes, no Seminário Apostólico dos Padres Sacramentais de Nossa Senhora. Este sabendo da necessidade de padres na diocese, fala com Dom Alano que está disposto a servir como padre na Diocese de Porto Nacional (BENÍCIO, 2018, p. 48).

O desempenho de Dom Alano demonstra-se bastante frutífero, já nos primeiros anos. No sentido econômico de manutenção da formação do clero, “a Diocese pobre,

<sup>56</sup> FOLHETO COMEMORATIVO EPISCOPADO DE DOM ALANO, 1978, p. 20. Arquivo pessoal.

<sup>57</sup> FOLHETO COMEMORATIVO EPISCOPADO DE DOM ALANO, 1978, p. 21. Arquivo pessoal.

sem fontes de renda, sem receber nenhuma quota das paróquias, nenhuma subvenção dos poderes públicos, nem ajuda do exterior”.<sup>58</sup>A subsistência foi conseguida por meio de doações esporádicas de pessoas importantes de sua época de estadia no Rio de Janeiro (1933-1936) e dos próprios fiéis. Piagem (1978), por meio de suas memórias, descreve que, em uma de suas visitas às comunidades, o bispo expressa os resultados de sua investida no clero local:

Meus filhos, há 20 anos atrás, quando aqui pisei pela primeira vez, vocês me fizeram um pedido que me deixou muito angustiado: vocês me pediram um Padre, que eu infelizmente não tinha. Mas vocês foram tão generosos comigo, que naquele mesmo dia me ofereceram um menino, dizendo que queria ser padre. Eu o levei, o coloquei nas mãos do nosso Bom Deus, que o transformou realmente num padre. E hoje eu tenho a imensa alegria de trazê-lo aqui para lhes restitui-lo, como VIGÁRIO DE VOCÊS!... Está aqui o Padre que vocês me pediram há 20 anos atrás (FOLHETO COMEMORATIVO EPISCOPADO DE DOM ALANO, 1978, p. 23-24. Arquivo pessoal).

Nas atividades desenvolvidas com as sobregas, a busca por candidatos ao sacerdócio progrediu ininterruptamente.. “Terá esta obra das vocações a solicitude toda e, poderíamos dizer, o carinho especial de nosso coração paternal” (CARTA PASTORAL, 1936, p. 48). Será, portanto, o motivo de crescimento diocesano a investida na formação do clero local, pois é a partir desta que a Igreja Católica no norte de Goiás conseguiu aumentar sua presença na vida cotidiana das populações da região durante as duas primeiras décadas do segundo bispado.

**Quadro 1** - Padres ordenados na diocese (1940 - 1978).

<b>PADRES ORDENADOS POR DOM ALANO EM ORDEM CRONOLÓGICA DE ORDENAÇÃO</b>		
	<b>Nome do sacerdote</b>	<b>Ano de ordenação</b>
1.	Pe. Manoel Mendes	15/09/1940
2.	Pe. Faustino Moreira dos Santos	21/12/1941
3.	Pe. José Antônio Klaus	25/12/1942
4.	Pe. José Momenso	08/12/1943
5.	Pe. Luso de Barros Matos	23/09/1945
6.	Pe. José Patrício de Almeida	23/09/1945
7.	Pe. Pedrocílio da Silva Guedes	23/09/1945
8.	Pe. Pedro Pereira Piagem	02/04/1949
9.	Pe. João Magalhães Cavalcante	23/09/1950
10.	Pe. Cícero José de Sousa	22/19/1951
11.	Pe. Antônio Luiz Maia Leite	08/03/1952
12.	Pe. Rui Rodrigues Maia	06/12/1953

<sup>58</sup> FOLHETO COMEMORATIVO EPISCOPADO DE DOM ALANO, 1978, p. 21. Arquivo pessoal.

13.	Pe. Samuel Aureliano da Silva	07/12/1958
14.	Pe. Geraldo Marques Torres	07/12/1958
15.	Pe. Jacinto Pereira Sardinha	14/03/1959
16.	Pe. Juraci Cavalcante Barbosa	29/06/1959
17.	Pe. Rui Virgolino Aires	19/06/1962
18.	Pe. Rui Cavalcante Barbosa	02/04/1962
19.	Pe. Celso Cavalcante Batista	02/07/1962
20.	Pe. Raimundo Nonato Barros	29/06/1963
21.	Pe. Juarez Virgolino Aires	07/07/1963
22.	Pe. Jose Cesar Barros	29/06/1965
23.	Pe. Ariovaldo Batista Cavalcante	29/06/1966
24.	Pe. Alano Azevedo Soares	03/07/1966
25.	Pe. Joatan Bispo de Macedo	02/02/1972
26.	Pe. Osterval Gomes da Glória	30/07/1972
27.	Pe. Lauro Toríbio de Sousa	08/01/1978

**Fonte:** FOLHETO COMEMORATIVO DO EPISCOPADO DE DOM ALANO, 1978. Arquivo pessoal. Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional (quadro elaborado pelo autor em 2022).

Conforme os dados da tabela acima, observamos que dentro de quarenta (40) anos de seu governo, Dom Alano ordenou vinte e sete sacerdotes. Sua maior parte, oriundos das cidades pertencentes à diocese de Porto Nacional. Cada um teve, no período de suas formações, contato direto e íntimo com a pessoa do bispo diocesano. Alguns deles, em maior ou menor grau, destacaram-se em suas funções ministeriais e estão nas memórias das populações, inclusive alguns deles permanecem trabalhando na atualidade.

**Figura 8** – Dom Alano du Noday e seus seminaristas (sem data).



Fonte: Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG.

Pasta sobre Porto Nacional – Armário H, Gaveta 2 s.d.

Por meio das leituras e análises das fontes da cúria diocesana de Porto Nacional, identificamos um processo de admissão e formação que seguiam os protocolos da Santa Sé, mas que, devido a uma estrutura burocrática ainda simples em Porto Nacional, apresentavam-se por meio de cartas manuscritas discretas e bem específicas umas das outras.

**Figura 9** – Dom Alano du Noday em Diamantina (MG) visitando seus seminaristas (04/08/1939).



Fonte: Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG. Pasta sobre Porto Nacional – Armário H, Gaveta 2.

Dentre os sacerdotes mais populares, se destaca o Padre Luso Matos, conhecido por sua fama de santidade que se manifesta desde sua formação. Ele “completou seus estudos eclesiais no Seminário São José (...), com a expressa aceitação de Dom Alano, que se tornou protetor e amigo, além de Professor de Filosofia e Teologia” (MAYA, 2002, p. 63). Devido às doenças físicas, não pôde continuar seus estudos em seminários fora do estado, recebendo então, do próprio bispo, a formação necessária para completar seu itinerário formativo e ser ordenado sacerdote. “Juntamente com o Santuário de São Judas Tadeu, Padre Luso erigiu a Escola Paroquial São João Bosco para alunos pobres do bairro. Hoje essa escola foi encampada pela Secretaria de Educação do Estado (MAYA, 2002, p. 65). Abaixo o texto de apresentação do candidato ao sacerdócio ao seu bispo:

Exmo. Revo. Inl. D. Alano M. du Noday D.D Bispo da Diocese de Porto Nacional. Luso Matos, com 38 anos de idade, nascido a 16 de dezembro de 1906, na paróquia de S. Antonio de Balsas, Estado do Maranhão, e nela batizado, residente nesta diocese de Porto Nacional, filho legítimo de Presilino Matos e de Petronilha Barros Matos, aluno do 4º ano de Teologia no ‘Seminário de São José, de Porto Nacional, Estado de Goiás, com o devido respeito expõe: Que, desejando o requerente após madura reflexão, na presença de Deus, ser promovido a recepção da ordem do Sub-Diaconato, livre e espontaneamente, sem coação nenhuma, conhecendo e aceitando as obrigações dela decorrentes, requer humildemente a V. Excia. Se digne admiti-lo á promoção da referida ordem. Graça que abaixo assinado espera alcançar da bondade de V. Excia. Revma. Seminário de Porto Nacional, 7 de setembro de 1945 (LUSO MATOS, Carta de Ordenação, 1945. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional).

A vida dos fiéis deveria ser orientada no caminho para a salvação, e para isso, Dom Alano citou em sua Carta Pastoral a necessidade do trabalho da Ação Católica, direcionando o protagonismo, também, para os leigos. Ele menciona que, relacionado aos leigos, “a primeira condição de êxito de uma ação católica, que pretende ser eficaz, é a própria vida e o exemplo dos católicos, sobretudo daqueles que ao lado do clero, trabalham pela dilatação do Reino de Deus na sociedade” (CARTA PASTORAL, 1936, p. 49). Essa vida exemplar, aqui mencionada diante de fiéis, deveria ser muito mais ética moralmente em relação aos sacerdotes. A exigência se demonstra até na vida dos pais de seminaristas, que deviam estar de acordo aos preceitos católicos, e em dias com os sacramentos.

#### 4.2 O povo e a sua Igreja: Narrativas da vida cotidiana paroquial (1940 – 1960)

A instrumentalização das atividades pastorais de uma diocese, em qualquer âmbito, só acontece com o aval do bispo diocesano. É necessário que todo o programa pastoral, como o administrativo, social e qualquer outro, esteja sujeito a avaliação e autorização episcopal, sendo o território grande ora pequeno, abrangendo uma massa vultosa ou reduzida de fiéis. A hierarquia começa e termina na pessoa do bispo. Por isso,

A noção de modelos de Igreja sugere que o ponto de partida para a compreensão de sua política deva ser a concepção de sua missão. A forma com que a Igreja intervém na política depende fundamentalmente da maneira pela qual se percebe sua missão religiosa. Essa abordagem enfatiza os objetivos da instituição, tal como são compreendidos pelos seus líderes, e consequentemente enfatiza a doutrina e a teologia (MAINWARING, 2004, p. 21).

Diante disso, os inúmeros eventos que a presente pesquisa perpassa para compreender a História da diocese de Porto Nacional, situam-se no e além do campo religioso, estando mergulhadas em diversos assuntos e temas que a Igreja particular teve que enfrentar ou se relacionar em sua constituição e caminhar dentro da História. A diocese constituiu-se de forma dinâmica, revezando em uma previsibilidade, devido a sua sistematização organizacional, e imprevisibilidade, a partir das especificidades de cada agente histórico envolvido, assim como do espaço particular onde estavam inseridos, em nosso caso, o norte de Goiás. Possibilitando uma histórica singular e rica em detalhes.

É por isso, que, a última menção de Mainwaring (2014) nos é relevante, no sentido de alertar sobre a conveniência de pensar - em temas voltados à História da Igreja - as dinâmicas eclesiais a partir de sua fundamentação religiosa, pois é esta que sustenta a base de todo o processo de desenvolvimento da instituição. Uma postura específica relacionado à política, economia ou educação indicado em alguma fonte histórica, não apaga o fato de a Igreja ser uma comunidade mantida por um repertório subjetivo e regido por uma conduta distinta de uma empresa governamental, por exemplo. Em função disso, o pensamento teológico, doutrinário e religioso mencionado nas fontes, nos possibilita a compressão das intenções e condutas de Dom Alano durante o seu governo, os quais, nos assessoram na leitura do caminhar diocesano da Igreja Católica no norte de Goiás.

Em 15 de fevereiro de 1940, em uma carta ao Pe. Baron, Dom Alano descreve um pouco da situação em quatro anos de episcopado. Identificamos o seu lado pessoal, nos trechos em que ele expõe sentimentos como insegurança, cansaço e saudade. A carta tem como contexto principal a dificuldade em estabelecer contato com os frades franceses, parte das ações desenvolvidas na diocese e, ainda, as preocupações no âmbito dos conflitos da II Guerra Mundial. “A separação, a falta de notícias, a incerteza sobre o que teria acontecido àqueles que amamos, tudo isso esmaga a pobre alma, o peso do exílio se fez sentir [...]”.<sup>59</sup>

Nas palavras do bispo, notamos uma angústia relacionada aos trabalhos pastorais e seus obstáculos específicos no norte goiano. Ele também cita a falta de proteção da ordem dominicana e uma autonomia em sua nova função que o obrigava a ser responsável por tudo a sua volta, deixando-o sobrecarregado. “Com a guerra, a

---

<sup>59</sup> CARTA AO PADRE BARON, PORTO NACIONAL, 15 de fevereiro de 1940. Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG. Pasta sobre Porto Nacional – Armário H, Gaveta 2.

saudade daí tornou-se mais dolorosa, mais lancinante”.<sup>60</sup> A carta, em suma, apresenta um momento doloroso relacionado, principalmente, ao cansaço físico e espiritual das missões e desobrigas no sertão e as notícias advindas da Europa que estava apenas em sua fase inicial de conflitos.

Aqui em Porto, evitamos falar dos acontecimentos da Europa. Você compreende: eu sou único francês, meus companheiros tem seus sentimentos pessoais que, neste ponto, poderiam divergir dos meus. O silêncio é um respeito mútuo das opiniões de cada um e o vínculo da paz na caridade. Graças a Deus, nossa vida fraterna é muito unida, muito benfazeja, nós trabalhamos de mãos dadas. Meus companheiros despertam minha admiração pelo seu espírito de sacrifício, sua abnegação, seu devotamento ao trabalho estafante que lhes incube. A heresia está em toda parte, e em toda parte atua; e, para sustentar a luta: três padres!... (Conceição<sup>61</sup>, que não chega a 12.000 almas é a mais favorecida que nós!) Não sei onde vamos parar CARTA AO PADRE BARON, PORTO NACIONAL, 15 de fevereiro de 1940. Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG. Pasta sobre Porto Nacional – Armário H, Gaveta 2.

Mediante a extenuação contínua em suas palavras e ao número de sacerdotes reduzido, percebemos uma aparente inércia na expansão quantitativa e qualitativa das atividades da Igreja Católica na região, ou o acolhimento, a aceitação e utilização da realidade como estratégia para o recrutamento de apoio para sua diocese. Em uma pregação transcrita datada do ano de 1942, Dom Alano aponta que “é preciso ter paciência com as criaturas, servi-las em detrimento do nosso conforto e até das nossas orações”.<sup>62</sup>

Os sacerdotes e futuros candidatos, eram envolvidos por uma oratória que transmitia fervor missionário que os incentivava a suportar a privação de conforto através da vida religiosa naquele espaço. No discurso do bispo algumas palavras ganham destaque e rotina, era preciso doar-se, sofrer e renunciar pelo seu rebanho. Algo como um encorajamento para o que estava por vir ou o que já estava acontecendo. E, portanto, a situação de penúria recai, não como punição, mas como uma resposta do sagrado de que aquela era uma missão digna a ser aceita e realizada até o fim.

<sup>60</sup> CARTA AO PADRE BARON, PORTO NACIONAL, 15 de fevereiro de 1940. Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG. Pasta sobre Porto Nacional – Armário H, Gaveta 2.

<sup>61</sup> A Prelazia de Conceição foi criada no ano de 1911, a partir dos trabalhos de religiosos dominicanos, que ali desenvolviam ações desde 1897. Na prelazia atuaram Dom Domingos Carrerot, OP 1911 – 1920 – 1º Bispo prelado e Dom Alano Marie du Noday, OP 1967 – 1969 como Administrador Apostólico.

<sup>62</sup> HOMILIA/PREGAÇÃO DO BISPO D. ALANO, janeiro de 1942. Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG. Pasta sobre Porto Nacional – Armário H, Gaveta 2.

Neste mesmo documento, é pregado o sofrimento como algo necessário para o projeto salvífico da Igreja. Um mundo que se afasta e condena o sofrimento está no caminho contrário ao divino. “A loucura do mundo é fugir do sofrimento. Isso eleva a alma. Vamos recebê-lo em total rendição”.<sup>63</sup> Dom Alano buscava justificar o trabalho difícil em sua diocese como uma resposta e missão de Deus para ele e para seus padres. E ainda reafirmava que “Deus, em seu amor pelo Pai, nunca permitirá que o sofrimento esteja além de nossas forças”.<sup>64</sup>

Diante uma situação tão complexa, ficou-nos a indagação relacionada a resposta da diocese de Porto Nacional a este quadro delicado descrito por Dom Alano. As incertezas do futuro diocesano era um incômodo para o bispo que almejava ver o desenvolvimento das paróquias por todo o norte goiano.

Em reação a isso, dentro da década de 1940, encontramos menções e até cartas<sup>65</sup> que indicam uma estratégia significativa para minimizar a situação de escassez de mão de obra religiosa. A intenção era trazer novos missionários para atuarem na diocese. Uma diplomacia foi iniciada por Dom Alano com o intuito de recrutar religiosos para ajudá-lo. As diversas realidades propunham pensar em alternativas, e as condições da diocese, “de modo geral eram de carência em todas as dimensões. Tanto na dimensão temporal-humana, no tocante ao sócio-econômico, à saúde, à instrução, ao trabalho” (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 93). Neste contexto, Dom Alano menciona que

A oferta dos padres canadenses é muito interessante, e seria com grande satisfação que os veria se estabelecerem em Boa-Vista. A questão é se são utilizáveis atualmente, já que, provavelmente, não estão familiarizados, nem com os costumes, nem mesmo com a língua do nosso país. Nesse caso, parece-me difícil oferecer-lhes um alicerce para o sertão, pelo menos por enquanto (CARTA AOS REDENTORISTAS DO CANADÁ, 10 de dezembro de 1942. Arquivo da província dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte – MG).

Não podemos afirmar que a alternativa da diocese em convidar religiosos missionários tenha dado errado, mas sim que estava em processo inicial de negociação ou que tivesse sido adiada para um momento mais oportuno. Portanto, enquanto não conseguia efetivar este passo, a alternativa encontrada foi a formação de um clero local.

---

<sup>63</sup> HOMILIA/PREGAÇÃO DO BISPO D. ALANO, janeiro de 1942. Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG. Pasta sobre Porto Nacional – Armário H, Gaveta 2.

<sup>64</sup> HOMILIA/PREGAÇÃO DO BISPO D. ALANO, janeiro de 1942. Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG. Pasta sobre Porto Nacional – Armário H, Gaveta 2.

<sup>65</sup> As cartas aqui mencionadas serão apresentadas no próximo tópico.

Em contraponto a essa situação descrita, Dom Alano menciona que sua “esperança é o seminário. É o seminário de Maria: esteve já duas vezes à beira do abismo e a Santa Virgem o salvou como que por milagre. Nossa obra de vocação é a sua obra: cada dia os seminaristas recitam o Rosário inteiro, em comum.”<sup>66</sup>

O empenho da diocese em fazer a administração e atendimento de sua jurisdição direciona seus esforços a fazer com que as paróquias existentes funcionem bem enquanto não podia criar-se outras ou mesmo aumentar o número de sacerdotes. No entanto, a problemática principal, centrava-se na falta de sacerdotes. Por isso, a insistência na manutenção e fortalecimento do Seminário São José, tornou-se uma aposta futura de subsistência da Igreja Católica no norte de Goiás. E enquanto o quadro de padres não era suficiente, faziam o que fosse possível, através de desobrigas e missões, tentando alcançar, de maneira periódica, toda a população e fazê-las viver de acordo com os mandamentos da Igreja.

Posto isso, em um relatório paroquial intitulado: “Relatório da Paróquia de Pedro Afonso – Diocese de Porto Nacional – de 10/10/49 – 11/10/55”, o pároco, além de trazer diversas informações quantitativas, traz uma análise de suas atividades paroquiais dentro do período citado no título. Seus tópicos de análises e críticas, indicam diversas hipóteses e pistas para compreender a ação da Igreja cotidianamente; suas intervenções, preocupações e projeções. Apesar de não termos tido acesso a outros relatórios de proporções como este, os seus tópicos centrais vão de encontro a Carta Pastoral e outros relatórios sintéticos paroquiais, ou seja, é possível coletar rastros de uma conduta uniforme da atuação da Igreja Católica nesta região e as consequências que isso trouxe dentro de nossa análise. O padre inicia o documento dizendo que sua paróquia de

Pedro Afonso jamais deixara de distinguir-se pelo indiferentismo religiosos e apêgo ao mundanismo, pelos célebres bailes e bebedeiras, pela fuxicaria e politicalha deletéria, pelas rixas e inimizades, pelas brigas e vinganças indo até ao derramamento de sangue e ao crime, em suma, sempre se distinguirá por um conjunto de predicados pouco lisonjeiros, que faziam temer ao Padre, e que, mesmo incorporados a outras qualidades boas, não deixaram de merecer-lhe a antonomásia bem conhecida de “Paróquia ingrata” (RELATÓRIO DA PARÓQUIA DE PEDRO AFONSO (1949-1955), 1955, p.03. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional).

---

<sup>66</sup> CARTA AO PADRE BARON, PORTO NACIONAL, 15 de fevereiro de 1940. Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas do Brasil, Belo Horizonte-MG. Pasta sobre Porto Nacional – Armário H, Gaveta 2.

De maneira bastante incisiva, a paróquia é colocada, logo no início do relatório, como uma comunidade que mesmo com todo esforço pastoral não havia dado resultados ou mudanças significativas. O modelo de Igreja romanizada ainda era um desejo do clero, mas que se fazia ainda mais difícil de concretizar diante da realidade sertaneja do interior do estado de Goiás. Em uma espécie de balanço da gestão, o leitor já percebe um resultado não muito agradável na perspectiva religiosa. O Estado republicano e laico ampliava seus poderes, limitando a influência católica, e “a Igreja, por sua vez, procurou defender o mais possível a influência que até então mantivera na organização da família brasileira (AZZI, 2008b, p. 85).

Um elemento muito relevante dentro das ações empreendidas pelo sacerdote, já em seu primeiro ano à frente da administração paroquial, foi a investida na área educacional. Não simplesmente por motivos educativos, mas suscitado pela concorrência de missionários protestantes que estavam desenvolvendo ações neste âmbito de maneira mais efetiva do que as católicas, causando inquietude ao sacerdote. E isso se juntava a reprovação por parte da Igreja do ensino laico por parte do Estado. “Segundo a hierarquia eclesiástica, a laicização da instrução era considerada como forma prática de ateísmo e causa de profundos males para o país (AZZI, 2008b, p. 86). Nas palavras o próprio redator:

Ao meu ver, seria preciso combater-la no mesmo terreno, não só fazendo-lhe concorrência no ensino e subtraindo-lhe o maior número possível de alunos, mas ainda inculcando nestes sólida formação religiosa que lhes permitisse futuramente exercerem no seu próprio meio uma influência católica e apostólica, servindo de ponto de apoio ao Padre. Por tudo isso, pareceu-me de vontade de Deus começar pela Obra Educacional (RELATÓRIO DA PARÓQUIA DE PEDRO AFONSO (1949-1955), 1955, p.04. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional).

Estratégia explícita na fala era estabelecer uma estrutura que pudesse combater e ultrapassar a concorrência protestante na região. “Naquele ano (1949) fundara-se em Pedro Afonso, por entre mil dificuldades, o Curso Normal Regional, sob a direção do insigne médio, Dr. Átila Gomes de Carvalho”.<sup>67</sup> Neste meio tempo, também surgiu a necessidade de um Ginásio, pois a juventude não queria ficar atrasada “nem mais alimentar inveja da de Porto Nacional, Carolina, etc. Fazia -se mister, pois, atender-lhe as justas aspirações criando-se um Ginásio em Pedro Afonso. Foi quando surgiu a ideia

---

<sup>67</sup> RELATÓRIO DA PARÓQUIA DE PEDRO AFONSO (1949-1955), 1955, p.04. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional.

do Ginásio<sup>6869</sup>. Estabelecendo, assim, uma Obra Educacional como prioridade da gestão deste padre específico no período. E,

Assim, em 1955 já pôde ele abrigar cerca de 100 alunos distribuídos no curso de Admissão, na 1ª Série e na 2ª, servindo ao mesmo tempo de forte estímulo a infância e juventude de curso primário, da cidade e da circunvizinhança. Foi rápido e sensível o despertar de interesse no sertanejo pela alfabetização, e considerável aumento da frequência nas escolas isoladas e nos grupos escolares. O de Pedro Afonso, por exemplo, que vinha com uma matrícula inferior a 200, elevou-a para mais de 400 RELATÓRIO DA PARÓQUIA DE PEDRO AFONSO (1949-1955), 1955, p.06. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional.

Uma obra que se dá com o intuito de ser estratégica na concorrência educacional. Nas palavras do próprio padre,

Assim, pois, procurou-se antes do mais, lançar e consolidar na sede da Paróquia a Obra Educacional, como uma organização básica e estratégica, embora omitindo ou protelando, durante estes primeiros anos, outras atividades do nosso particular dever, e que recaem dentro da vida e organização paroquial propriamente dita RELATÓRIO DA PARÓQUIA DE PEDRO AFONSO (1949-1955), 1955, p.06. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional).

Em referência às ações religiosas mais cotidianas, o que o autor chama de “parte espiritual”, elencando subtítulos como missa, catecismo dentre outros. O relatório expõe a necessidade de ampliação de todas as atividades da paróquia, intercalando críticas às condutas individuais e coletivas da sociedade. Menciona a existência de três associações com seus anos de criação: Apostolado da Oração (1947); Pia União das F.M (1947); Cruzada Eucarística (1953), e sua ligação ou influência com movimentos e clubes existentes nas cidades ou povoados. E ainda, os festejos e novenários dos santos padroeiros nas cidades de Pedro Afonso, Tocantínia, Lageado, Itacajá, Piacá, Bom Jesus e Tupirama, os quais nos indicam o tamanho significativo do território de atuação da paróquia.

---

<sup>68</sup> CRISTO REI” (RELATÓRIO DA PARÓQUIA DE PEDRO AFONSO (1949-1955), 1955, p.05. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional.

<sup>69</sup> Sobre o funcionamento prático, o relatório diz que o colégio foi “idealizado em caráter particular a fim de eximir-se das injunções políticas, e ao mesmo tempo sob regime de gratuidade, não só para fazer jus a uma subvenção inicial do Estado, senão também para colocar-se ao alcance de todos os alunos pobres, o Ginásio Cristo Rei teve os seus primeiros alicerces lançados em fins de 1952, sob os auspícios de uma Congregação de 10 professores locais” (RELATÓRIO DA PARÓQUIA DE PEDRO AFONSO (1949-1955), 1955, p. 5-6. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional).

Em todos estes festejos a tendência em geral dos nossos paroquianos é de misturar o profano com o religioso, dando-se a bebedeiras e bailes barulhentos, que por vezes constituem a nota dominante da festa religiosa. E o pior é que isto se dá não raro à vista dos adversários do catolicismo, os quais confundem tudo e procuram tirar partido. É um abuso que às vezes se tolera é por não poder suprimir, mas que importa combater. RELATÓRIO DA PARÓQUIA DE PEDRO AFONSO (1949-1955), 1955, p.12. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional).

As desobrigas ainda continuavam como um recurso importante na vida paroquial. “Foram feitas anualmente desobrigas em diferentes setores da Paróquia, quer por nós Padres de Pedro Afonso, quer pelo Exm. Sr Bispo, quer pelo R. Pe. José Patrício”.<sup>70</sup> Até o ano final de sua responsabilidade no cargo de administrador paroquial, ano de 1955, as desobrigas eram um meio essencial na vida das comunidades sertanejas. “Entretanto, é preciso reconhecer ter sido fraco o nosso serviço de desobriga nestes anos: nem todos os recantos puderam receber uma visita por ano e outros foram percorridas às pressas e em época desconveniente”<sup>71</sup>. E ainda,

Afora isso, o problema mais urgente atacar-se no interior da Paróquia é, de modo geral, o esclarecimento doutrinal e aprofundamento da fé do nosso bom sertanejo, prevenindo-o assim, contra falsas religiões e possíveis superstições oriundas da ignorância religiosa. Na zona de Craolândia e Itacajá existe também o problema dos Índios Craós, como na Tocantínia há o dos Cherentes, todos mais ou menos semi-civilizados, mas sem noção da Doutrina Cristã. Nada se pôde fazer pela evangelização desses indígenas, que aliás se acham sob a orientação da tutela do S.P.I (de tendências comunistas) e não deixam de causar grave inquietação aos fazendeiros e agricultores roubando-lhes quanto podem e determinando frequentemente o êxodo de civilizados. É um setor ainda a penetrar-se RELATÓRIO DA PARÓQUIA DE PEDRO AFONSO (1949-1955), 1955, p.14. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional).

A avaliação da gestão do padre no relatório da Paróquia de Pedro Afonso faz parte de uma conduta milenar da Igreja de documentar, registrar e quantificar suas atividades. E para ampliarmos mais o espaço, as tabelas abaixo trazem informações sistematizadas de outros relatórios paroquiais. Aludindo ao quadro de paróquias, sendo elas: Santo Antônio (Itaguantins), Nossa Senhora da Consolação (Tocantinópolis), Paróquia de Filadélfia (Não menciona o santo (a) padroeiro (a)) e Nossa Senhora do Rosário de Fátima (Babaçulândia). Os relatórios possuem os mesmos itens e informações, com algumas supressões particulares, no entanto, não informam o ano de publicação. A partir daí, levantamos a hipótese de elaboração a partir da década de

<sup>70</sup> RELATÓRIO DA PARÓQUIA DE PEDRO AFONSO (1949-1955), 1955, p.14. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional.

<sup>71</sup> RELATÓRIO DA PARÓQUIA DE PEDRO AFONSO (1949-1955), 1955, p.14. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional.

1950, por indicar a existência de missionários batistas e pentecostais, além dos anos de criação das próprias paróquias citadas.

A primeira tabela apresenta o quantitativo de católicos e não católicos dentro dos territórios paroquiais, assim como, a parcela de batizados no período de um ano, divididos por gênero. O que é bastante expressivo é o número de católicos, o qual é indicado como uma esmagadora maioria.

**Quadro 2** - População de católicos e não católicos na Diocese (década de 1950)

PARÓQUIA	EXTENSÃO TERRITORIAL	POPULAÇÃO GLOBAL	Nº DE CATÓLICOS	Nº DE NÃO CATÓLICOS	BATISMOS	
					F	M
Itaguatins – St. Antonio	4.060 km	8.410	8.350	60	184	242
Tocantinópolis - N. S da Consolação	8.300 km	29.582	29.202	382	765	805
Paróquia de Filadélfia	1.400 km	15.256	_____	9	263	212
Babaçulândia -Nossa S. R. de Fátima	2.800 km	8.000	7.950	50	105	190

**Fonte:** RELATÓRIOS DAS PARÓQUIAS DE ITAGUATINS, TOCANTINÓPOLIS, FILADÉLFIA E BABAÇULÂNDIA, DÉCADA DE 1950. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional (tabela elaborada pelo autor).

Na segunda tabela revela a procedência dos batismos, matrimônios e a natureza das instituições escolares. Dentro de uma postura cristã autêntica almejada pelo clero, os pais deviam estar em plena comunhão com a Igreja, terem recebido os sacramentos, estando em dia com o sagrado. A procedência do batismo indica se os pais eram ou não casados, ou seja, se tinham recebido o sacramento do matrimônio. O matrimônio, da mesma forma que o batismo, era algo fundamental na trajetória do leigo, constantemente mencionado nas homilias, ainda mais diante do grande concorrente que se tornou o Estado ao oferecer o casamento civil em contraposição ao religioso.

A esfera educacional - instrução pública - era outro transtorno para a Igreja Católica no Brasil. “A multiplicação das escolas católicas, bastante expressiva até 1950, está intrinsecamente relacionada com a necessidade de conquistar o espaço educativo, detendo assim o avanço dos protestantes e das entidades leigas” (AZZI,

2008a, p. 155). O pensamento predominante era de defesa e preservação da fé originária e mantenedora da cultura da nação, contra as diversas novidades vindas com a república.

A posição católica desse período era marcada, com frequência, por posturas radicais: o que não fosse ensino católico, seria necessariamente ensino ateu. Assim sendo, a escola pública era considerada como um instrumento de difusão da descrença no país, daí a forte campanha desenvolvida para a introdução do ensino religioso nas escolas públicas. A autorização do ensino religioso nas escolas públicas, durante o governo Vargas, representou para os bispos uma vitória. Segundo eles, porém, existia ainda o risco das escolas particulares leigas. Por isso, na pastoral coletiva de episcopado, publicada em 1939, por ocasião do Concílio Plenário, os prelados chamavam a atenção a esse respeito, sendo “um problema de consciência da mais grave responsabilidade a opção dos pais pelos colégios particulares (AZZI, 2008, p. 154).

Portanto, as informações sobre as escolas eram de suma importância para a diocese. Tanto as públicas como as privadas. Diante o terreno de disputas pela instrução, na tabela abaixo, o ensino público estatal estava na frente, concentrando o maior número de instituições e matrículas.

**Quadro 3** - Paróquias, escolas e sacramentos na diocese (década de 1950)

PARÓQUIA	PROCEDÊNCIA DO BATISMO	MATRIMÔNIO		SITUAÇÃO ESCOLA	
				Escola Pública	Escolas Católicas
Itaguatins – St. Antonio	Legítima: 318 Ilegítima: 108	1- Religioso 106	2- Civil 13	Escolas: 8 Matrículas: 410	Não há
Tocantinópolis - N. S da Consolação	Legítima: 1.304 Ilegítima: 266	1- Religioso 386	2- Civil 30	Escolas: 40 (Cidade e Sertão) Matrículas: 1.520	2 escolas diurnas com 210 alunos; 1 escola noturna com 45 alunos; Ensino Religioso diário (15 minutos).
Paróquia de Filadélfia	Legítima: 416 Ilegítima: 59	1- Religioso 120	2 -civil Não menciona	Escolas: 10 Matrículas: 470	Escolas: 1 Matrícula: 50 (adultos: 40)
Babaçulândia -Nossa S. R. de Fátima	Legítima: 231 Ilegítima: 64	1 – Religiosos 167	Não menciona	Escolas: 5 Matrículas: 250	Escolas: 1 Matrícula: 86

**Fonte:** RELATÓRIOS DAS PARÓQUIAS DE ITAGUATINS, TOCANTINÓPOLIS, FILADÉLFIA E BABAÇULÂNDIA, DÉCADA DE 1950. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional (tabela elaborada pelo autor).

O tópico que mais chama atenção em nossa investigação dos relatórios, foram os movimentos não católicos. Todos os quatro documentos mencionam o protestantismo, o espiritismo, a maçonaria e o comunismo. Percebemos uma intencionalidade e direcionamento a esses quatro campos, diferentes entre si, mas colocados como pontos de atenção pela Igreja local. Entre as décadas de 1920 e 1940, “pode-se afirmar que o projeto de presença da Igreja na sociedade brasileira era pautado por dois parâmetros complementares” (AZZI, 2008b, p. 124):

Em primeiro lugar, o maior esforço era direcionado no sentido do fortalecimento da própria instituição católica, mediante uma ampliação mais expressiva, e uma melhor organização dos seus quadros, mantendo sempre o caráter clerical e a direção hierárquica. O segundo aspecto a ser destacado era a preocupação em impor à sociedade brasileira, mediante a colaboração do poder político, os valores éticos e religiosos que tradicionalmente haviam pautado a atuação católica dentro do regime de cristandade. Em outras palavras, a Igreja voltava-se mais diretamente sobre si mesma, procurando a partir daí recuperar sua influência sobre a sociedade, mediante em processo de volta à sacralização do Estado (AZZI, 2008b, p. 124-125).

E ainda, cabe lembrar, que a partir da década de 50, com o processo de urbanização mais acelerado, crescimento das cidades, os processos de modernização se davam de modo mais rápido nas capitais e em grandes centros já em desenvolvimento, ficando o interior ainda afastado, de modo relativo, às essas transformações, passando por um processo mais vagaroso. Desta maneira, as próprias desobrigas que já haviam sido reduzidas drasticamente em dioceses de grandes centros, no interior era algo ainda essencial devido às distancias, estradas e ao grande número de comunidades da zona rural, como era o caso de Porto Nacional.

O protestantismo era indicado, principalmente, pela Igreja Batista e Assembleia de Deus. Outras menções como pentecostais podem englobar, por hipótese, outra denominação. O espiritismo, também mencionado, aparecia mais como simpatizantes do que algo realmente organizado. A maçonaria manifesta-se como intrinsecamente filiada à política e à economia, influenciando a conduta de seus integrantes. Já o comunismo, dentre os quatro, denota uma ideia de algo proibido que poderia estar acontecendo às escondidas, como um grupo ou sociedade secreta, agindo clandestinamente.

**Quadro 4** - Os movimentos não católicos (década de 1950).

PARÓQUIA	MOVIMENTOS NÃO CATÓLICOS			
	Protestantismo	Espiritismo	Maçonaria	Comunismo
Itaguatins – St. Antonio	<p>Número de “seitas”: 2 (Batista e Assembleia de Deus)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de ministros e auxiliares: Batistas não há / Assembleia de Deus 1 auxiliar;</li> <li>• Adeptos a “seita batista”: 6; Assembleia de Deus: 35;</li> <li>• N° de batizados: Batista 4; Assembleia 30;</li> </ul>	<p>- Adeptos: Não há; - Simpatizantes: Uma meia dúzia sem atividade alguma;</p>	<p>- Adeptos: 4; - Simpatizantes: 3; - Não há lojas, atividades, nem influencia;</p>	<p>- Adeptos: uma dúzia; - Organização, centros de reunião, chefes, atividades, influencia, meios de propaganda não há;</p>
Tocantinópolis - N. S. da Consolação	<p>Número de “seitas”: 2 (Batista e Pentecostais)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Batistas: 60 adeptos com um local de culto. Não tem ministro. Em seu lugar há uma “moderadora”. Mantêm uma escola diária e uma escola “dominical” com 7 professoras e aproximadamente 70 alunos frequentando as aulas diárias e 83 frequentam a aula dominical. Fundaram também uma sociedade auxiliadora de Senhoras e uma sociedade Juvenil. Não tem ambulatório;</li> <li>• Pentecostais: (Assembleia de Deus) – Cerca de 310 com 2 ministros, 1 diácono e 1 presbítero. Uma</li> </ul>	<p>Não há organizado, nem há quem o siga “ex professo”;</p>	<p>5 adeptos, sem loja local. Exercem influência econômica e política. Não tem atividades sociais.</p>	<p>Existe um grupo de “cripto-comunistas” que fazem propaganda escondidamente por meio de impressos. Não tem notável influência; nem atividades.</p>

	sala de reunião. Não tem obras públicas.			
Paróquia de Filadélfia	Não tem ministro; Adeptos: 15; Locais de culto: 1; Obras mantidas pelas ditas “seitas”: Escola 1; professores: 1; aluno: 25.	Não menciona;	Adeptos e simpatizantes: 4; Lojas não tem; Atividade e influência: tem política e comercial.	Organização. Centro de reunião, chefes, atividades, influência, meios de propaganda, ampliações, jornais: têm comunistas, mas são ocultos.
Babaçulândia - Nossa S. R. de Fátima	Número de “seitas”: 2 (Batista e Pentecostais) - Batistas: 44, com pastor e Igreja. - Pentecostais: 6, espalhados.	Não menciona;	Não resulta em escritos e adeptos; Não tem loja, nem organização.	Não resultam em escritos, porém tem vários simpatizantes.

**Fonte:** RELATÓRIOS DAS PARÓQUIAS DE ITAGUATINS, TOCANTINÓPOLIS, FILADÉLFIA E BABAÇULÂNDIA, DÉCADA DE 1950. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional (tabela elaborada pelo autor em 2022).

Em alusão às fontes que quantificam os sacramentos, a tabela abaixo apresenta os números de batismos, casamentos e crismas. A tabela 4 correspondia ao número de sacramentos administrados pelos frades dominicanos missionários no ano de 1916 e 1917, não mencionando o número do sacramento de confirmação. Já a tabela 5, apresenta o número dos mesmos sacramentos no ano de 1945 e 1949, referindo-se a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês (atual sede catedral da diocese de Porto Nacional).

**Quadro 5** - Balanço pastoral, número de batismos, casamentos e crisma referentes a atuação de cinco frades dominicanos (1916-1917)

	Ano de 1916	Ano de 1917
<b>BATISMOS</b>	1606	1400
<b>CASAMENTOS</b>	386	286
<b>CRISMAS</b>	Não menciona	Não menciona

**Obs:** *Corresponde ao trabalho de cinco religiosos em todo norte de Goiás.*

**Fonte:** RELATÓRIO DAS DESOBRIGAS DOMINICANAS. Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional. (tabela elaborada pelo autor).

**Quadro 6** - Balanço pastoral, número de batismos, casamentos e crisma referentes a atuação da Paróquia Nossa Senhora das Mercês. (1945 e 1949)

	Ano de 1945	Ano de 1949
<b>BATISMOS</b>	1389	1284
<b>CASAMENTOS</b>	197	194
<b>CRISMAS</b>	351	Não menciona
<i>Obs: Corresponde a uma paróquia.</i>		

**Fonte:** RELATÓRIO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS. Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional (tabela elaborada pelo autor em 2022).

Os números e a quantificação tornam-se significativos por apresentar a desenvoltura e o alcance da Igreja Católica depois de sua transformação jurisdicional, a qual aumentou a autonomia e sistematização de sua ação, delimitando a atuação dos religiosos no norte de Goiás e, com isso, melhorando o atendimento por parte da Igreja aos seus fiéis. Os números aparentemente próximos de administração dos sacramentos nas tabelas, se evidenciam quando identificamos que o primeiro corresponde a todo o território ainda em gestão dos frades dominicanos, igualando-se ao número de sacramentos administrados por apenas uma paróquia da diocese, neste momento, com seu 2º bispo, seminário e missionários em atuação no território.

Eventualmente, devido ao débito dos dominicanos se referirem apenas às regiões mais distantes das paróquias estabelecidas, podem existir outros números aqui não mencionados. Esses quantitativos indicam e justificam o intenso trabalho que se demonstrará necessário na região quanto a expressiva necessidade dos sacramentos. De todo modo, é notável que a Igreja precisava, ainda em meados de 1940/1950, buscar outras alternativas para não deixar as populações desassistidas do sagrado, correndo o risco de perderem suas almas para outras seitas ou ideias contrárias ao catolicismo. Uma necessidade urgente, nas palavras de Dom Alano.

#### 4.3 Uma terra de missão: As estratégias pastorais e institucionais da Diocese De Porto Nacional

Entre o início da segunda gestão episcopal da diocese de Porto Nacional de 1936 e a década de 1950, a pastoral priorizou pela organização das paróquias existentes, formação do clero, por meio do Seminário São José, e pelas desobrigas. Isto posto, “eis que, após duas décadas de evangelização e preparativos para uma caminhada mais acelerada do seu povo, ele julgou já ser o momento oportuno de pleitear, junto à Santa

Sé, a divisão da diocese. E para tanto não mediu sacrifício” (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 109).

**Figura 10** - Território da Diocese de Porto Nacional até 1954.



**Fonte:** Adaptado de Piagem e Sousa (2000)

A atenção da Diocese de Porto Nacional, a partir da década de 1950, concentrou-se no empenho para trazer novos missionários para atuarem na diocese e, posteriormente, desenvolver condições para novas jurisdições eclesiais. Desconfiamos que, diante do número grande de dioceses criadas ainda entre os anos de 1889 e 1930, fosse um desejo do episcopado de Goiás mais subdivisões em seu território, ainda mais com a escassez de recursos que assolava tanto a diocese de Santa’Ana, como a região da subsequente diocese de Porto Nacional. Contudo, era necessário condições administrativas, pastorais, econômicas e mãos de obra adequadas para iniciar os trabalhos.

Havia, portanto uma conexão estreita entre as diversas motivações apresentadas para a criação dessas circunscrições eclesiais com características de igrejas em formação: a escassez de clero fazia com que a fé

católica se apresentasse deficiente por falta de doutrina e de recepção dos sacramentos. Por sua vez, esse espaço vazio deixado pelo clero católico passava a ser ocupado pelos ministros de outras denominações religiosas, aos quase urgia combater a afastar de um território considerado tradicionalmente como domínio católico. Ao solicitar à Santa Sé a criação de prelazias, os bispos tinham geralmente em vista solucionar, da forma mais rápida possível, o problema da falta de clero para atuação pastoral. De fato, quando um instituto religioso assumia a direção de uma circunscrição eclesial, supunha-se de antemão que teria condições para trazer da Europa novos missionários para essa região específica (AZZI, 2008<sup>a</sup>, p. 391).

Era necessário, portanto, desenvolver e administrar melhor as paróquias da região, aumentar o número de sacerdotes e intervir onde fosse inadiável. Além, é claro, de combater- utilizando os termos dos relatórios – as heresias, seitas, o espiritismo e o comunismo que já mencionamos no capítulo anterior. Por essa razão, Dom Alano tinha, uma maior apreensão nas regiões mais isoladas da diocese, que devido à distância, não conseguia se fazer presente como deveria. “A sua maior preocupação era a região norte <sup>72</sup>da diocese, o célebre “Bico do Papagaio<sup>73</sup>”. Além de ser uma região mais distante da sede, era também uma das mais problemáticas e desassistidas (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 09).

Para tanto, o direcionamento inaugural verificou-se exatamente a região norte do estado, denominada de Bico do Papagaio. Para ajudar a cuidar da região, Dom Alano solicita a vinda de missionários da Congregação da Pequena Obra da Divina Providência. Estes missionários surgem, oficialmente, no ano de 1906 na Itália, formada por religiosos e leigos que se dedicam à evangelização e à caridade aos pobres, espalhando-se por vários países em seguida. “Acredita-se que a distância e as dificuldades daquela diocese de Porto Nacional em “assistir” os fiéis católicos de toda aquela região de Tocantinópolis, representou os principais motivos” (SILVA, 2017, p. 17). Um primeiro passo dado pela diocese para uma organização e evangelização mais sistemática e posterior divisão territorial.

---

<sup>72</sup> O Pe. João de Sousa Lima, como pároco de Tocantinópolis, atendia aquela região, mas faleceu em 1947 (109).

<sup>73</sup> Situada no extremo-norte do Estado, a região do Bico do Papagaio é a área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica. Tocantinópolis tem uma história que envolve missionários religiosos e já alcançou no século XIX sucesso econômico, quando integrava a rota que ligava Goiás e o Norte do País. O babaçu foi um dos primeiros produtos explorados na região. Cidade mais populosa no Bico do Papagaio, Araguaatins se destaca pelas praias do Rio Araguaia, que lotam durante toda a temporada de verão. Local de encontro dos rios Araguaia e Tocantins, a cidade de Esperantina tem praias de areia branca e uma vegetação preservada, além de ser importante município onde se pode ver a riqueza do bioma amazônico. Compõem a região os municípios de Angico, Ananás, Aguiamópolis, Augustinópolis, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, São Bento, São Sebastião e Tocantinópolis. Fonte: <https://www.to.gov.br/bico-do-papagaio/188qs3gvjbuw>

A Igreja atendeu aquele pedido, designando os religiosos integrantes da “Congregação da Pequena Obra da Divina Providência”, congregação católica italiana, conhecidos como “Filhos da Divina Providência”, “Missionários Orionitas”, ou simplesmente “Orionitas” (SILVA, 2017, p. 17).

Como resultado disso, no ano de 1953, na região do Bico do Papagaio, encontravam-se atuando quatro sacerdotes auxiliando no atendimento religioso à população. No mesmo ano, Dom Alano envia uma carta ao Núncio Apostólico anunciando a chegada de mais oito missionários orionitas. “Com referido reforço, o número de missionários será elevado a doze sacerdotes e quatro irmãos leigos, prenunciando um intenso trabalho apostólico e abundantes frutos espirituais”. <sup>74</sup>E, aproveitando o ensejo, o bispo diz:

Fatos tão auspiciosos parecem indicar tenha chegado a hora providencial do desmembramento de uma região tão ricamente provida de sacerdotes pela criação da projetada Prelazia de Tocantinópolis que corresponde a uma necessidade cada dia mais evidente e premente. Cabe-me, portanto solicitar mui respeitosamente de V. Excia. Se digne dispensar a sua benévola atenção e elevado interesse a realização deste projeto que – há mais de quinze anos – inspira as preces e orienta os esforços desta diocese (CARTA DE DOM ALANO AO NÚNCIO APOSTÓLICO, 25 de janeiro de 1953. Pasta Dom Alano. Cúria diocesana de Porto Nacional).

Portanto, sob tutela dos missionários orionitas, é criada a Prelazia de Tocantinópolis a partir de 1952. “Dom Alano permaneceu na qualidade de bispo e superior eclesiástico daquela região até o final de 1954, quando dois anos após a chegada dos orionitas, o Vaticano desmembrou aquela região de Porto Nacional” (SILVA, 2017, p. 17). Encerrava-se a responsabilidade direta de Dom Alano sobre aquele território específico. Cabendo mencionar que a divisão ou separação territorial deu-se a partir da mediação ativa e planejada do bispo de Porto Nacional, o qual seguirá com essa lógica a partir da década de 1950, trazendo missionários de ordens específicas para atuarem em regiões estratégicas de sua diocese, acarretando em propostas de novas subdivisões administrativas. Não podendo deixar de ser mencionado o papel fundamental das atividades desenvolvidas pelos religiosos, como no caso os orionitas. Nas suas terras de missões, no desenvolvimento e estruturação do território, tudo isso permitiu a autonomia e criação de uma nova jurisdição eclesiástica. Em um relato de um missionário interpretado na pesquisa de Silva (2017), ele

---

<sup>74</sup> CARTA DE DOM ALANO AO NÚNCIO APOSTÓLICO, 25 de janeiro de 1953. Pasta Dom Alano. Cúria diocesana de Porto Nacional.

Destaca o dia e o ano da criação daquela prelazia, 21 de dezembro de 1954, ou seja, exatos dois anos após a chegada deles na região, dois anos do início daquele trabalho catolicizador como já dissemos, sustentado na saúde, na educação e na formação de uma cultura católica naquela região. A partir daquele ano, 1954, a missão orionita era convertida em prelazia católica, acreditamos que esse se consistiu no primeiro reconhecimento do Vaticano e da cúpula da Igreja Católica ao trabalho daqueles missionários orionitas naquela região. Portanto, coincidência ou não, e não acreditamos que foi, dois anos após o início dos trabalhos daqueles missionários naquela região, Roma eleva aquela igreja à condição de prelazia (SILVA, 2017, p. 2017).

Deu-se, assim, a criação da prelazia de Tocantinópolis, através da Bula “Céu Pastor”, de 20 de dezembro de 1952. Perante isso, “criada e instalada a Prelazia de Tocantinópolis, D. Alano cogitou e cuidou logo da criação de uma outra na região oeste, abrangendo grande parte dos garimpos de cristal, à margem direita do Araguaia e toda Ilha do Bananal” (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 110-111). Ainda por volta do ano de 1956, para os cuidados do novo território, designou-se os Frades Menores Franciscanos da Província do Santíssimo Nome de Jesus de Nova York (USA). No entanto, a instalação e trabalho efetivo dos frades demorou-se por mais algum tempo. O direcionamento dos religiosos ao campo missionário, possui intencionalidades, dentre elas, Azzi (2008<sup>a</sup>, p.395) destaca que

Existe ainda um segundo enfoque que auxiliava uma aproximação maior das prelazias com regiões missionárias propriamente ditas: era o fato de que essas circunscrições eclesiais estavam sendo estabelecidas em regiões pouco atingidas pela instituição católica. Tratava-se, de fato, de territórios onde a presença clerical era bastante precária, necessitando, portanto, de uma ação pastoral específica. A imensidão desses territórios, a escassa densidade demográfica e precariedade dos meios de comunicação, faziam com que o trabalho religioso nessas áreas exigisse maior dedicação, em modo análogo ao que ocorria em áreas indígenas.

Antes mesmo da chegada dos frades menores a diocese de Porto Nacional, o Arcebispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes, entrou em contato com a Ordem no ano de 1943 e, no mesmo ano, recebeu resposta positiva, fundamentado em semelhantes motivos dispostos nas solicitações de Dom Alano, principalmente, a falta de sacerdotes. Já o bispo português, se adiantava, estabelecendo contato com as ordens que lhe interessavam e com a nunciatura, na pessoa do Sr. Nuncio Apostólico Dom Armando Lombardi, com o objetivo de adiantar ao máximo a fundação da prelazia. Em tempo ágil, o Nuncio

inteirado da situação e convencido da necessidade de ser atendida a justa reivindicação, depois de entender-se com os bispos da Província de Goiás, obteve do Santo Padre Pio XII a criação da Prelazia de Cristalândia, através

da Bula “Ne quid Filiis”, de 26 de março de 1956. Portanto, dois anos após a de Tocantinópolis. Pela mesma Bula o papa suprimia a Prelazia da Ilha do Bananal, que passava a integrar a nova Prelazia de Cristalândia (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 110-111).

No mesmo ano da publicação da Bula “Ne quid Filiis”, de 26 de março de 1956, os frades que estavam instalados em Goiás começaram a atender periodicamente a prelazia de Cristalândia. Os freis Jaime, João Batista e João Antônio, por meio de visitas, iniciaram a participação na vida cotidiana das populações da região, celebrando a semana santa e festejos em louvor a santos padroeiros. A partir daí, de acordo com Lustosa (2021, p. 157, apud WYSE, 1989, p. 157) o “conselho do Comissariado dos Frades, reunido no dia 22 de janeiro de 1957, decide, e no mês de março, duas residências foram fundadas na Prelazia recém-criada: uma em Cristalândia/TO, futura sede da Prelazia”. Segundo Lustosa (2021, p. 157, apud WYSE, 1989, p. 158),

Com a vinda definitiva dos frades para o território da Prelazia, o Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi – executou a Bula Apostólica, criando a Prelazia de Cristalândia. O decreto foi datado de 10 de março de 1957 e alegremente publicado de acordo com as circunstâncias do lugar.

E ainda,

Mais uma data repleta de significado, pois a partir daquele momento estava começando uma nova história da igreja, naquele antigo e esquecido norte-goiano [...] na ocasião foi empossado como administrador apostólico, Dom Alano Du Noday, bispo de Porto Nacional/TO, que em ato contínuo nomeou a frei Celso Hayes seu vigário geral na Prelazia (WYSE, 1989, p. 158, apud LUSTOSA, 2021, p. 07).

Nos anos finais da década de 1950, Dom Alano já havia percebido os bons resultados da investida na divisão da diocese e a criação das prelazias de Tocantinópolis (1954) e Cristalândia (1956). A vista disso, o plano de criação de uma nova prelazia começava a desenhar-se, com o intuito de atender a região centro/norte da diocese, abrangendo “o grande sertão da margem direita do Rio Tocantins, em quase total abandono e a região a margem esquerda do mesmo rio, em processo de acelerado desenvolvimento, com a implantação da Rodovia BR-153, a Belém – Brasília<sup>75</sup>” (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 113).

Baseado na feliz experiência de que a redivisão resultava em melhoramento para o povo de Deus, o nosso bispo não hesitou em bater mais uma vez às

---

<sup>75</sup> A Rodovia Belém-Brasília tem mais de 2.000 km, passando por três regiões e cinco estados do país. Foi construída entre os anos de 1950 e 1960, pelo governo de Juscelino Kubitscheck.

portas de Roma. E no final dos anos 50 ele começou os preparativos para a criação de uma terceira unidade eclesial tirada do seu território. Para tanto, enquanto preparava o quadro físico, iniciava as gestões para vinda de religiosos para a nova área pastoral. Após algumas tentativas infrutíferas, fixou a sua opção e esperança nos Padres Redentoristas da Província Irlandesa (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 113).

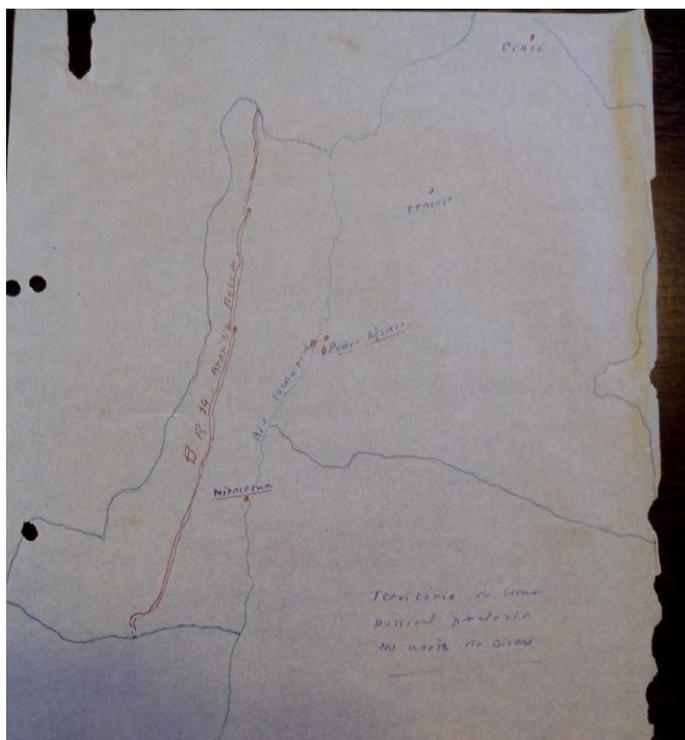
Os mencionados missionários são membros da Congregação do Santíssimo Redentor, fundada em 9 de novembro de 1732 na Itália, por Santo Afonso Maria Ligório. Com uma base de carisma pautada na missão, e assistência a comunidades pobres, conciliando perfeitamente aos planos de Dom Alano. A congregação possuía missionários atuando em regiões de Minas Gerais e, em 1894, o bispo de Goyaz já havia estabelecido contatos na Europa almejando missionários para atender a romaria do Divino Pai Eterno, com o propósito da realização de missões e tutoria de alguns territórios. Seu objetivo realizou-se e um grupo de redentoristas da Alemanha foi enviado para Goiás.

Nesse cenário, Dom Alano em sua busca incansável por missionários, direciona seus esforços à Província dos Redentoristas da Irlanda. Nas diversas subdivisões da Congregação dos Redentoristas, existia uma relativa autonomia na aceitação e escolha de missões dentro e fora da Europa. Por isso, algumas solicitações da mesma entidade eram aceitas e outras negadas. Como no caso do bispo de Goiás que teve os seus primeiros contatos com superiores redentoristas não atendidos, além do interesse de outras dioceses pelo trabalho missionário. Em uma das cartas recebidas, o Vigário Geral Léon Quiettelier (C.ss.R), responde ao bispo portuense:

Excelência, os sentimentos de benevolência com que honra a nossa Congregação comoveu-me muito. Uma casa de Redentoristas em uma diocese onde as almas abandonadas são tão numerosas está bem no espírito de nossa vocação. Por outro lado, as Províncias do Brasil são jovens, ricas em muitos assuntos. Eles precisam crescer. Se eu tivesse os poderes necessários, iniciaria imediatamente o processo com os Superiores brasileiros. Infelizmente (...), não posso, como um mero Vigário Geral. A regra é formal. Si ocorrendo negocia gravis (menti), quae absque *detrimento Instituti differri possunt, differet illa usque adetionem novi Suoerioris Generalis. Ideo nes novas domos a ceptare, nes acceptatas relinquere poterit et si ipai ejusmodi oblati nes fieri contingerit, ita proceat ut negotium usque ad selectem Superioris Generalis protrahatur ...*Então, estou amarrado às fundações. A eleição será no dia 1º de fevereiro. Aconselho Vossa Excelência a renovar a sua candidatura no próximo ano. Seria bom ganhar para a sua causa o Superior Provincial o T.R.P Macedo, um brasileiro (CARTA DO VIGÁRIO GERAL DOS REDENTORISTAS DA IRLANDA A DOM ALANO, 1953. Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional).

Em semelhança ao bispado de Goyas, a diocese de Porto Nacional teve dificuldades nos primeiros contatos com a Congregação dos Redentoristas. Um dos pontos do trecho que despertam atenção é o próprio ano de circulação do documento (1953), isto é, entre a criação das prelazias de Tocantinópolis e Cristalândia. Dom Alano já estava dialogando com os padres redentoristas ao mesmo tempo em que dialogava com outras ordens, e no decurso dos processos de criação dessas prelazias (Tocantinópolis e Cristalândia). O documento de 1953 sobre a vinda dos redentoristas para atuarem na cidade de Pedro Afonso, nos indica que o plano da diocese de Porto Nacional já contava com a criação de três prelazias e não que a fundação posterior da Prelazia de Miracema fosse resultado de uma relação de causa e efeito.

**Figura 11** – Mapa feito à mão da possível prelazia de Pedro Afonso (sem data)



**Fonte:** Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional, Pasta Dom Alano.

O vigário geral, também deixa claro que naquele momento não poderia haver o aceite da proposta do bispo pois a congregação estava prestes a passar por uma eleição na sua direção, portanto, não poderia atendê-lo e recomenda a contactar um superior de origem brasileira. Diante do impasse, não encontramos no acervo cartas ou ofícios que indiquem algum diálogo posterior, no entanto, acreditamos que se estabeleceu um contato contínuo entre a diocese de Porto Nacional e a Província Irlandesa. Inclusive,

houve até a intervenção do Secretário Geral da Congregação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na causa de Dom Alano, como se vê abaixo:

Permita, que, na qualidade de Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, insista no pedido que fez o V. Rvm. O Exm. Irm. D Alano du Noday, Bispo de Porto Nacional, quanto à ida de Padres Redentoristas para a diocese dele. Se possível, mesmo com sacrificio, atenda a esse apelo na certeza que que raros lugares precisam tanto de socorro e que é uma graça de Deus trabalhar à sombra de Dom Alano (DOM HELDER CÂMARA, RIO DE JANEIRO, 10 DE ABRIL DE 1959. Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional, Porto Nacional).

Diante do conteúdo da carta de Dom Helder Câmara, deduzimos que Dom Alano não se esquivou das primeiras tentativas mal sucedidas na busca de missionários para seu terceiro empreendimento. Se foi a carta de Helder que concretizou a ida dos redentoristas, não podemos afirmar, mas “no mesmo ano de 1959, um consultor provincial da Irlanda, Pe. Arturo Maloney, visita o Brasil e escolhe Pedro Afonso como lugar da futura missão dos redentoristas irlandeses em terras brasileiras” (PIAGEN; SOUSA, 2000, p. 114).

Vossa Excelência, recentemente, o próprio Padre Geral pediu ao Padre Provincial (da Província Redentorista da Irlanda) que enviasse alguns Padres ao Brasil para trabalhar na Diocese de Sua Excelência. Com grande alegria aceitamos, e consideramos uma grande honra a oportunidade de trabalhar na sua sombra. O Padre Provincial (MR.P. Miguel Cirran) nomeou-me seu delegado e quer que visite Sua Excelência aí em Porto Nacional, - consulte-o, visite as várias cidades que nos ofereceu e forme um mais opinião exata da situação, que não pode ser por correspondência. Faça-me o favor, monsenhor, de me avisar quando Vossa Excelência chegará ou, se talvez esteja ocupado com a sua visita pastoral, onde poderei encontra-lo, saia daqui em meados do próximo mês. De avião, passando ou por Belém, chegaria a Porto Nacional em uma semana ou menos. Quanto mais cedo melhor, porque estamos ansiosos por ir ajudar as pobres almas desamparadas daquela região (1º CARTA DE PE. ARTURO MALONE, setembro de 1959. Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional).

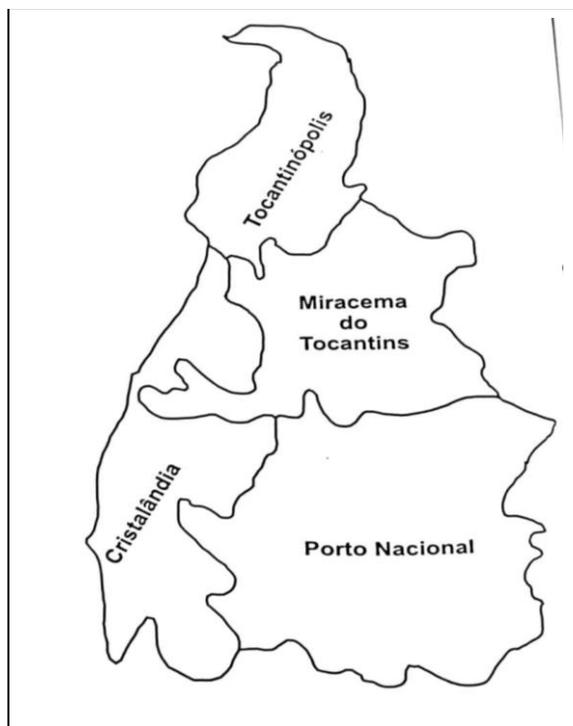
Sendo coincidência ou não, a frase do Dom Helder “*que é uma graça de Deus trabalhar à sombra de Dom Alano*” é repetida pelo Pe. Arturo nas palavras “*Com grande alegria aceitamos, e consideramos uma grande honra a oportunidade de trabalhar na sua sombra*”. Em carta anterior enviada a Dom Alano, o padre visitador apresenta-se a Dom Alano:

Tenho mais de vinte e sete anos de experiência missionária, tendo trabalhado na Índia e nas Ilhas Filipinas de 1929 a 1956. Portanto, talvez possa trazer um julgamento bastante prático para nossas discussões. Peço a Vossa Excelência que me desculpe por lhe escrever em espanhol tão execrável. Como você vê,

VD. Não sou rival de Cervantes! É que raramente tenho a oportunidade de praticar. Quanto à língua portuguesa, não a falo, embora consiga ler sem dificuldade e compreender se for falada lentamente. Bem, quando nos encontrarmos, acho que tudo ficará bem, e nós dois podemos fazer um ao outro entender (2º CARTA DE PE. ARTURO MALONE, setembro de 1959. Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional).

Desse modo, em 1959 efetiva-se o desejo e plano de Dom Alano de repartir novamente o território diocesano para atender melhor os sertanejos de sua diocese. Alcançando às terras brasileiras no primeiro semestre do ano de 1960, na cidade do Rio de Janeiro, “a bordo do navio S. S Uruguay Star vindos da Irlanda, via Londres, três dos primeiros Missionários Redentoristas, citados anteriormente. Eram eles: Padres João Myers, Miguel Kirwan e Tiago McGrath” (RIBEIRO, 2016, p. 83). Em meses e anos seguintes foram chegando mais missionários, como: “Pe. Jacó Duggan, Felipe Hearty, Pe. Paulo Turley, Pe. Dermival O’Connor, Pe. Cristovão Kearns e vários outros para atender às casas de Pedro Afonso, Fortaleza-CE e Paraíso do Tocantins” (PIAGEM; SOUSA. 2000, p. 114).

**Figura 12** - Mapa ilustrativo com a nova configuração territorial após as divisões



**Fonte:** Adaptado de Piagem e Sousa (2000)

O quadro abaixo apresenta, de maneira didática, as circunscrições eclesiais solicitadas e criadas a partir dos esforços de Dom Alano, seguidamente a própria ereção da Diocese de Porto Nacional em 1915.

**Quadro 7** - Circunscrições criadas por Dom Alano, a partir da criação da Diocese de Porto Nacional (1915) até a Diocese de Miracema (1966).

<b>TIPO DE CIRCUNSCRIÇÃO ECLESIASTICA</b>	<b>ANO</b>	<b>1º BISPO</b>	<b>ORDEM RELIGIOSA</b>
Diocese de Porto Nacional	1915	Dom Domingos Carrerot (OP)	Ordem dos Pregadores
Diocese de Tocantinópolis	1952	Dom Cornélio Chizzini (FDP)	Filhos da Divina
Prelazia de Cristalândia	1956	Dom Jaime Antonio Schuck (OFM)	Ordem dos Frades Menores
Diocese de Miracema	1966	Dom Jaime Collins (CSSR)	Congregação do Santíssimo Redentor

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2022)

Outro elemento que merece destaque, são as ordens religiosas que se fazem mantenedoras de todas as jurisdições. Ordem dos Pregadores, Filhos da Divina Providência, Ordem dos Frades Menores e a Congregação do Santíssimo Redentor. Todas elas, semelhantemente, fornecem os primeiros bispos para suas prelazias, e antes disso, Dom Alano as gerenciou como administrador apostólico, até que pudessem, minimamente, caminhar com seus próprios bispos instituídos. Uma base missionária foi colocada como passo fundador em todas as novas jurisdições eclesiais no norte de Goiás.

As últimas ações de Dom Alano podem ser descritas como um processo tardio de diocesanização. ou seja, a discussão que fizemos dentro do capítulo um desta pesquisa, que tratou, ao seu final, das estratégias da Igreja Católica no Brasil, acentuado, anos após a proclamação da República, a criação de novas prelazias e dioceses, de maneira geral, novas circunscrições eclesiais criadas a partir de territórios

diocesanos extensos, se deu no norte de Goiás a partir da década de 1950, com a criação dos bispados citados anteriormente.

As diversas prelazias e prefeituras apostólicas estabelecidas no território brasileiro a partir dos inícios deste século tiveram como causa três fatores principais: o projeto reformador da Santa Sé, as solicitações do episcopado e a dimensão missionária de alguns institutos religiosos. Esses três elementos atuaram com frequência de forma conjugada. De fato, tanto os bispos do Brasil como os religiosos vindos da Europa também estavam empenhados em fortalecer no país o catolicismo romanizado, eliminando sempre mais os focos de resistência a tradição cristã luso-brasileira, conforme o desejo da Cúria Romana (AZZI, 2008a, p. 384).

A partir da compressão de Azzi (2008), observamos, dentre os três fatores, dois que se destacam no caso da Diocese de Porto Nacional. Invertendo as posições, a dimensão missionária, esteve sempre ligada ao histórico processo de evangelização do norte de Goiás e a sua própria fundação como diocese, através da Ordem Dominicana, e, em seguida, a utilização desse mesmo recurso pelo bispado de Porto Nacional, no chamamento dos Filhos da Divina Providência, da Ordem dos Frades Menores e da Congregação do Santíssimo Redentor para cuidar de partes de seu território menos assistidos, e o segundo, a solicitação do episcopado, pois nas fontes consultadas, evidencia-se a postura ativa de Dom Alano nesses processos. Como também, a influência do projeto reformador da Santa Sé, que é algo implícito na postura e ações do bispado.

O que, do mesmo modo, se destaca no período da gestão analisada neste capítulo, são as desobrigas e a formação do clero por meio do Seminário São José. Esses dois temas de dedicação do bispado, são pontos cruciais e singulares de sua gestão, pois apresentam estratégias que se desviam do que estava sendo comumente utilizado nas outras dioceses brasileiras. Dom Alano conseguiu minimizar a falta de sacerdotes, apesar das dificuldades e, criando condições e fortalecendo o seminário diocesano.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos sobre o catolicismo na região do antigo norte de Goiás, em sua institucionalização, passando por diversas leituras e pesquisas que se dedicaram a romanização, missão e diocesanização, desde o estabelecimento da República em 1889, pudemos perceber que esses processos se deram também, de uma forma complexa e conjugada, no desenvolvimento histórico da Diocese de Porto Nacional. E ainda, quando tratamos de temas relativos à religiosidade no território do atual Tocantins, a Ordem deve ser considerada, pois, principalmente entre os séculos XIX e XX, os religiosos mantinham nessa região Dominicana, influências que se alastraram por diversos âmbitos da vida social e cultural das populações, de maneira direta e indireta.

O sentido missionário no século XX, que discutimos no **CAPÍTULO 1**, nos possibilitou uma compreensão da atuação da Ordem Dominicana no Norte de Goiás, como um primeiro passo para a criação da Diocese de Porto Nacional. A Diocese de Sant'Ana utilizou dos trabalhos dos religiosos na busca de sanar as diversas ausências que sua pastoral não conseguia resolver no interior. Já no primeiro bispado, Dom Domingos Carrerot pôde, apesar ainda dos grandes desafios de logística e pela falta de sacerdotes, continuar com uma pastoral que não se distanciava muito da realidade de seus predecessores dominicanos. No entanto, Dom Domingos fundou o Seminário São José, que foi um diferencial significativo no futuro de sua diocese.

Adentrando ao segundo bispado, a figura de Dom Alano ganha destaque diante o nosso objeto de pesquisa - constituição histórica da Diocese de Porto Nacional e seu desenvolvimento entre os anos de 1936 a 1966 – devido a escolha de nosso período de pesquisa está centrado dentro de seu governo, como já explicitado na introdução deste trabalho. A chegada de Dom Alano ao Brasil em 1933, se confunde, ao menos em nossas análises, ao contexto político e social que o país estava passando, influenciando na postura e no plano de governo do segundo bispo de Porto Nacional. A disputa de poder e influência no campo social e político, evidenciou-se na entrada ao poder de Getúlio Vargas, e as diversas relações se dão entre Estado e Igreja, como comentamos anteriormente.

Por intermédio da análise da Carta Pastoral de 1936, Dom Alano expôs todas as suas preocupações. Tivemos a necessidade de colocar em evidência a 1ª Carta Pastoral de Dom Alano, como uma fonte significativa na compressão das ações pastorais enquanto bispo, bem como representação (CHARTIER, 1990) expressiva sobre as realidades sociais da região. É nesse documento que enxergamos a ativa

participação de Dom Alano nos embates em nível nacional, entre o campo político e religioso, os quais as obras de Bourdieu nos auxiliaram na leitura; e a reação da Igreja Católica diante desse contexto, reverberaram no discurso de Dom Alano, sendo as principais: as precauções diante do estado laico e da concorrência religiosa, a aversão ao comunismo e outros “males” - termo utilizado na fonte analisada - o incentivo ao protagonismo dos leigos por meio da Ação Católica e o discurso paternalista e apologético de Dom Alano.

A intenção em discutir mais profundamente a biografia, formação e primeiros anos de atuação religiosa do bispo Dom Alano Maria du Noday, se fez no desejo pessoal e acadêmico de melhor compreender a sua personalidade humana e religiosa, assim como, a postura e escolhas do bispo. Para visualizarmos o desenrolar histórico da Diocese de Porto Nacional, identificamos, na pessoa de Dom Alano, o protagonismo na busca incessante de expandir a pastoral da Igreja Católica no norte goiano, tornando-se personagem crucial e responsável direto nas tomadas de decisões em relação ao catolicismo neste território eclesiástico até a finais dos anos 60 do século XX. Ou seja, suas ações foram primordiais para o estabelecimento e atual configuração da Igreja Católica no norte de Goiás, permanecendo na memória material e imaterial da catolicidade do Estado do Tocantins.

Dentro da primeira metade do século XX, a Igreja Católica buscou diversas alternativas para recuperar seu estado de privilégios perdidos com a Proclamação da República em 1889. Neste meio tempo, o Estado brasileiro enxergou uma oportunidade de parceria e troca de favores mútuos, que possibilitou o seu maior controle e alienação perante a população, reconhecida e oficializada pela Igreja Católica, principalmente, na representação da alta hierarquia, como cardeais, arcebispos e bispos. Essa relação possibilitou uma frutífera expansão e fortalecimento do catolicismo em todo território brasileiro.

Em meio a este cenário, desembarca na capital federal, o jovem frade que irá se tornar bispo da diocese de Porto Nacional. Sua formação rígida e missionária, sofreu um embate com a diplomacia católica impregnada e ainda em desenvolvimento no Brasil na década de 1930. Foi essa configuração que nos chamou atenção em nossa investigação descrita, o qual torna-se mais significativo quando analisamos o status do episcopado do período e a necessidade da manutenção desta condição para continuidade dos trabalhos diocesanos, o qual se resume na ajuda recíproca entre Estado e Igreja.

No que se refere às ações práticas diocesanas, percebemos, dentre muitos elementos propostos no referido documento, como as desobrigas, a catequização e a formação do clero, que Dom Alano planejou continuar com as ações de seu predecessor, Dom Domingos Carrerot, mas que tiveram um direcionamento substancial a formação do clero local em um tom, significativamente, apologético. Isto posto, o **CAPÍTULO 3**, parte para prática. Ao se encontrar, efetivamente, na atuação episcopal pastoral, o bispo teve que direcionar seus empreendimentos para a formação do clero, no âmbito atividades do Seminário São José, intercalando as ações de cunho pastoral, evangelização e ao recrutamento de jovens para o Seminário.

Em relação ao cotidiano da vida paroquial, o qual levantamos questionamentos na introdução, as fontes nos direcionaram e protagonizaram relatórios, cartas e documentos que foram produzidos por personagens eclesiais. Neste sentido, as fontes diocesanas revelaram um cenário de dificuldades pastorais, permeados por uma competição no campo religioso, entre o catolicismo e outras denominações, além da maçonaria e ideologias políticas, onde o discurso romanização do clero, ainda ressoava, contudo sem muito efeito prático. Somado a isso, apesar da investida de Dom Alano no Seminário São José, a falta de sacerdotes para atender a grande extensão territorial da Diocese, ainda era um grande problema.

A partir da colaboração das narrativas de Piagem e Sousa (2000) e Maya (2002), visualizamos uma atividade pastoral intensa e contínua, o que se tornou mais significativo pela extensão da diocese e a falta de sacerdotes, diversas vezes citadas pelas fontes. A criação de paróquias também foi um investimento recorrente, mesmo que não mencionado diretamente nos documentos, intrinsecamente, se faz uma necessidade e obrigação dos bispados, conforme dita a Santa Sé. E ainda, a criação de núcleos de evangelização, que atuavam na catequização, sendo progenitoras na organização da comunidade. Essas haviam sido, segundo Piagem e Sousa (2000), os setores de dedicação de Dom Alano até o final da década de 1940.

Na entrada da década de 1950, encontramos documentos que indicavam uma nova fase para a Diocese de Porto Nacional. Nestes documentos, o personagem do bispo diocesano ganha destaque. Dom Alano se utilizou da estratégia de diocesanização dentro de seu território e, não podendo fazer de imediato, convidou missionários, por meio de suas ordens para desenvolverem atividades e dar assistência a população em regiões estratégicas da diocese e, posteriormente, solicitar a Nunciatura Apostólica, a

criação de novos territórios eclesiais, em forma de prelazias. Azzi (2008<sup>a</sup>, p. 386) destaca que

Além dos motivos mais amplos já referidos, existiam também algumas razões bem específicas que estimulavam os bispos a solicitar da Santa Sé o desmembramento do território de suas dioceses para a criação de prelazias. Entre essas, merecem destaque a escassez de população e a precariedade de comunicação do território; a falta de sacerdotes e a consequente deficiência na prática sacramental, a maior facilidade na obtenção de recursos.

Todos os motivos citados estavam descritos nas cartas de Dom Alano, e ainda em um de seus discursos que trouxemos, direcionado, provavelmente, a candidatos ou sacerdotes que atuavam na região. “Além disso, eram estabelecidas em estados de pouco desenvolvimento econômico, sobretudo do extremo oeste, bem como do norte do país” (AZZI, 2008<sup>a</sup>, p. 386). Por fim, a Diocese de Porto Nacional, constituiu-se como a Igreja Católica matriz da região Norte de Goiás, sendo a responsável pela expansão pastoral e institucionalização do catolicismo a partir da materialização de circunscrições eclesiais pelo seu território, destacando-se o personagem do seu segundo bispo, Dom Alano Maria du Noday, responsável direto pelas solicitações e manutenção das fundações destas prelazias, portanto, a autoridade episcopal, parece, confundir-se com o nosso objeto de pesquisa, a Diocese de Porto Nacional e sua formação histórica, entre os anos de 1936 e 1966.

## REFERÊNCIAS

1º CARTA DE PE. ARTURO MALONE, setembro de 1959. Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional, Porto Nacional.

2º CARTA DE PE. ARTURO MALONE, setembro de 1959. Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional, Porto Nacional.

ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, vol.8, nº 15, pp. 145-52, 1995.

AQUINO, Mauricio de. **A Modernidade republicana e diocesanização do**

**catolicismo no Brasil**: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). Tese (Doutorado em História). UNESP: Assis, 2012.

ATA DE POSSE DE DOM ALANO, julho de 1936. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional.

AUDRIN, José Maria. **Entre sertanejos e índios do norte**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

AZZI, Riolando. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II:terceira época: 1930-1964. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008a.

\_\_\_\_\_. A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008b.

BALEIRO, Aliomar. **Constituição 1891**. Coleção Constituições brasileiras, v. 2, 3. ed.

Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BENÍCIO, Edmilson Costa. **Diocese de Porto Nacional – 100 anos – fé, história, perspectivas**. Porto Nacional: ReM Gráfica e Editora. Ed 1. 2015.

BENTO XV, Papa. Carta Encíclica Maximumillud. 1919. Disponível em: [http://www.vatican.va/content/benedict-xv/pt/apost\\_letters/documents/hf\\_ben-xv\\_apl\\_19191130\\_maximum-illud.html](http://www.vatican.va/content/benedict-xv/pt/apost_letters/documents/hf_ben-xv_apl_19191130_maximum-illud.html). Acesso em: 10 de fev. de 2020.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. A diocese de Porto Nacional: o governo de dois bispos dominicanos no antigo Norte de Goiás. In. SILVA, Geraldo Silva; SANTOS, Roberto Souza (Orgs). **Ensaio de geografia e história do Tocantins**: para uma interpretação crítica. Palmas: Nagô Editora, 2012,

\_\_\_\_\_. **Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás**. 2015. (Tese de Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3369/1/CESAR%20EVANGELISTA%20FERNANDES%20BRESSANIS/pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Dom Domingos Carrerot e Dom Alano Maria du Noday: dois Dominicanos franceses como bispos de Porto Nacional**. (Artigo) PUC-GOÍÁS, 2013. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Cesar\\_Bressanin\\_Dom\\_Domingos.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Cesar_Bressanin_Dom_Domingos.pdf). Acesso em: 05 ago. 2020.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e campo do poder. In. \_\_\_\_\_ **Razões práticas: sobre a teoria e ação**. Tradução de Mariza Corrêa. 9. Ed. Campinas: Papirus, 2008.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998,

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 51-60.

CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na diocese de Mariana: o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875)**. 2010, 202 p Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Ouro Preto, 2010. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/2588>. Acesso em: 04 jan. 2020.

CASTRO, José Luiz. **A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1724-1824)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Goiás, Goiania, 1998. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CASTRO\\_Jos\\_Luiz\\_de\\_1998.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CASTRO_Jos_Luiz_de_1998.pdf). Acesso em: 05 jan. 2020.

CAIXETA, Vera Lucia. **Médicos, frades, intelectuais: leituras sobre o sertão do Brasil (1882-1935)**. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2014.

\_\_\_\_\_. **Médicos e frades pelos caminhos de goiás (1883-1912)**. Revista Desafios (1), 25-42 (2014). Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2014v1n1p25>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Paisagens sensíveis: ser missionário na Diocese de Goiás nas cartas de um frade “dominicano”, na transição do século XIX para o XX**. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia (2017) . Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

CUNHA, Tiago Donizette da. **Igreja e política durante a primeira República**: o caso do cônego José Valois de Castro. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai. 2010. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf6/13Tiago.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2020.

CARVALHO, Aline Torres Sousa. O discurso da “santidade” em narrativas de vida: para além da religião. In: MELO, Mônica Santos. **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017. p. 39-62.

CARTA AO PADRE BARON, PORTO NACIONAL, 15 de fevereiro de 1940.

CARTA AOS REDENTORISTAS DO CANADÁ, 10 de dezembro de 1942.

CARTA DO VIGÁRIO GERAL DOS REDENTORISTAS DA IRLANDA A DOM ALANO, 1953. Cúria Diocesana de Porto Nacional.

CARTA DE DOM ALANO AO NÚNCIO APOSTÓLICO, 25 de janeiro de 1953

CARTA PASTORAL. Dom Alano Maria du Noday. **Pastoral**. Petrópolis, E do Rio: Editora Vozes, (Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional) 1936.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Disponível em: [http://vatican.va/archive/cathechismo/index\\_neww/p4s1cap2\\_2650-2696\\_po.html](http://vatican.va/archive/cathechismo/index_neww/p4s1cap2_2650-2696_po.html) Acesso em: 18 de ago. de 2020.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução: Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1982.

DOC. COM HISTÓRICO DE VIDA E OBRA DE DOM ALANO, 1994, n/p.

DOM HELDER CÂMARA, RIO DE JANEIRO, 10 DE ABRIL DE 1959. Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional, Porto Nacional.

DOM SEBASTIÃO LEME. Carta ao Bispo de Porto Nacional, Dom Alano Maria du Noday, 1939. Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional.

DORNAS FILHO, João. **O Padroado e a Igreja Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins**: Ginásio Estadual de Porto Nacional. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

FALCÃO, Nuno de Pinho. **Algumas considerações sobre o magistério Pontifício para as missões anterior ao II Concílio do Vaticano (1919-1959)**. Edição v. 10 n. Nº 2 (2018). Disponível em: [https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa\\_do\\_Tempo/article/view/4892](https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/4892). Acesso em: 24 jan. 2020.

FEITOSA, Cid Olival. **Do antigo norte de Goiás ao estado do Tocantins**: elementos de uma economia em formação. 2011, Tese, 201 p (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286058>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

FERREIRA, Fernanda Fontes Deiró; OLIVEIRA, Lana Santos. **Sertão construído**: territorialidade, modernidade e folclore na formação da identidade sertaneja nos meios de comunicação. (Anais). Maceió – AL – 15 a 17 de junho 2011. Disponível em: do-Bahia - [intercom.org.br](http://intercom.org.br). Acesso em: 05 jul. 2021.

FOLHETO COMEMORATIVO EPISCOPADO DE DOM ALANO, 1978. Arquivo pessoal.

GUMIEIRO, Fábio. **As ordens religiosas e a construção sócio-política no Brasil**: Colônia e Império. Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 46, p. 63-78, Curitiba, 2013. p. 66.

HOMILIA/PREGAÇÃO DO BISPO D. ALANO, janeiro de 1942.

LEÃO XIII. Litteras a vobis. (02.07.1894). Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_lxiii\\_enc\\_020718\\_94\\_litter](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_020718_94_litter). Acesso em: 10 jan. 2020.

LIMA, Maurilio Cesar de. **Breve história da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauro, 2001.

LUSO MATOS, Carta de Ordenação, 1945. Pasta Dom Alano. Cúria Diocesana de Porto Nacional.

LUSTOSA, Eduardo Alencar. **História da Diocese de Cristalândia**. Cristalândia: s/n, 2021.

MAIA, Antonio. **Pequeno dicionário católico**: dogma/liturgia/moral/bíblia. Rio de Janeiro, 1966, p. 147.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. 1.reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAYA, Antonio Luiz. **Reminiscências Eclesiásticas e Sacerdotais**. Goiânia: UEG, 2002.

MARINHO, Joaquim Saldanha. **A Igreja e o Estado**. Rio de Janeiro: J. C. de Villeneuve, 1873.

MENDONÇA, A. G. **República e pluralidade religiosa no Brasil**. Revista USP, (59), 144-163, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13282>. Acesso em: 05. fev. 2020.

MENEZES, Áurea Cordeiro. **História eclesiástica de Goiás**. Goiânia: Ed. PUC/Góias, 2011. (Volume 2).

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o sertão e o litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910**. (Dissertação de Mestrado) Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 1997. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/OLIVEIRA\\_Maria\\_de\\_F\\_tima\\_1997.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/OLIVEIRA_Maria_de_F_tima_1997.pdf). Acesso em: 05 mar. 2020.

PAES, Marilena Leite. **Arquivos: teoria e Prática**. 6º reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 121.

#### PASTA SOBRE PORTO NACIONAL – ARMÁRIO H, GAVETA 2.

PIAGEM, Pedro P.; SOUSA, Cícero J. de. **Dom Alano: o missionário do Tocantins**. Goiânia: Autores, 2000.

PIO XI, Papa. *Rerum Ecclesiae*. 1926. Disponível em: [http://www.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_28021926\\_rerum-ecclesiae.html](http://www.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_28021926_rerum-ecclesiae.html). Acesso em: 22 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. *Saeculo exeunte*. 1940. Disponível em: [http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_13061940\\_saeculo-exeunte-octavo.html](http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_13061940_saeculo-exeunte-octavo.html). Acesso em: 15 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. *Evangelii praecones*. 1951. Disponível em: [http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_02061951\\_evangelii-praecones.html](http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_02061951_evangelii-praecones.html). Acesso em: 25 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. *Fidei Donum*. 1957. Disponível em: [http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_21041957\\_fidei-donum.html](http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_21041957_fidei-donum.html). Acesso em: 02 abr. 2020.

PIRES, Menezes, M.L. Trabalho e Território: as missões católicas no interior do estado do Amazonas, Brasil. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y*

**Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (11), 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-11.htm>. Acesso em: 17 de abr. 2020.

RELATÓRIOS DAS PARÓQUIAS DE ITAGUATINS, TOCANTINÓPOLIS, FILADÉLFIA E BABAÇULÂNDIA, DÉCADA DE 1950. Cúria Diocesana de Porto Nacional.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, outubro de 1936.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, outubro de 1939.

RIBEIRO, L. de S., & FERREIRA, R. de S. (2016). **A História de Dom Jaime Collins, um Bispo Irlandês**. *Porto Das Letras*, 2(3), p. 80 - 98. Disponível em: <http://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/2907>. Acesso em: 01 de jun. 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 188-192.

SCHERER, Irineu Roque. **Concílio Plenário na Igreja do Brasil**. São Paulo: Paulus, 2014.

SANTOS, Edivaldo Antonio. **Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil**. 1996, 180p Dissertação, 1996, (Mestrado em História). Goiânia, UFG, 1996.

SILVA, R. B. **O catolicismo Orionita no antigo extremo norte goiano nos relatos de memória dos “filhos da Divina Providência”, (1952-1980)**. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SILVA, Kalina. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

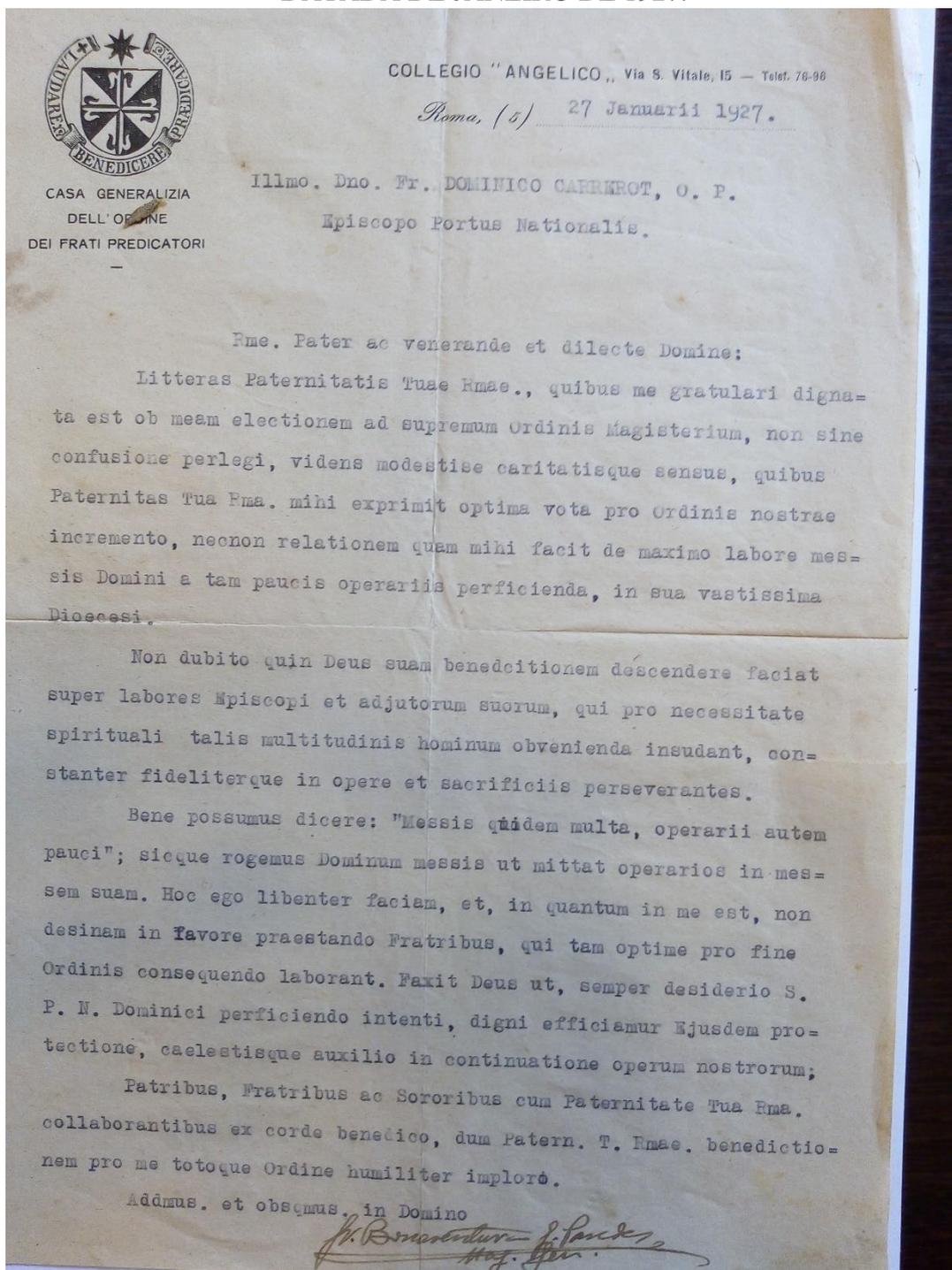
SOFFIATTI, Elza S. Cardoso. **Igreja Católica, política e Pio XII: o estado democrático**. Jundiá, Paco Editorial, 2012. p. 122.

SOUZA, Ney; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Catolicismo e sociedade contemporânea**. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do catolicismo no Brasil (1889-1945)**, Vol II. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2016.

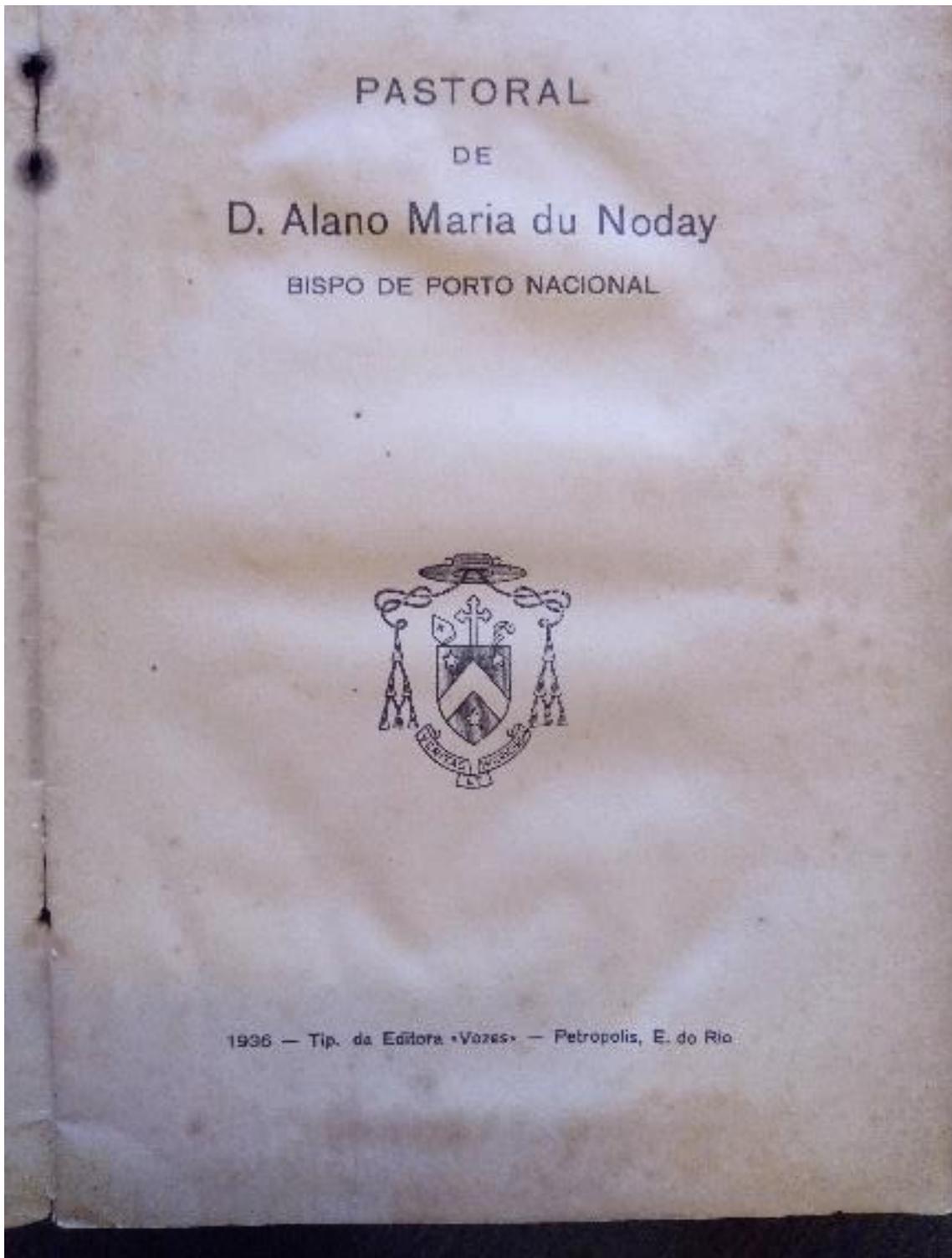
**ANEXOS**

ANEXO A - CARTA DE FRADE FRANCÊS A DOM DOMINGO CARREROT,  
DATADA DE JANEIRO DE 1927.



FONTE: Cúria Diocesana de Porto Nacional, 1927.

**ANEXO B - CAPA DA 1ª CARTA PASTORAL DE DOM ALANO MARIA DU  
NODAY (1ª EDIÇÃO - 1936).**



**Fonte:** Cúria diocesana de Porto Nacional, 1936.

ANEXO C - PÁGINA 5 DA 1ª CARTA PASTORAL DE DOM ALANO MARIA DU  
NODAY (1ª EDIÇÃO - 1936).

D. ALANO MARIA DU NODAY,

Por mercê de Deus  
e da Santa Sé Apostolica  
Bispo de Porto Nacional.

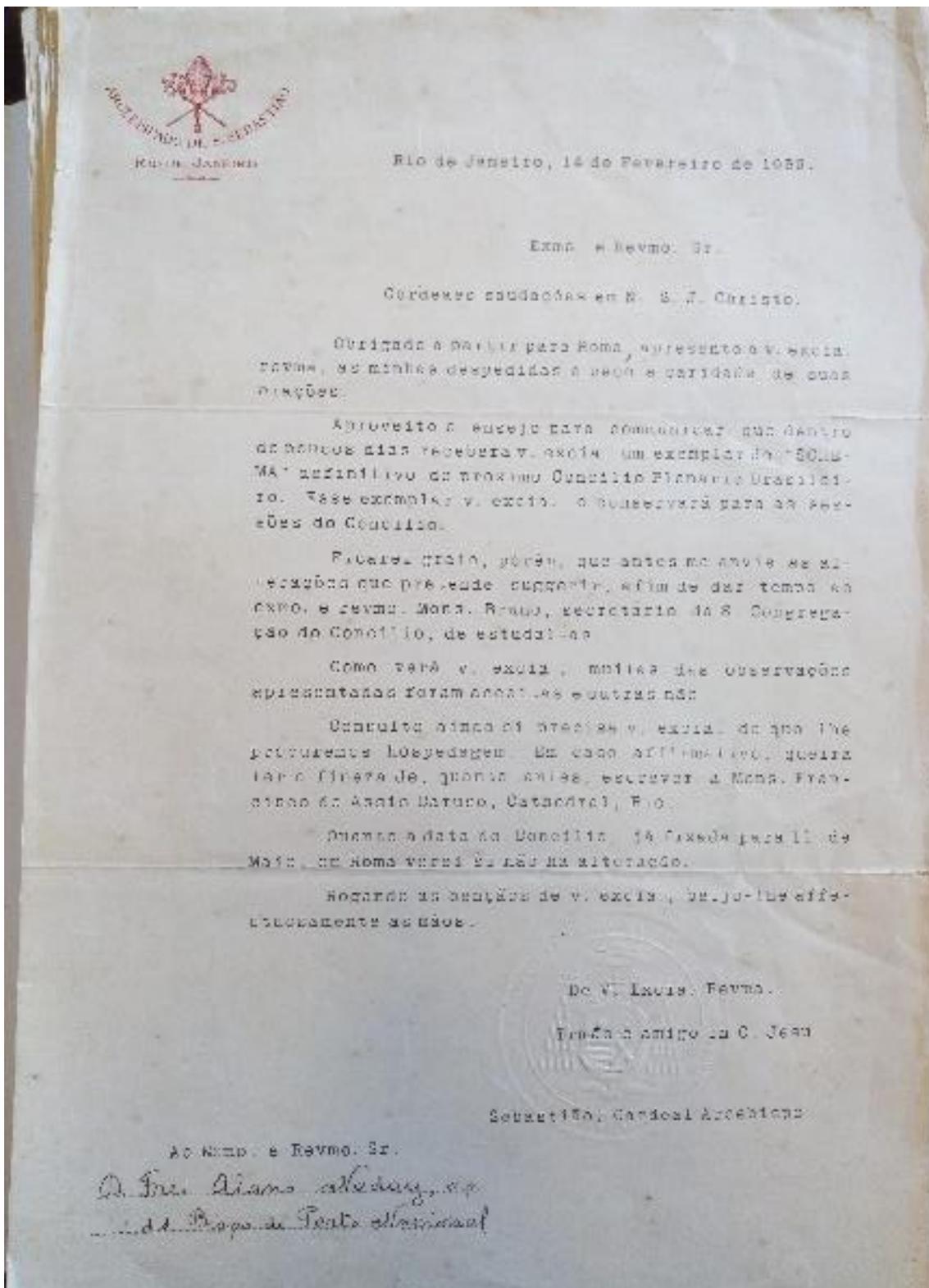
*Ao Revmo. Clero secular e regular  
e aos fiéis de nossa Diocese  
união, paz e felicidade na caridade  
de Jesus Cristo.*

A' tarde deste dia de graças inesquecíveis em que a Santa Igreja acaba de nos conferir ao mesmo tempo a plenitude do sacerdocio e a missão sublime, porém, tremenda de pastor e de pai, não podemos conter o impulso espontaneo de nosso coração que nos constitue um dever imperioso e suave de vos enviar, dilectissimos filhos, com a nossa primeira benção uma saudação cordial e comovida, expressão antecipada de nosso amor paterno.

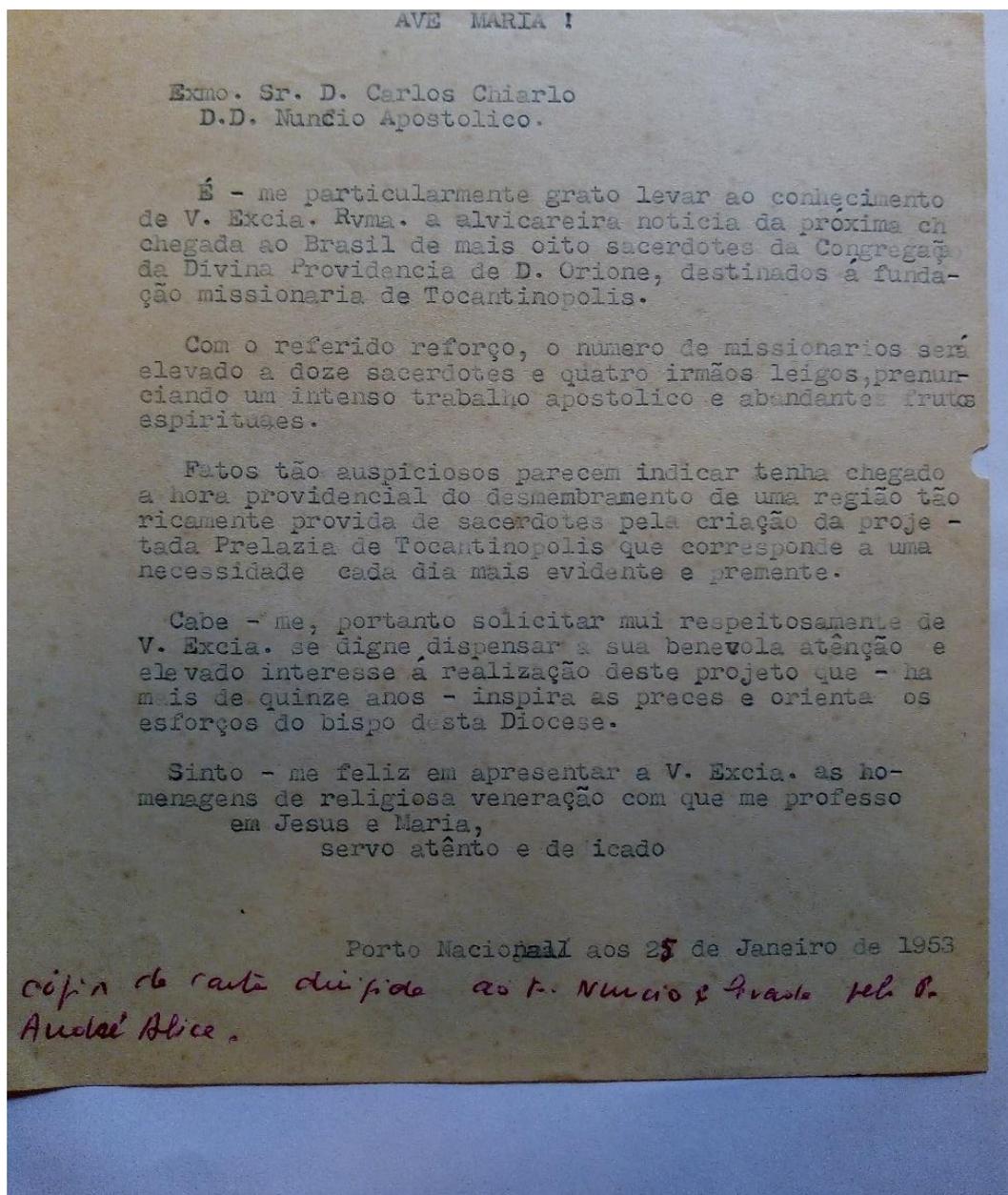
Quando, pela voz do vigario de Cristo, nos foram manifestados os designios da Providencia, foi com alma abismada no sentimento da propria fraqueza que nos submetemos á Vontade Divina, por um consentimento que a obediencia religiosa nos ditára sem condição, como sem reserva.

Contudo, mesmo contando com a força intima da obediencia, não poderíamos pensar em cumprir a imensa tarefa para que fomos chamado, si Deus não se dignasse de nos outorgar, junto com o peso

**ANEXO D - CARTA DO ARCEBISPO DO RIO DE JANEIRO EM REFERÊNCIA A PARTICIPAÇÃO DE DOM ALANO NO PRIMEIRO CONCÍLIO PLENÁRIO BRASILEIRO (1939).**

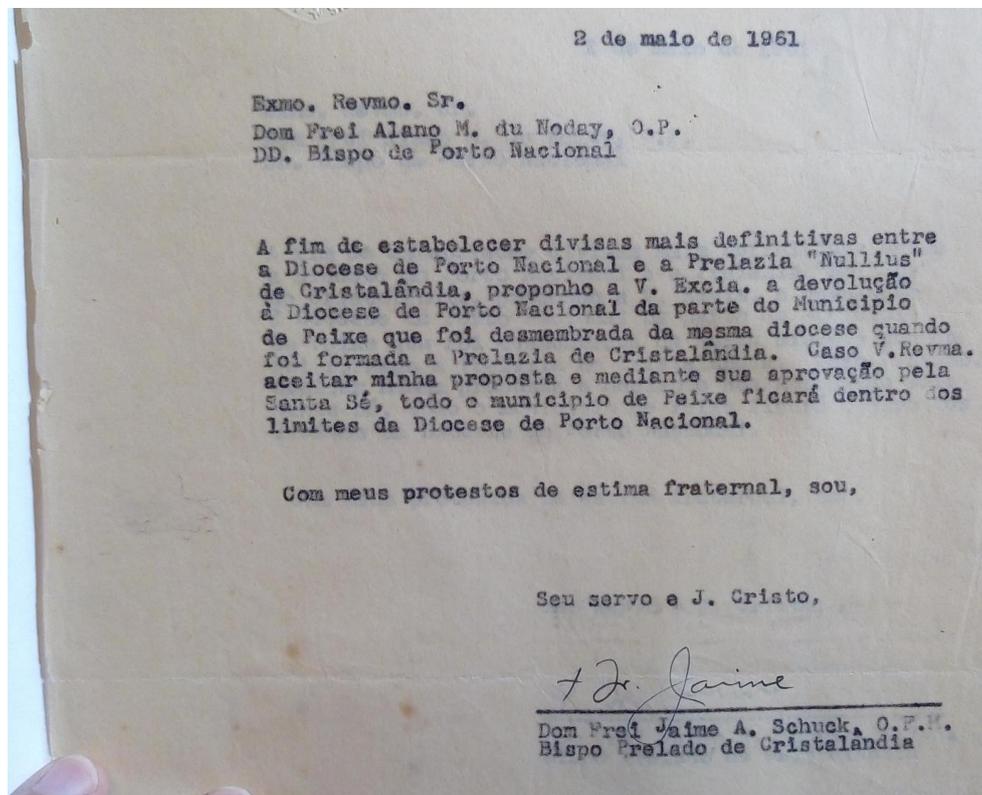


**ANEXO E - CARTA AO NÚNCIO APOSTÓLICO SOLICITANDO A CRIAÇÃO  
DA DIOCESE DE TOCANTINÓPOLIS.**



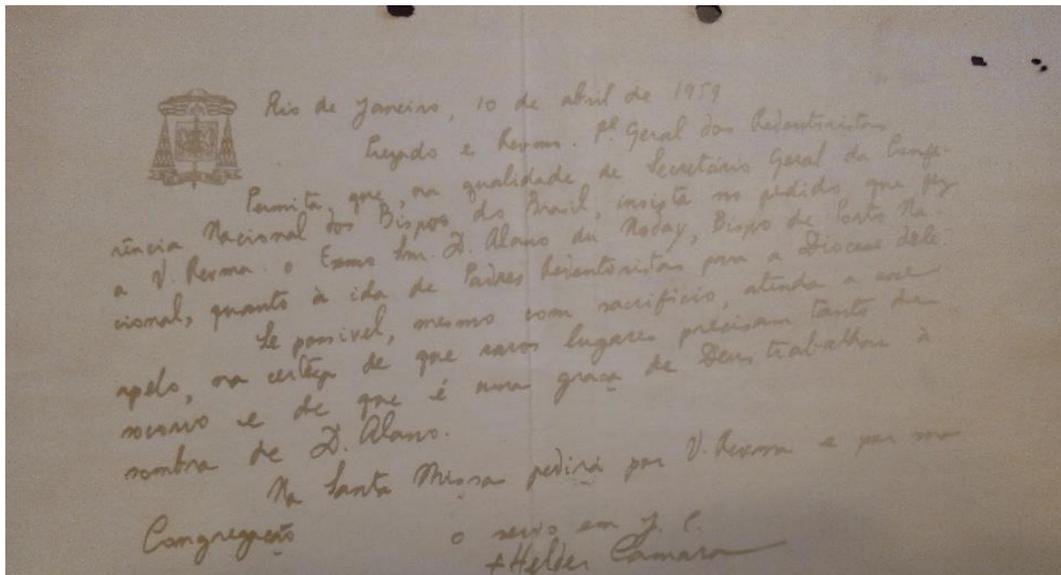
**Fonte:** Cúria diocesana de Porto Nacional, 1953.

**ANEXO F - CARTA REFERENTES A DIVISÕES TERRITORIAIS  
(ECLESIÁSTICAS).**



Fonte: Cúria diocesana de Porto Nacional, 1961

**ANEXO G - CARTA MANUSCRITA DE DOM HELDER CÂMARA PE. GERAL DOS REDENTORISTAS PEDINDO AJUDA EM NOME DE DOM ALANO.**



Rio de Janeiro, 10 de abril de 1959

Reverendo e humil. Sr. Geral dos Redentoristas

Permite, que, na qualidade de Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, insista no pedido que fiz a V. Revm. o Excmo. Sr. D. Alano de Azevedo, Bispo de Porto Nacional, quanto à ida de Padres Redentoristas para a Diocese dele.

Se possível, oramos com sacrifício, atenda a esse apelo, na certeza de que esses lugares precisam tanto de nós como se de que é uma graça de Deus trabalhar a obra de D. Alano.

Na Santa Missa pedirei por V. Revm. e por sua Congregação

O seu, em J. C.  
+ Helder Câmara

Fonte: Cúria diocesana de Porto Nacional, 1959.



**ANEXO I - TRECHO DE RELATÓRIO PAROQUIAL DE PEDRO AFONSO (1944-1955).**

f) TOCANTÍNIA - Dentre todos os núcleos da Paróquia, vem Tocantínia reclamando particular atenção, não só por ser o mais populoso (600 hab. na cidade), mas sobretudo por ser ali que se acha radicada a mais forte cidadela protestante da região. E tornou-se mais forte e mais temível porque desde cedo alicerçou-se e entrincheirou-se justamente na esfera educacional. Com um internato, um jardim de infância, uma boa escola primária e um ginásio em vistas (já em construção), os Batistas chefiados pela professora Beatriz Silva - que por ali pontifica há cerca de 20 anos - vêm controlando centenas de jovens e crianças. Exercem forte influência religiosa diretamente sobre os alunos e indiretamente sobre as famílias destes. Já é notório o abalo geral na fé do povo, assim como a simpatia e entusiasmo naquela juventude pela obra batista e o indiferentismo pela Igreja Católica. Aliás muito têm contribuído para isto as condições e vantagens exteriores que a organização protestante vem oferecendo deante da nossa; enquanto, por exemplo, eles asseguram um culto regularmente em templo bem cuidado, iluminado e dotado de harmônio e

**Fonte:** Cúria diocesana de Porto Nacional, s. d.

## ANEXO J - CARTA DE SACERDOTE A DOM ALANO (12-10-1969).

C. Belos, 12/10/69

Sr. bispo,

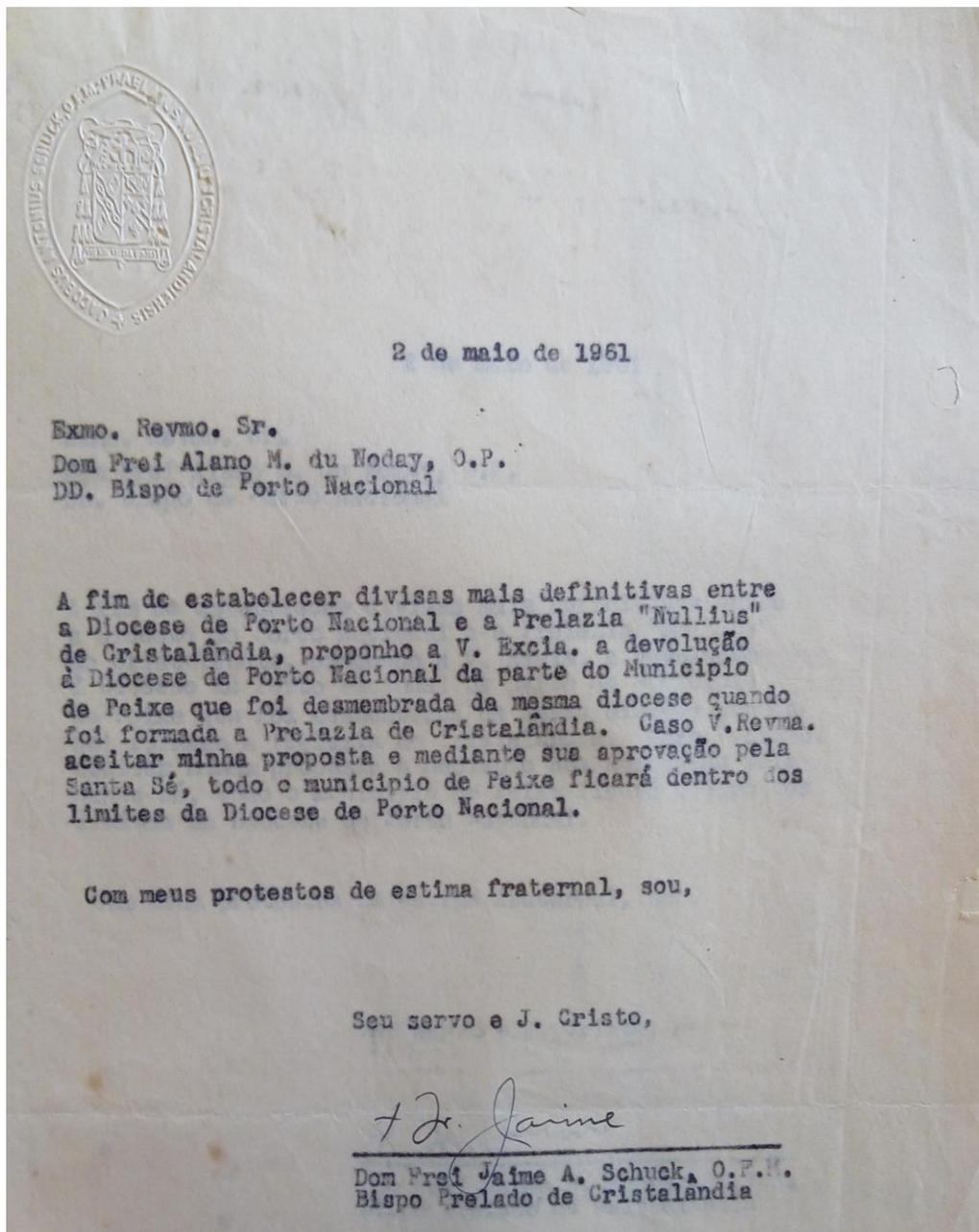
Recebi as vossas cartas. Recebi também "os recibos" do Hospital pago pelo senhor. Vou levar estes recibos para ver se o IPEC reembolsa o senhor. Fiquei muito contente com ~~mais~~ este gesto tão paternal. Fui informado também da ajuda que o Sr. deixou com Irmã Bernadete, para o carro. Nem sei como vos agradecer tanta bondade. Sou profundamente grato por tudo isto e milhares de favores que tenho recebido do senhor e que muitas vezes / não sou merecedor. Não o esquecerei em minhas preces de indigno servo no Senhor.

Fomos informados da marcação do retiro. Para ser franco só não gostei mesmo foi do tal pregador. Pois não topo com o método dos jesuitas. O fr. Mateus Rocha não aceitou? Foi uma pena.

A política aqui está simplesmente super-chata. Corre uma onda terrível de boatos e mentiras, envolvendo nosso nome. Com isto deixa a gente sem ambiente de trabalho. Prefiro mudar-me do que prejudicar a comunidade. Por isto já estou me arrumando, para depois do retiro ou quando sair p/ retiro, já sair definitivamente. Quanto ao Ginásio não tem problema já vamos entregá-lo a uma família filhos da terra, que vão lecionar e dirigir. Mas, as condições impostas é que terá sempre a orientação do Vigário, pois o Educandário é ~~vt~~ da Paróquia. Vou deixando aqui todas as documentações com o nosso Oscar Muniz, pai do nosso Edgar. Quanto a casa Paroquial - fica morando uma velha para zelar.

(vire)

ANEXO K - CARTA DE DOM JAIME SOBRE DEVOLUÇÃO DE CIDADE DA  
ANTIGA JURISDIÇÃO ECLESIAÍSTICA (02-05-1961).



Fonte: Cúria diocesana de Porto Nacional, 1961.

## **APÊNDICE**

## APÊNDICE A - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DE FONTES HISTÓRICAS DO ARQUIVO DIOCESANO DA CÚRIA DE PORTO NACIONAL

### INTRODUÇÃO

A nossa proposta se relaciona com a Educação Patrimonial devido Porto Nacional ser uma cidade de destaque cultural dentro do Estado do Tocantins. Contudo, as atividades se expandem para todo o Estado em virtude de ser um patrimônio, em geral, ligado à constituição histórica da antiga região norte de Goiás, relacionando-se as memórias materiais e imateriais das populações aqui existentes. E, diante disso, as fontes históricas de nossa pesquisa, fazem parte e são significativas na manutenção e valorização desse patrimônio cultural que se expande além das fronteiras políticas e geográficas, por meio do reconhecimento do Centro Histórico de Porto Nacional como um patrimônio nacional em 2008. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o principal órgão responsável pelo Patrimônio Cultural no Brasil, nos indica seus conceitos para patrimônio material e imaterial.

#### Patrimônio material:

O patrimônio material protegido pelo Iphan, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

#### Patrimônio imaterial:

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Com isso, em contraste ao processo contínuo de globalização, atividades e ações voltadas à valorização da história local e regional vem sendo incentivadas, nos âmbitos da memória, cultura e história. Estas, colaboram como “representações da nossa identidade e expressão cultural e histórica, sendo o patrimônio vinculado a uma valorização e preservação dos nossos referenciais identitários, que simbolizam a diferença e a diversidade (...)” (FERRARO; SANTANA, 2015, p.174). E ainda,

Surge, desta forma, a preocupação com o patrimônio nacional e mundial, seja natural ou cultural, que faz com que cada sociedade possa melhor conhecer a si mesma, assim como as relações que ao longo dos anos seus antepassados mantiveram com o meio do qual hoje faz parte e no qual exerce suas formas de subsistência, constituindo-se como fonte de aceitação do diferente, na compreensão cultural de outros povos. Deste modo, esse patrimônio, além de essencial para a coletividade como 'lugar' de memória, torna-se um recurso importante no desenvolvimento da história local e regional (FERRARO; SANTANA, 2015, p.174).

Junta-se a isso, a intenção de ultrapassar o âmbito acadêmico, museológico ou arquivístico, e possibilitar o acesso das fontes, consultadas no Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional, à comunidade escolar, em um processo de ensino e aprendizagem que os tornem capaz de reconhecer a importância dos arquivos, como fontes históricas que guardam a história, não só da Igreja Católica, mas de diversos atores que se relacionam com ela. Para tanto, a metodologia da Educação Patrimonial se encaixa perfeitamente ao propor que os estudantes sejam os protagonistas na busca da aprendizagem, por meio da descoberta e investigação do objeto cultural e histórico. E ainda, sobre o trabalho com o arquivo:

No sentido de dar acessibilidade às informações contidas nos documentos, a difusão se mostra função obrigatória e implícita aos arquivos. Porém, essa não presume atividades sistematizadas e muito elaboradas relativas à educação patrimonial. É comum entre os arquivistas valorizar a difusão e os instrumentos de descrição, pois não há dúvida de que é vital para um arquivo a existência desses serviços. Contudo, parece haver certa resistência em relação à questão da educação patrimonial por parte dos arquivistas brasileiros de maneira geral. É necessário rever esse conceito, posturas e discutir sobre esse assunto no meio arquivístico, entre os profissionais da área e nos cursos de especialização e graduação. Difusão pode ter uma conotação estendida para além da objetividade inerente a esse termo arquivístico, e subjetivamente – dentro da realidade, prioridades e limites de cada instituição – buscar uma maior abrangência de resultados com programas e ações de cunho educativo (FRATINI, 2009, p.05).

Portanto, baseando-nos na problemática de Fratini (2009), priorizamos o arquivo e o colocamos à disposição da comunidade escolar, por meio de uma metodologia participativa. Ao invés de uma exposição ou simples visita ao acervo, é invertido o processo. O estudante é convidado a ser ativo, inserindo-se, de maneira consciente no processo de aprendizagem, analisando, criticando e comparando as fontes, e ainda, com a contribuição e objetivos da Educação Patrimonial. O grupo alvo (estudantes) das atividades deverá, com as devidas orientações, se engajar na busca de alternativas de conscientização da comunidade do entorno escolar, problematizando e

colocando em prática os objetivos da educação patrimonial. Tal proposta possibilitará adquirir uma consciência crítica e cidadã do seu papel social, de modo a criar um ciclo de valorização do patrimônio cultural local, regional e nacional.

## **METODOLOGIA E MÉTODO**

As atividades serão guiadas pela metodologia de Educação Patrimonial de autoria da pesquisadora Evelina Grunberg (2007), sendo apresentada em quatro etapas:

1. Observação

Nesta etapa, usamos exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado.

2. Registro

Com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo.

3. Exploração

Análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados.

4. Apropriação

Recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, etc.), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.

<b>Título:</b> Educação Patrimonial por meio de fontes históricas do Arquivo Diocesano da Cúria de Porto Nacional.	
<b>Autor:</b> Rafael Machado Santana	
<b>Disciplina/Área:</b>	História
<b>Escola pública</b>	A definir.
<b>Município:</b>	Porto Nacional (ou outra cidade do Tocantins).
<b>Professor ou Responsável:</b>	

<b>Resumo:</b>	A proposta tem o intuito trabalhar com o acervo documental da Cúria Diocesana de Porto Nacional a partir da metodologia da Educação Patrimonial, com o objetivo de despertar nos estudantes a valorização do Patrimônio Cultural. Por meio das fontes históricas, pensar temas como: história, cultura, memória, patrimônio material e imaterial. Reflexão sobre o local, regional e nacional. E a partir disso, possibilitar uma ativa participação dos estudantes na pesquisa e análise das fontes e, posteriormente, na propagação do conhecimento histórico e patrimonial, contribuindo assim, em uma educação cidadã, consciente em seus direitos e deveres, valorizadora de sua história.
<b>Objetivo geral:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conhecer e Utilizar o Acervo da Cúria Diocesana de Porto Nacional como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, por meio da metodologia da Educação Patrimonial.</li> </ul>
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conhecer o acervo da Cúria Diocesana de Porto Nacional;</li> <li>● Elaborar material didático com os conteúdos do acervo;</li> <li>● Divulgar as diversas memórias e conhecimentos históricos pesquisados no acervo da Cúria Diocesana de Porto Nacional;</li> <li>● Oportunizar a comunidade escolar a compreensão e apropriação dos acervos.</li> </ul>
<b>Palavras-chave:</b>	Educação patrimonial; Fontes históricas; Diocese de Porto Nacional;
<b>Formato do Material Didático:</b>	Unidade Didática
<b>Público:</b>	Alunos do 1º ano do Ensino Médio

## APÊNDICE B - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

### ATIVIDADE/AULA 1 – INTRODUÇÃO E OBSERVAÇÃO

- 1º passo: Apresentação do objetivos do projeto a ser desenvolvido;
- 2º passo: Introdução por vídeo (ou outro recurso) sobre fontes históricas;
- 3º passo: Debate em sala sobre a História de Porto Nacional, o conceito de Patrimônio Cultural e os bens tombados do município de Porto Nacional;  
  
- A ideia é que os alunos exponham seus conhecimentos prévios e, se necessário, autorize o uso do celular para fazer pesquisas.
- 4º passo: Após a finalização do debate, passar atividade de casa que consiste em: o aluno deverá fazer uma postagem nas redes sociais com perguntas relacionadas aos temas discutidos no 3º passo, para, na próxima aula, trazer os resultados da interação na rede.

### ATIVIDADE/AULA 2 – REGISTRO E ESTUDO

- 1º passo: Iniciar a aula com os resultados das postagens sobre os temas discutidos na última aula;
- 2º passo: Se aprofundando no assunto – Acessar o acervo catalogado, conhecendo as fontes e suas relações com a história da cidade de Porto Nacional, bem como, de outras cidade do antigo norte de Goiás;
- 3º passo: Organizar grupos para o estudo de fontes específicas e seus temas;
- 4º passo: Estudo e elaboração de material como: imagens com legendas, linha temporal; vídeos curtos, questionários atrativos para redes sociais, a partir das respostas obtidas nas postagens.

### ATIVIDADE/AULA 3 – EXPLORAÇÃO

**Instruções:** Essa aula pode ser desenvolvida fora da escola. Sugere-se que sejam feitas visitas a outro lugares, acervos, centro histórico ou mesmo na internet, incentivando os alunos, por meio da investigação, a encontrarem outras pistas para corroborar com seu trabalho;

- 1º passo: Encontrar outra fonte, de quaisquer tipos, para complementar a sua pesquisa;
- 2º passo: O professor deve exercer o papel de mediador, dando sugestões e levando o aluno a levantar novas possibilidades de fontes e de análises;
- 3º passo: Organizar apresentações e os possíveis formatos de divulgação, seja online ou presencial; as produções podem ser de diversos tipos: através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, etc), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado;

#### **ATIVIDADE/AULA 4 – APROPRIAÇÃO E CULMINÂNCIA**

- 1º passo: Apresentação das produções dos discentes;
- 2º passo: Se possível, o evento realizar-se presencialmente e online.  
  
- A ideia é que o trabalho seja divulgado nas redes sociais dos alunos e da escola, ampliando o acesso e divulgação da História Local e do Patrimônio Cultural material e imaterial.
- 4º passo: Avaliação coletiva das atividades.

#### **REFERÊNCIAS**

FERRARO, Juliana Ricarte; SANTANA, Rafael Machado. A Culinária como Patrimônio Cultural, um relato de experiência do PIBID de História Porto Nacional (TO). In: AIRES, Berenice Feitosa da Costa et al. **Relatos de experiência em iniciação à docência PIBID/UFT**. Palmas, TO: UFT/EDUFT, 2015, p. 174.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **História - Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, vol. 1, ano 2009. São Paulo.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

Site Iphan. Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: Acesso em 05 de jun. 2021